

PATRIMÓNIO DESTRUÍDO
O CASO DO MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO – BRASIL

Hezelainy Wanessa Oliveira Lima Mendes

Dissertação de Mestrado em Património

Julho de 2020

Só se preserva
Aquilo que se ama,
Só se ama
Aquilo que se conhece.

Aloísio de Magalhães

Dedico este trabalho à minha tia/avó Carmelita Oliveira de Araújo (in memorian), cujos esforços em me educar sempre estiveram em primeiro lugar; e ao meu sobrinho e afilhado Guilherme Mendes Max.

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Património, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Paula Alexandra Ochôa de Carvalho Telo

AGRADECIMENTOS

Começo a minha gratidão a Deus por ter me dado força e energia, mesmo com todos os problemas ao longo do caminho, desde a iniciativa para candidatura para estudar em Lisboa – Portugal até ao presente momento da realização desse sonho.

No âmbito de me incentivar, meu agradecimento irá para os meus pais e minha irmã, que mesmo de longe o apoio não diminuiu; e para as minhas colegas de curso: Suzane Torres e Débora Baungarther que me acompanharam durante todo o percurso do mestrado.

No âmbito académico meu profundo agradecimento à minha orientadora Doutora Paula Alexandra Ochôa de Carvalho Telo pela ajuda, paciência e incentivo também ao longo de toda trajetória do curso.

Minha profunda gratidão a duas mulheres que são exemplos na minha vida académica, pela sua trajetória e decisões tomadas ao longo de todo o caminho profissional: a professora historiadora Regina Dantas e a professora antropóloga Thereza Cristina Cardoso Meneses.

PATRIMÓNIO DESTRUÍDO

O CASO DO MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO – BRASIL

Hezelainy Wanessa Oliveira Lima Mendes

RESUMO

Partindo da premissa de que a gestão do fim de uma coleção pode constituir uma oportunidade, propõe-se analisar o caso das perdas patrimoniais do Museu Nacional do Rio de Janeiro, tentando responder à questão de investigação: Poderemos considerar o incêndio de 2018, o fim da sua coleção e o início de uma nova? Este é um trabalho exploratório, baseado num estudo de caso e pretende desenvolver os seguintes objetivos: Caracterizar e avaliar a extensão e impacto da perda patrimonial no edificado e coleções; Refletir sobre possíveis medidas de recuperação, medidas de redução de impactos e prioridades das intervenções pós desastre e Avaliar se este acidente deu lugar a um novo processo de patrimonialização e valorização da coleção. A pesquisa usa fontes de informação jornalísticas e testemunhos. São ainda analisados e comparados dois outros incêndios com grandes perdas patrimoniais: o do Museu de Língua Portuguesa (São Paulo, Brasil) em 2015 e o da Catedral de Notre Dame (Paris, França) em 2019. No pós-incêndio verificou-se a melhoria da política museológica e do modelo de gestão do museu por parte da Universidade. Entre as medidas de recuperação e de redução de impactos, é de realçar o papel do núcleo de resgate no estabelecimento de prioridades e na recuperação de muitas peças do acervo e as grandes doações que ajudaram à rápida recuperação do telhado e ao restauro da fachada do edificado. A solidariedade inter-instituições e países também deve ser registada, o que pode ser explicado pelas atuais preocupações mundiais pela preservação do património. Os resultados da pesquisa e da nossa análise indicam que irá surgir uma nova coleção mista, mais participativa e aberta à incorporação de itens doados em colaboração com outras instituições culturais, podendo concluir-se que se assiste a um novo processo de patrimonialização da coleção.

PALAVRAS-CHAVE: Património destruído, Museu Nacional Rio de Janeiro, gestão de risco, preservação, fim de coleção

DESTROYED HERITAGE

THE CASE OF MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO – BRAZIL

[ABSTRACT]

Starting from the premise that the management of the end of a collection can be an opportunity, it is intended to analyze the case of property damage of the National Museum of Rio de Janeiro, trying to answer such question: Can we consider the fire of 2018 the end of its collection and the beginning of a new one?

This is an exploratory work, based on the case study and aiming at the following objectives: characterize and evaluate the extent and impact of building heritage loss and collections; reflect on possible recovery measures, measures to reduce impacts and impacts of post-disaster analyzes; and assess whether this accident has given rise to a new process of heritage and valorization of the collection.

This research uses sources of journalistic information and testimonies. Two other fires with major damage to property are analyzed and compared: the Portuguese Language Museum (São Paulo, Brazil) in 2015 and the Notre Dame Cathedral (Paris, France) in 2019.

The post-fire showed museum policies improvement and in the museum management model by the University. Among the recovery and impact reduction measures, it is worth highlighting the role of the rescue nucleus in establishing priorities and recovering many pieces of the collection and large donations that helped to quickly recover the roof and restore the facade of the building. Solidarity among institutions and countries must also be registered, which can be explained by the current global threats to preserve heritage.

The results of the research and analysis show a new mixed collection, more participatory and open to incorporating donated items in collaboration with other cultural institutions, concluding that there is a new process of patrimonialization of the collection.

KEYWORDS: Destroyed heritage, Museu Nacional Rio de Janeiro, Risk management, Preservation, Collection ending

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – Enquadramento Metodológico e Conceptual	9
1.1 Problemática e Objetivos de estudo	9
1.2 Estratégia de Investigação e Metodologia	9
1.1 Estrutura da dissertação	10
CAPÍTULO 2 - Revisão de Literatura	10
2.1 Património	11
2.2. Museu	14
2.3. Gestão de risco	16
2.4 Conservação preventiva	19
2.5 Resiliência cultural	20
CAPÍTULO 3 – Destruição do património e tipologias	23
3.1 Contextualização histórica	23
3.2 Tipologias	29
Capítulo 4 - Casos envolvendo perdas de património por incêndio	30
4.1 Incêndio no Museu de Língua Portuguesa, São Paulo (2015)	30
4.2 Incêndio na Catedral de Notre-Dame (2019)	35
Capítulo 5 – Museu Nacional do Rio de Janeiro – estudo de caso	39
5.1 Contextualização histórica	39
5.2. Acervo patrimonial	44
5.3 Linhas de pesquisa e seu acervo académico e científico.....	48
5.4 O bicentenário – o ano de 2018	51

Capítulo 6 – Perdas patrimoniais depois do incêndio ocorrido	
no dia 2 de setembro de 2018	52
6.1 Memória também é destruída	55
6.2 Repercussão brasileira sobre o incêndio	57
6.3 Repercussão mundial sobre o incêndio	60
6.4 Doações	63
Capítulo 7– Propostas de recuperação, medidas de redução	
de impactos e prioridades das intervenções pós desastre	65
7.1 Estratégias de reconstrução	72
CONCLUSÃO	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
ANEXO 1 – Testemunho da professora historiadora Regina Dantas	90
ANEXO 2 – Testemunho da professora e antropóloga Thereza Cristina Cardoso Meneses	96
ANEXO 3 – Nota oficial da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre o fim do inquérito da Polícia Federal Brasileira sobre o incêndio no Museu Nacional	101

Índice de figuras

Figura 1. Paço de São Cristóvão desenhado por Maria Granham.	42
<i>A Casa do Imperador. Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional. p.20</i>	
Figura 2. Desenho de Debret. <i>A Casa do Imperador.</i>	42
<i>Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional.21</i>	
Figura 3. Planta do primeiro pavimento, onde era ocupado por algumas exposições e, principalmente pelos espaços acadêmicos do Museu.	46
Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/casadoimperador/pavimento1.html	
Figura 4. Planta do segundo pavimento.....	47
onde era concentrado a maior parte das exposições do Museu.	
Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/casadoimperador/pavimento2.html	
Figura 5. Planta do terceiro pavimento	47
onde estavam localizados a maior parte da área acadêmica e a parte administrativa do Museu, esta área era inacessível a visitantes.	
Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/casadoimperador/pavimento3.html	
Figura 6. Capacete após o incêndio. Foto: Paula de Aguiar.	67
Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html	
Figura 7. máscara após o incêndio. Foto: Paula de Aguiar.	67
Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html	
Figura 8. Parte da máscara depois do incêndio. Foto: Paula de Aguiar.	68
Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html	
Figura 9. Lâmina de machado após o incêndio.	68
Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html	
Figura 10. Menkheperrê antes e depois do incêndio.	69
Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html	
Figura 11. A estatueta em bronze de Bastet antes e depois do incêndio.	69
Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html	
Figura 12. Acervo peruano após o incêndio.	70
Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html	
Figura 13. Vaso zoomorfo após incêndio.	70
Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html	
Figura 14. Tigela de cerâmica após o incêndio.	71
Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html	
Figura 15. Vaso antropomórfico de cerâmica após o incêndio.....	71
Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html	

Figura 16. Espaço onde parte da coleção greco-romana após o incêndio..... 72
Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html

Figura 17. Lamparina Romana Romana de Terracota após o incêndio. 72
Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html

Figura 18. Cântaro italiota de figuras vermelhas após o incêndio..... 72
Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html

Índice de quadros e tabelas

Quadro 1 - Quadro comparativo dos três estudos de caso.....	77
---	----

Abreviaturas

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

IPHAN - Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOM Brasil - Conselho Internacional dos Museus

ICCROM -Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauro de Bens Culturais

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites -

ICOMOS- ICORP - Comité Científico internacional do ICOMOS,

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

MLP – Plataforma na WEB criada pelo Núcleo Educativo em conjunto com a Matriz Digital Concept, com o objetivo de ampliar o acesso ao acervo e a mediação do museu.

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CNPA - Comissão Nacional de Patrimônio e Arquitectura

PPGAS - Programa de Ensino de Pós-Graduação em Antropologia Social

SEMEAR - Seção de Memória e Arquivo

CELIN - Centro de Documentação em Línguas Indígenas

MG – Estado de Minas Gerais do Brasil

SP – Estado de São Paulo do Brasil

RJ – Estado do Rio de Janeiro do Brasil

SIC – Sociedade Independente de Televisão

DGPC – Direção Geral de Patrimônio Cultural

Introdução

No quadro da prevenção e gestão do risco patrimonial (ICOM & ICMS, 1992, STOVE, 1998, PEDERSOLI JR., AN TOMARCHI, MICHALSKI, 2017) e no âmbito das investigações sobre perdas patrimoniais (SMITH, 2006, HARRISSON, 2013, HOLTORF, 2014, 2018, JARDINE, KOWAL E BANGHAM, 2019) assume particular destaque o estudo da exposição do património cultural construído aos vários riscos (a lista de desastres é extensa¹, envolvendo guerras e conflitos políticos; questões étnicas e religiosas; tráfico ilícito, roubos e negligência; catástrofes naturais; turismo massivo; falta de proteção) aliada à análise da vulnerabilidade (a fraqueza inerente ao bem cultural pelas suas características específicas) e à discussão dos fatores e dinâmicas associadas às perdas de património e à capacidade de reagir ao desastre, nas quais se devem destacar a **resiliência**, a **resistência**, a **recuperação** (PEDROSA, 2012) e a **transformação criativa**² (HOLTORF, 2018).

Para Motta e Silva (2019) as estratégias de salvaguarda e comunicação, em cenários pós-desastre, constituem simultaneamente a base para o resgate do valor de construções históricas, acervos e coleções perdidas e esquecidas, por um lado, e por outro *a atualização da dinâmica de patrimonialização*, a partir do renovado interesse social em relação ao bem afetado e aos novos contextos originados (DAVALLON, 2015). Para Holtorf (2018, p. 6) é útil considerar a destruição e a reconstrução como igualmente importantes para o passado e o futuro: “Both involve loss and gain, concurrently manifesting continuities and discontinuities in the present. Both are about values and meanings for people, about the end of past certainties and the uncertainties of new beginnings”.

Um dos casos mais recentes de destruição e perda de património por falta de medidas preventivas fundadas no princípio da precaução, por falta de manutenção e incentivo governamental, foi o do incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro no dia 2 de

¹ Outros fatores a considerar nesta lista são as mudanças climáticas, a poluição, cheias, derrocadas, terremotos, erupções vulcânicas, incêndios, erosão por precipitação, bio-deterioração, subida dos níveis do mar e stress térmico (Comissão Europeia, 2018).

² Na visão de Holtorf (2018a, p.4) património diz respeito às pessoas do presente e às gerações futuras e desse modo, “The future does not have to be perceived in terms of risks and threats to original and irreplaceable heritage but can also be considered as a process of continuing transformation and change which we cannot always steer but to which we can adapt and which holds not only risks but also opportunities for what we have inherited from the past”.

setembro de 2018³, considerado o maior museu da história natural da América Latina. Localizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ – Brasil, no bairro de São Cristóvão e gerido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possuía um acervo valioso, incluindo o edificado, classificado pelo Instituto Património Histórico Artístico Nacional (IPHAN), órgão brasileiro responsável pela abertura, guarda e com acesso aos processos de registo do Património Cultural Brasileiro.

Paralelamente, tal como a maioria dos museus de história natural, o seu acervo era utilizado por centenas de investigadores, estudantes e naturalistas amadores para atividades de estudo e descrição de novas espécies para a ciência à avaliação dos impactos das alterações climáticas na conservação das espécies. De destacar ainda o papel que o museu teve na divulgação da Ciência no Brasil, como é realçado por Regina Horta Duarte (2004) com o lançamento da *Revista Nacional de Educação* (12.500 exemplares, 21 números, 16 volumes), editada, entre 1932 e 1934, sob os auspícios do Ministério da Educação e Saúde Pública. O objetivo visava a veiculação de conteúdos de ciência, história e arte para um público mais vasto do Brasil. Os artigos foram escritos por intelectuais da época, muitos deles, cientistas do Museu Nacional. Anteriormente já havia sido lançado um outro periódico *Arquivos do Museu Nacional*. A mesma autora (2010) demonstra as articulações existentes entre práticas científicas e a vida política e o surgimento das especializações, nomeadamente da ciência biológica, e as experiências de

³ De acordo com notícias divulgadas a 7 de julho de 2020 no Jornal *Público*, a Polícia Federal do Brasil considerou o incêndio accidental, tendo descartado ontem a existência de qualquer ação criminosa no incêndio (Ver tb. Anexo 3). Este terá começado com um aparelho de ar condicionado num auditório perto da entrada do edifício. As chamas terão começado a deflagrar por volta das 19h30 (23h30, hora de Lisboa), duas horas e meia depois de o museu ter fechado ao público. O alerta foi dado por funcionários da segurança, que terão visto o telhado em chamas, segundo relatos da imprensa brasileira. Foram mobilizados 80 bombeiros de 12 corporações, que extinguiram o fogo ao cabo de seis horas, já durante a madrugada de domingo para segunda-feira. Para o reitor da UFRJ, Roberto Leher, faltou logística e capacidade aos bombeiros. Segundo a *Folha de Paulo*, os sinais de degradação e ruína, no interior e no exterior do museu, eram evidentes há vários anos, verificando-se uma má conservação generalizada. No testemunho da professora Thereza Cristina Cardoso Meneses. (Anexo 2) refere-se uma “agonia lenta até se chegar ao previsível incêndio. Não foi acidente, foram anos de descaso”. Também para Luís Raposo (2018, p. 44) a situação era de decadência: “Em 2013, quando visitei aquele museu durante a Conferência Mundial do ICOM no Rio de Janeiro, já nele me impressionou um certo ar geral de vetustez e até abandono dos espaços, dos equipamentos museográficos e das próprias condições de conservação das colecções. Havia investigação, sim, mas tratada como as universidades costumam tratar os museus: simples quintais das traseiras. De então para cá, os cortes em pessoal e meios foram ainda mais draconianos (o orçamento foi reduzido para um décimo do que era nessa altura). E torna-se legítimo perguntar se um tal comportamento dos (ir)responsáveis políticos (e, neste caso, também universitários) não constitui pelo menos crime de negligência, com dolo eventual, do mesmo modo que assim se condenam condutores que possuam os automóveis sem condições de circulação e por esse facto provoquem o estropiamento ou a morte de pessoas. Existem, pois, lições a retirar desta desgraça no plano geral das políticas museológicas e dos modelos de gestão dos museus”.

divulgação científica através de três cientistas do Museu Nacional: Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), antropólogo; Alberto Sampaio (1881-1946), fitobotânico; e Cândido de Mello Leitão (1886-1948), aracnólogo. Esta abordagem é igualmente reforçada pelo papel do museu na história da saúde no Brasil (SÁ, SÁ & LIMA, 2018).

Entre as múltiplas reações ao incêndio, o sentimento geral refletia ter sido uma das maiores tragédias da história dos museus em qualquer parte do mundo, com perda de peças completamente insubstituíveis e uma difícil recuperação⁴. Assistiu-se a um fenómeno de grandes *emoções patrimoniais* (FABRE, 2019) perante a destruição brutal de um bem cultural perdido e destruído⁵. Para Fabre (2019, p. 18-19), esta relação com o passado, apenas se exprime com tanta evidência na crise do seu desaparecimento e da sua anulação, verificando-se a existência de dois repertórios retóricos que são usados nos debates, de um modo muito pragmático: “Um primeiro conjunto retórico, ou seja, de argumentos eficazes, justifica todas as perguntas em nome da familiaridade, o passado como valor absoluto se apoia na experiência das memórias comuns, da “pátria cultural” compartilhada. O outro repertório retórico, em parte contraditório, é aquele da autenticidade, ou seja, da verdade sem a máscara do passado como passado, verdade estabelecida apenas em uma espécie de decisão coletiva que a cria e a justifica. A controvérsia não pode ser científica e racional: estamos ao nível do fundamento, que permanece indiscutível, onde o argumento último da familiaridade e da autenticidade é por essência identitário, isto é, nossa voz, que emana não tanto da história, mas da própria crise”.

⁴ É o caso dos testemunhos de Marta Lourenço, Diretora do Museu Nacional de História Natural, ou de António Pimentel, então diretor do Museu Nacional de Arte Antiga que considerou que a atividade museográfica no Brasil poderá vir a ser afetada durante anos e ainda de Andrey Rosenthal, responsável pela área de património material do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional do Brasil (IPHAN) que realçou a importância do acervo para a humanidade pelas coleções entomológicas, antropológicas, históricas, paleontologia e mineralogia. O ICOMOS fez uma declaração lamentando a tragédia “ On this dark day for not only Brazilian heritage but also for the world’s heritage, we wish to reiterate our unshakable belief in the resilience and professionalism of Brazil’s museum professionals, and our faith in their ability to recover from this painful event. ICOM is working to mobilise its Standing Committee on Disaster Risk Management (DRMC), its International Committees for University Museums (UMAC), Documentation (CIDOC), and Natural History (NATHIST), and other pertinent actors in our network to channel all kinds of expertise necessary to overcome this disaster (<https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/09/Statement-Museu-Nacional-Rio-ENG-4.pdf>)

⁵ Confirmadas pelos testemunhos de Regina Dantas (Anexo 1) e Thereza Cristina Cardoso Meneses. (Anexo 2). Esta última refere o museu como o seu lugar afetivo, parte da sua relação identitária com a cidade e gênese do interesse que determinou as suas escolhas profissionais pela história e pela antropologia.

A recuperação de peças e o restauro do museu foram considerados desde o início, abrindo um novo período na sua história de dois séculos⁶.

Após o incêndio foram iniciadas atividades de resgate e restauração dos artefactos, estimando-se em maio de 2019 a recuperação de mais de 2700 peças (Sampaio, 2019), prevendo-se a reabertura parcial do palácio para 2022⁷.

Esta recuperação foi liderada por profissionais do Museu Nacional, nomeadamente o diretor Alexander Kellner, e a vice-coordenadora do Núcleo de Resgate, Luciana Carvalho. No balanço realizado em setembro de 2019 (um ano após o incêndio), os dados refletem grandes perdas, mas também a capacidade de recuperação: o museu perdeu aproximadamente **46% do seu acervo, 35% das coleções estão a ser resgatados e 19% não foram perdidos**, pois estavam nos prédios do Horto Botânico. Luciana Carvalho relatou que, após o incêndio, foi montado um plano de trabalho para a recuperação do acervo em 4 etapas:

1. A 1ª etapa foi a de realização de reuniões com a formação de um Núcleo de Resgate, a avaliação da situação do local e a aquisição de contentores, equipamentos e material para ser usado no trabalho.
2. A 2ª etapa foi de planeamento e mapeamento do que havia nos espaços internos do palácio.
3. A atual fase do plano é a de resgate do acervo, registo, estabilização e armazenamento.
4. A etapa final será o inventário de perdas e danos e um relatório de conclusão.

As obras de recuperação da construção histórica, desenvolvem-se sob a coordenação do IPHAN, e até o mês de maio de 2019, estimava-se que haviam sido recuperadas mais peças.

As principais fontes de financiamento do processo de reconstrução do museu são recursos do Governo Federal, do fundo emergencial da Organização das Nações Unidas para a

⁶ Andrey Rosenthal, do IPHAN, em declarações ao *Observador*

⁷ Leonardo Pimenta (2019) Museu Nacional apresenta o que já foi realizado após um ano da tragédia, *Eu, Rio* <https://eurio.com.br/noticia/9247/museu-nacional-apresenta-o-que-ja-foi-realizado-apos-um-ano-da-tragedia.html>

Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), além de doações internacionais e recursos arrecadados por meio de financiamento coletivo (Motta, Silva, 2019).

Segundo o diretor do Museu Nacional, Alexander Kellner, 8,9 milhões dos 11 milhões oferecidos pelo Ministério da Educação já foram utilizados nas obras de emergência de contenção do edificado e na compra de material para o resgate e armazenamento das peças recuperadas. A Unesco irá administrar R\$ 5 milhões, os quais deverão financiar a recuperação da parte interna do palácio e a montagem de exposição. O museu irá gastar R\$ 908,8 mil para realização de um projeto para recuperação da fachada e do telhado original. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações irá financiar R\$ 10 milhões a serem destinados à compra de equipamentos e investimento em pesquisa e por via da Câmara de Deputados uma verba de R\$ 43 milhões e uma ajuda do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) de 21 milhões.

Do mesmo modo, outras doações ganharam protagonismo: a Associação Amigos do Museu Nacional 346 mil reais; o governo alemão doou 180,8 mil euros para a aquisição de equipamentos de pesquisa e a Agência Britânica Internacional British doou R\$ 150 destinados a bolsas de especialização para professores e alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Esta situação de perda patrimonial e a gestão do dano que se segue não é um caso isolado e, nos últimos anos, tem sido frequente, tanto no Brasil (com o incêndio do Museu da Língua Portuguesa), como na Europa (com o caso do incêndio da igreja de Notre Dame), tornando pertinente e urgente o debate em torno das atuais dinâmicas que moldam as coleções patrimoniais, como a sua dispersão, falhas, perdas, suspensões, fracassos, reciclagem, naquilo que Jardine, Kowal e Bangham (2019: p. 1) denominam os seus momentos finais (*endings*), “always present as a threat, or as an everyday reality, or even as a necessary part of a collection’s continued existence”, considerando que “collecting and ending often travel together”. Tentando responder à questão “How do collections end?” esclarecem que as coleções são alvo de intensa competição entre forças de dissipação e preservação: “These forces are physical, as seen most clearly in collections of working or fragile objects that must be carefully maintained lest they disintegrate or decay. Forces can also be legal and moral, as in collections of human remains and personal possessions that are subject to competing claims of ownership or control. This depends on social and cultural setting: collections can endure only when they are

supported by relevant expertise, communal desire and social order. In addition to the maintenance work needed to preserve objects, labour is needed to preserve the organizing logic, meaning and accessibility of collections in the face of institutional or disciplinary shifts. In each of these ways – technological, social, institutional and disciplinary – failure is a constant possibility and maintenance must be an active process, requiring intellectual, social, cultural and political labour and negotiation. An apparent paradox that we explore in what follows is that maintenance at all of these different levels can require ending as a matter of routine: the deletion of data in the interest of privacy, the destruction of specimens in the interest of conservation, the death of organisms in the interest of their utility. (...) Objects have been packed up, moved around, unpacked, repacked, stored, display, loaned out, returned, catalogued, recatalogued, lost, found, photographed, scanned, described, published, replaced, faked, stolen; they have decayed, been conserved and decayed again.⁶ Such processes might alter (even end) the identities of collections, their ownership or their meanings. Conversely, ‘ending’ is not anathema to ‘collecting’: in some cases, managing the endings of objects is necessary to the maintenance of a collection.” (p. 3-4).

Nesta perspectiva, a vulnerabilidade e resistência das coleções têm ainda que lidar com culturas museológicas e curatoriais diferentes e com políticas de preservação fortes ou fracas, especialmente em tempos de crise. É nesse momento de finalização que se deve voltar a iniciar um processo de patrimonialização. Como afirma Holtorf (2018, p. 3) “Even destruction and loss are not necessarily threats to heritage; in fact, they may make heritage.”

Partindo desta premissa de que a *gestão do fim de uma coleção como era conhecida pode constituir uma oportunidade*, propomo-nos analisar o caso do Museu Nacional do Rio de Janeiro, tentando responder à questão de investigação: *Poderemos considerar o incêndio de 2018, o fim da sua coleção e o início de uma nova?* Procurando analisar a temática da perda patrimonial por incêndio⁸, estudaremos também comparativamente com o Museu

⁸ O incêndio pode ser desencadeado por combustão ou o colapso pela ação do calor ou fuligem; por um vazamento de gás, uso de vela, fogos de artifícios, obras de manutenção ou reforma mal feita ou até incêndio criminoso. As razões são diversas e as perdas podem ser parciais ou totais uma vez que o fogo gera a decadência irreversível da pedra e várias consequências: “Studying the impact of fire on stone is therefore of great importance – fire can cause a significant decline in the strength of stone, lead to loss of surface material and may compromise the structural integrity of a building. Furthermore, surface changes may lead to the loss of the aesthetic values of the stone – particularly important when stone is used as an ornamental dressing in a monument or sculpture. This importance has been recognized at a supranational level with a recently completed research report (COST Action C17 – Built Heritage: Fire Loss to Historic Buildings) in

Nacional, os casos⁹ do Museu da Língua Portuguesa, no Brasil e a Catedral Notre-Dame em França, acompanhando a atenção que tem sido dada por vários *stakeholders*.

Para o âmbito da noosa investigação, começaremos por referir o Plano Nacional de Ciência e Tecnologia¹⁰ na área da Agenda Temática *Cultura e Património Cultural*¹¹, em que o subtema «preservação e sustentabilidade e ambientes em mudança» procura apelar para a compreensão da dimensão política e social da cultura e do património cultural e o seu papel no desenvolvimento sustentável (acesso, autenticidade, salvaguarda e diversidade), enfatizando o seu papel na identidade de uma nação.

Motivado por esta catástrofe, entre os 26 e 28 de junho do ano de 2019 ocorreu no Rio de Janeiro o Seminário Internacional com o tema: *Património em chamas: gestão do risco de incêndios para o património cultural*, organizado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Conselho Internacional dos Museus (ICOM Brasil) e o Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM) e com importantes parceiros como Embaixada e Consulado dos Estados Unidos no Brasil, UNESCO no Brasil, IPHAN, Instituto Sprinker Brasil e Conselho do Património Cultural Sueco e da Embaixada do Canadá.

Ainda em 2019, teve lugar em Kyoto (de 1 a 7 setembro), um evento dedicado a desastre de larga escala - *Museums in Times of Disaster: Be prepared, respond effectively, and*

which one of the aims was to quantify the scale of loss to historic buildings due to fire.” (Gomez-Heras, et al.2009, p.48)

⁹ Na área museológica os casos também não foram poucos, segundo a BBC News Brasil, o ano de 1958 o Museu de Arte Moderna, na cidade de Nova York – Estados Unidos, viu seu acervo ser queimado porque operários que foram instalar o sistema de refrigeração fumaram perto de matérias de estopim para o fogo: serragem e latas de tintas e chegou a destruir um quadro do pintor Claude Monet de 5 metros e meio; a capital americana, no Museu Nacional de História Americana, no ano de 1970, por uma pane na parte elétrica houve perda de duas galerias pelo consumo do fogo. O ano de 2013 foi marcado pelo incêndio no Museu Cuming, em Londres – Inglaterra, onde sua biblioteca foi totalmente destruída e a Cidade da Ciência, em Nápoles – Itália, onde o que sobrou foram apenas cinzas. Já no ano de 2015 foi a vez da Cidade das Ciências e da Indústria, em Paris – França ser atingida por um grande incêndio.

¹⁰ Dando sequência à Resolução do Conselho de Ministros nº 32/2016 de 3 de junho e em particular ao definido no anexo “Compromisso com o Conhecimento e a Ciência: o Compromisso com o Futuro”, a FCT assegura a elaboração de quinze Agendas Temáticas de I&I com o objetivo de mobilizar peritos de instituições de I&D e de empresas na identificação de desafios e oportunidades a nível do sistema científico e tecnológico nacional, nomeadamente numa perspectiva de médio e longo prazo até 2030. É esperado que as agendas possam igualmente contribuir para o desenvolvimento de investigação e inovação dando contributos para a resposta a problemas ou necessidades de diferentes setores da sociedade (<https://www.fct.pt/agendastematicas/>).

¹¹ Agenda de I&I sobre Cultura e Património Cultural incide sobre os aspetos de Investigação & Inovação relacionados com a identificação, preservação, conservação, restauro, divulgação e promoção do património científico, cultural e linguístico de origem portuguesa, em toda a sua abrangência, incluindo infraestruturas abertas de conteúdos digitais, a indústria criativa, a expressão artística, a museologia, o arquivo e as demais instituições culturais.

preserve cultural heritage -, no qual se discutiu a necessidade dos museus reagirem eficazmente, conscienciosamente e rapidamente para salvar vidas e as suas coleções através de um planeamento de desastres e de estratégias de defesa (*advocacy*) e proteção do património cultural em situações de catástrofe, encorajando a existência de planos de proteção civil nacionais e locais que os incluam e, sobretudo, ajudando as suas comunidades a encontrar esperança, identidade e significado durante a fase de recuperação pós desastre.

Anteriormente, em Portugal, na Fundação Calouste Gulbenkian teve lugar em novembro de 2016, a International Conference: “Cultural Heritage: Disaster Preparedness Response and Recovery” com uma forte presença de representantes de instituições como a Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)¹², a UNISDR (United Nations Office for Disaster Risk Reduction)¹³, a ICORP-ICOMOS¹⁴ e a ICCROM¹⁵. Esta conferência pretendia promover a troca de pontos de vista nas áreas da preservação do património e na prevenção dos riscos dos desastres, para além da gestão de situações de crises, criando mecanismos para redução de danos. Dessa forma, foram discutidos temas como a gestão de riscos, os efeitos (a curto e longo prazo) dos desastres nas instituições patrimoniais e os mecanismos de conservação disponíveis para avaliar a prevenção do risco e a recuperação.

Estes eventos demonstram como a prevenção e a gestão de risco, como a precaução e o combate aos acidentes, unem cada vez mais profissionais e académicos, afinal já foram muitas perdas que poderiam ter sido evitadas e outras que o podem ser através de nova

¹² Agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, fundada em 16 de novembro de 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, ciências naturais, ciências sociais/humanas e comunicações/informação.

¹³ Criada em Dezembro de 1999 para garantir a implementação da International Strategy for Disaster Reduction (Resolução da Assembleia Geral n.º 54/219. Apoia a implementação até 2030 da Sendai Framework for Disaster Risk Reduction adoptada na Third UN World Conference on Disaster Risk Reduction a 18 Março 2015 em Sendai, Japão. Organiza a Global Platform on Disaster Risk reduction. Possui 100 delegações, uma delas no Rio de Janeiro.

¹⁴ ICOMOS (International Council on Monuments and Sites). ICOMOS- ICORP é um Comité Científico internacional do ICOMOS, funcionando como uma organização internacional não governamental, dedicada à proteção e gestão do património cultural. Apoia o ICOMOS na qualidade de membro fundador em 2016 do Blue Shield, uma rede de comités que se dedicam à proteção patrimonial em situações de emergência (<https://theblueshield.org/about-us/what-is-blue-shield/>)

¹⁵ International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais) é uma organização intergovernamental dedicada à preservação do património cultural em todo o mundo através de programas de formação, informação, pesquisa, cooperação e advocacia (<https://www.iccrom.org/>)

legislação e políticas de prevenção, novos procedimentos de manutenção e segurança e uso de novas tecnologias.

CAPÍTULO 1 – Enquadramento Metodológico e Conceptual

1.1 Problemática e Objetivos de estudo

Este é um trabalho exploratório, baseado num estudo de caso do Museu Nacional do Rio de Janeiro e pretende atingir os seguintes objetivos:

- Caracterizar e avaliar a extensão e impacto da perda patrimonial – edificado e coleções;
- Refletir sobre possíveis medidas de recuperação, medidas de redução de impactos e prioridades das intervenções pós desastre;
- Avaliar se este acidente deu lugar a um novo processo de patrimonialização e valorização da coleção.

1.2 Estratégia de Investigação e Metodologia

A estratégia de investigação e os métodos desenvolvidos tiveram por base a revisão de literatura e uma pesquisa intensiva / qualitativa de fontes de informação jornalísticas (notícias na imprensa periódica e *online*) e de notícias divulgadas pelas próprias instituições, bem como redes sociais, de modo a obter informação em profundidade e em continuidade sobre o tema. Visando completar a informação recolhida, foi adotada uma metodologia com recurso a fontes orais assente na realização de duas entrevistas; à historiadora Regina Dantas e à antropóloga e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Thereza Cristina Cardoso Meneses. Estas entrevistas foram realizadas no segundo trimestre de 2020, através do envio de mensagens por correio eletrónico e encontram-se reproduzidas nos Anexos 1 e 2.

Em termos de estrutura de entrevistas, optou-se por um esquema baseado em questões abertas de carácter semi-diretivo, baseado num guião, previamente estabelecido, capaz de fornecer uma maior liberdade de resposta.

As entrevistas permitiram realizar uma análise mais aprofundada sobre o objeto de estudo, traduzindo uma realidade complexa através de pontos de vista sobre o museu em estudo.

1.2 Estrutura da dissertação

O presente trabalho tem sua divisão por capítulos, onde o primeiro aborda o enquadramento metodológico e conceptual, com a problemática e os objetivos de estudo, as estratégias de investigação e a metodologia e a estrutura da dissertação; o segundo apresenta a revisão de literatura e os principais conceitos; o terceiro contextualiza o as perdas patrimoniais e as suas tipologia; já o quarto aborda dois exemplos de casos recentes envolvendo as perdas patrimoniais por incêndio: o Incêndio no Museu de Língua Portuguesa, São Paulo, ocorrido no ano de 2015 e o Incêndio na Catedral de Notre-Dame, Paris, ocorrido no ano de 2019, ambos em fases diferentes do processo de reconstrução após a tragédia.

O quinto capítulo tratará do estudo de caso: o Museu Nacional do Rio de Janeiro, com uma contextualização histórica, uma demonstração do valioso acervo, as linhas de pesquisa e a comemoração do bicentenário da Instituição, ocorrido no mesmo ano do incêndio. O sexto aborda as perdas patrimoniais depois da tragédia e o sétimo e último tratará as propostas de recuperação, medidas de redução de impacto e prioridade das intervenções pós desastre. Nos anexos são reproduzidos os dois testemunhos de professoras com vínculos profissionais e afetivos com o museu e a nota oficial emitida pelo Museu Nacional após a conclusão do inquérito das causas do incêndio.

CAPÍTULO 2 – Revisão da literatura

Luís Raposo (2018, p. 44), arqueólogo e presidente do ICOM Europa, coloca algumas questões fundamentais quando se aborda o tema dos riscos patrimoniais em museus: “Existem, museu a museu, planos operacionais para prevenir efeitos de catástrofes naturais e humanas? Estão esses planos actualizados? Foram estes planos validados pelas autoridades nacionais responsáveis, como sejam os competentes departamentos dos corpos de bombeiros? Estão os certificados de conformidade emitidos por essas autoridades actualizados e são publicitados, conforme se exige a qualquer centro comercial ou simples bar aberto ao público? Existe, museu a museu, pessoal treinado para lidar com situações emergentes de catástrofes? Existem acções de formação regulares? Foram realizados simulacros de diferentes tipos de catástrofes? Com que regularidade? Existem planos específicos para colecções especiais, como é o caso dos chamados

“tesouros nacionais”? Planos especiais referentes a aspectos como a localização dentro do museu, as rotas e o papel de cada um em caso de evacuação, a escolha de equipamentos de exposição especificamente preparados para o efeito, a construção e rápida disponibilização de contentores estanques, incomburentes e antichoque? Existem protocolos formais ou colaboração regular com agências especializadas em prevenção de catástrofes, tanto nacionais como internacionais (no caso do ICOM, o Escudo Azul)?”

A resposta, na sua opinião passa pelo desenvolvimento de uma *cultura de prevenção*, quase inexistente, caracterizada pelos seguintes conceitos teóricos:

2.2 Património

Património: tendo sua origem do latim *monumentum*, derivado da palavra *monere* (recordar), sendo assim fazendo ligação com a natureza afetiva do monumento através da memória, ou seja, o monumento é qualquer artefacto edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios ritos ou crenças (CHOAY, 2015, p: 17). Segundo esta autora, a essência do património é a relação com a memória, sendo um testemunho do que restou de qualquer grande potência ou grandeza dos séculos passados; assim sendo levado em consideração a função antropológica do monumento O património é uma palavra-chave num contexto denso, intrincado e político, rico em normas, critérios, métodos e políticas (Lourenço, Wilson, 2013). As obras de referência são produzidas por organismos como a UNESCO, o Conselho da Europa, a OCDE, entre outros. Existindo tantas definições para património cultural como para cultura (Lourenço e Wilson, 2013) entre os diversos conceitos apresentados destacam-se:

- “Conjunto de bens herdados do passado; herança comum.” (European Heritage Network (s.d.) Cultural Heritage Theasaurus p:48)
- “... é o conjunto de obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização do património é, assim, um processo relacionado com a selecção de valores.” Conferência Internacional sobre Conservação _ 2000. Carta de

Cracávia – princípios para conservação e o restauro do património contruído – anexo: definições)

- “... sob todas as formas, deverá ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras enquanto testemunho da experiência e das aspirações humanas, de forma a fomentar a criatividade em toda a sua diversidade e a inspirar um diálogo genuíno entre as culturas”. (UNESCO – 2001 – Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, artigo 7º.

O conceito de património é muito abrangente, pois dentro desse conceito maior existem subclassificações, como o natural, imaterial, industrial, cultural, urbano, arqueológico, dentre outros exemplos; mas manterei o foco no cultural, onde a UNESCO define, como: “conjunto de sinais materiais transmitidos pelo passado a cada cultura e assim a toda a humanidade(...)” “ (...) legado que pertence a toda humanidade, o património cultural confere a cada lugar específico as suas características reconhecíveis e é o repositório da experiência humana.” (UNESCO – 1989 – Draft Medium Term Plan 1990 – 1995. Cit. por Jokilehto. 2005. Definition of Cultural Heritage. References to Documents in History, pp: 4-5 [trad.].

Ou segundo o Conselho da Europa (2005), onde património cultural “constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares, através do tempo” (Conselho da Europa – 2005 Convenção de Faro, artigo 2º).

O conceito de património cultural é abrangente e visto de formas diferentes, inclusive nas línguas românicas (de origem latina, onde o português, o espanhol e o italiano estão incluídas), onde se referi a algo dado pelos pais ou antepassados, uma herança; já a língua inglesa adotou o termo “heritage” que também possui a ideia de algo herdado ou que pode ser herdado; já os alemães, com a expressão: “denkmalpflege”, nos remete ao pensamento, ao cuidado com os monumentos; além dessas definições académicas e até afetivas, ainda existem a jurídica e a económica, onde o monumento é uma propriedade cultural onde o estado em caso de ser uma propriedade pública é o responsável, ou em caso de ser particular o responsável é o dono do imóvel ou objeto. (FUNARI, 2001, p:1)

No cenário do património cultural ainda é importante observar a subdivisão entre património cultural construído ou imóvel, onde ambas tem a ideia de interferência do homem com valor de testemunho histórico, artístico ou técnico, onde os exemplos são variados: conjuntos arquitetónicos, monumentos e sítios construídos; onde segundo o Conselho da Europa realizado em 1985, tem o significado da expressão: património arquitetónico. (Conselho da Europa - 1985 – Convenção de Granada – Convenção para Salvaguarda do Património da Europa, Artigo 1ª).

Segundo Funari (2001) “Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, ... produzindo significados, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica. (FUNARI, 2001, p: 2). E ainda ressalta que os principais motivos das perdas de monumentos é o roubo e a falta de uma manutenção preventiva e abrigo.

Finalmente, os conceitos de património científico e património universitário, ambos parte integrante do património cultural e pouco conhecidos, O património científico encontra-se definido na Carta do Rio de Janeiro sobre o Património Cultural da Ciência e Tecnologia (2017) e inclui artefactos, construções humanas, paisagens naturais, locais de observação do céu nocturno, observatórios astronómicos e geofísicos, estações meteorológicas e agronómicas, laboratórios, museus, jardins botânicos e zoológicos, e, inclusivamente, locais utilizados ou construídos com a finalidade de sediar experiências, conservar coleções científicas, promover a aprendizagem e a troca de ideias, desenvolver e produzir instrumentos, máquinas e processos relacionados com o desenvolvimento tecnológico, públicos ou privados.

Património cultural da Ciência

Este património engloba os itens utilizados para a produção de pesquisa científica, abrangendo objetos que foram utilizados para produzir ciência ou fruto do processo científico (GRANATO; LOURENÇO, 2011), podendo ser classificado em tangível (as coleções, objetos, documentos, ferramentas e laboratórios de pesquisa) e imaterial e intangível ligado ao conhecimento científico produzido e as metodologias adotadas para o fazer. São ainda suporte de memória, pois remetem às práticas científicas, metodologias e conceitos do passado remoto e recente de vários campos do conhecimento. Vários trabalhos têm sido realizados na Europa chamando a atenção para a preservação do património científico das universidades (LOURENÇO; WILSON, 2013), nomeadamente

sobre as funções dos museus científicos: a promoção da cultura científica, a investigação, o apoio ao ensino, os serviços à comunidade, a preservação do património, a educação ambiental e o reforço da identidade (local ou institucional) (Delicado, 2004).

2.2. Museu

De acordo com a definição de museu consignada nos estatutos do ICOM, estas instituições destinam-se à aquisição, conservação, investigação e comunicação, com a finalidade de estudo, educação e divertimento, de testemunhos materiais dos povos e do seu ambiente.

.É possível definir um clássico como instituição ou estabelecimento onde salvaguarda seus objetos, mas essa função é a primeira da grande lista. Em grego corresponde ao templo das musas, fazendo analogia dos seus objetos as musas, um tesouro que deve ser salvaguardado; também podemos afirmar que possui a ligação do passado por exposição no presente; um lugar de memória.

Costuma-se definir museu pela legislação de suas organizações nacionais e por mais de 30 anos, desde o ano de 1974 o ICOM definia dessa forma, pela tradução de um texto livre na língua inglesa:

“o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, e que realiza pesquisas sobre os testemunhos materiais do homem e seu meio, que ele adquire, conserva, investiga, comunica e expõe, com fins de estudo, educação e deleite”

Mas atualmente e desde 2007, o ICOM atualiza a definição, porém com mudanças pequenas desde a inclusão do património imaterial e com predominância anglo-americana, com contexto ocidental e a finalidade essencialmente corporativa:

“o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o património material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite”

No século XVIII, com uma ideia da Antiguidade, com base no Renascimento ocidental, onde existia em boa parte das civilizações gregas lugares, uma espécie de estabelecimento que se assemelha as características que hoje chamados de museu, segundo os conceitos chaves da Museologia.

Um conceito chave que em ambas a definição se permaneceu foi o item “sem fins lucrativos”, mas o Museu do Louvre, em Paris-FR e o próprio Museu Nacional cobram, ou cobravam a entrada aos visitantes, tais exemplos deixam de ser museu por terem fim lucrativo?

Infelizmente o cenário cultural brasileiro não é favorável para os museus, pois com apenas a verba destinada para cada instituição é insuficiente para a sua manutenção e pagamento dos funcionários. Antes da tragédia do Museu Nacional era comum os funcionários se reunirem e pedirem também aos visitantes contribuições para efetuar pagamento de funcionários de limpezas.

Cenário esse, o oposto visto de maneira geral na Europa, pois em minha pesquisa não se via reclamações dessa magnitude em museu como o do Louvre, ou notícias de pouca verba destinada do governo para a manutenção dos museus.

Segundo Schärer: “museu como “um lugar em que as coisas e os valores que se ligam a elas são salvaguardados e estudados, bem como comunicados enquanto signos para interpretar fatos ausentes” (Schärer, 2007).

Com o isolamento social imposto ao mundo nos primeiros meses do ano de 2020 muitos museus abriram suas portas virtuais aos visitantes, onde era possível apreciar suas coleções e objetos na segurança de sua casa, tal medida era muito tímida antes da pandemia. Para tal medida ser possível é necessário que o museu tenha o seu acervo total ou parcial digitalizado.

No âmbito português e brasileiro é comum termos além do museu clássico, como o ecomuseu, o museu comunitário, museu de favela, museu indígena, museu de território, ou até outros derivados. O museu clássico ou qualquer um de suas vertentes possui um fator importante para a comunidade que o pertence, sendo um lugar de memória histórica através do seu acervo, além do espectro arquivístico e/ou lugar de memória afetiva para os seus visitantes e funcionários.

Museu universitário

Museu universitário é um museu clássico, com um fim arquivista e com coleções, mas todo esse acervo se torna um repositório para apoio a pesquisa, além de se manter toda a vida normal de museu, com seus visitantes.

O ICOM possui um comitê exclusivo para esse tipo de museu, o chamado: Comitê Internacional de Museus para museus e coleções universitárias – International Committee for university museums and collections (UMAC), com a missão¹⁶:

“A UMAC é a defensora global dos museus de ensino superior e coleções de todas as disciplinas. A missão da UMAC é contribuir para a sociedade, em benefício de todos, sustentando o desenvolvimento contínuo de museus e coleções universitárias como recursos essenciais dedicados à pesquisa, à educação e à preservação do patrimônio cultural, histórico, natural e científico.”

2.3. Gestão de risco

Risco pode ser definido como a chance de algo ocorrer causando um impacto negativo que deve ser também acautelado. A combinação dos dois constitui a parte central da gestão do risco (PEDERSOLI JR., ANATOMARCHI, MICHALSKI, 2017).

O impacto dos riscos - terremotos, tsunamis, erupções vulcânicas, deslizamentos de terra, enchentes, incêndios, processos graduais e cumulativos de degradação química, física ou Biológica - em acervos museológicos é expresso em termos da perda de valor esperada no acervo. É essencial que os gestores e demais responsáveis pelos acervos compreendam bem estes riscos para poderem tomar decisões acertadas e eficazes quanto à proteção para as gerações atuais e futuras (PEDERSOLI JR., ANATOMARCHI, MICHALSKI, 2017).

Caso ocorra algo inesperado ao acervo ou ao edificado, sendo gerado uma perda de valor do acervo, ou até a gestão de preservação e manutenção dos mesmos, será fácil a tomada de decisão por parte da equipa, para isso ocorrer é necessário gerar um planejamento que é permitido até priorizar ações. Tal gestão também colabora com a área ambiental.

Segundo PEDERSOLI JR., ANATOMARCHI, MICHALSKI (2017), a gestão de riscos abrange tudo que fazemos para compreender e lidar com os possíveis impactos negativos sobre os objetivos, incluindo a identificação, a análise priorização e avaliação dos riscos. Sendo um processo contínuo a ação assume um papel de destaque para evitar, eliminar, transferir e reduzir riscos.

Trata-se de medidas simples ou mais elaboradas, como:

- Proibir ou não o uso do flash;
- Instalar e/ou manter o controle climático;

¹⁶ O que é um UMAC? <http://umac.icom.museum/about-umac/what-is-umac/>

- Prevenir e/ou controlar manifestação de pragas;
- Prevenir e/ou infiltrações e vazamentos;
- Manutenção do edificado;
- Instalação e manutenção do sistema de controle de incêndio;
- Intensificar ou implantar tratamentos de conservação e restauro, entre outras.

Podem verificar-se três tipos de ocorrência de riscos:

Eventos raros - ocorrem com menos frequência num intervalo de 100 anos, assim não participa da experiência de quem trabalha em edifícios museológicos ou diretamente com os acervos; e as grandes enchentes e terremotos são os principais exemplos, unido com os grandes roubos ou furtos.

Eventos comuns - ocorrem várias vezes dentro de intervalo de um século e os exemplos são muito comuns em patrimónios mundiais, como: infiltração, vazamento, pequenos vandalismos, pequenos acidentes e os incêndios

Processos cumulativos - mais comuns para os funcionários de um acervo, pois é contínuo, como o fato de envelhecer um objeto, onde o desgaste por manuseio, uso excessivo de flash, muita poeira e corrosão de metais são bons exemplos.

Com importância normativa, diversos documentos foram emitidos com esse tema, como a norma *ISO 31000:2009, Risk Management – Principles and Guidelines*, onde se afirma os princípios da gestão de risco enquanto um projeto continuado, abrangendo o contexto: a identificação dos agentes de deterioração, podendo chegar até 10 agentes, camadas de envoltório e os tipos de risco;

- a análise das fontes de informação e a escala de perda;
- avaliação da magnitude do risco e o nível de prioridade, estágios de controle e monitorização.

O acervo patrimonial possui diversos atores que influenciam de forma positiva e/ou negativo, desde fatores económicos, políticos, sociocultural, físicos administrativos e aspetos legais. É, no entanto, reconhecido que uma eficiente gestão dos riscos aplicada aos bens culturais é uma tarefa com alguma complexidade, existindo na generalidade falta de conhecimento acerca dos tipos de edifício, dos tipos e quantidade de bens, da sua localização e tipo de acessos, e da prioridade da evacuação de peças, não existindo uma

hierarquia operacional ou mesmo atribuição de valor monetário às peças patrimoniais (PAUPÉRIO, ROMÃO, COSTA, 2012). Estes autores (p. 3) apontam as principais falhas:

- A implementação de medidas de protecção que visem controlar ou limitar os danos nesse património é reduzida;
- Não estão preparadas ações de resgate de património e não existem, muitas vezes, locais seguros pré-definidos para depósito alternativo de peças;
- Não estão definidas vias prioritárias de evacuação nem se conhecem as condições de acesso a muitos destes edifícios;
- Os técnicos intervenientes nas ações de intervenção em catástrofe não sabem, muitas vezes, qual o conteúdo do edifício, nem que peças ou salas prioritárias poderão ter de evacuar ou de escorar temporariamente;
- O tempo de resgate/recuperação desse património após uma catástrofe é longo;
- Existe um número reduzido de técnicos (arquitetos, engenheiros e de técnicos de instituições nacionais que tutelam o património) que possuam uma formação generalizada sobre como actuar em situações de emergência que permita a definição rápida de equipas eficazes para ações pós-catástrofe;
- É inexistente a inventariação de edifícios versus conteúdos, o que dificulta a definição de prioridades das intervenções;
- Não são conhecidos valores de indicadores de risco ou de vulnerabilidade destes edifícios para uma determinada catástrofe;
- Não são conhecidos valores de indicadores de risco ou de vulnerabilidade dos seus conteúdos para uma determinada catástrofe;
- É desconhecido o acréscimo de risco que resulta de factores associados à zona envolvente destes edifícios.

O ideal é cada tipo de acervo ter o seu inventário, o edificado inclusive, deve possuir o seu próprio planeamento.

Em caso de desastre, a avaliação de danos no imediato é complexa: “Only after removing and sorting through the debris of fallen structures and broken objects can the costs of stabilization and restoration be estimated. This implies that the process of assessing damage to cultural heritage has to be broken down into two phases: in phase one, an on-

site assessment is needed to estimate costs for salvaging, stabilising and mitigating risks to cultural heritage; and in phase two, a detailed condition assessment of the damaged objects and structural elements is needed to estimate the costs of full conservation treatments and rehabilitation. Such assessments should be integrated to include movable, immovable and intangible heritage elements. In fact, it is counterproductive to hold separate post-disaster damage assessments as valuable time can be lost in unifying all assessments and in developing sector-wide priorities.

.In conclusion, the success of an at-scale post-disaster damage assessment relies on three factors: trained teams of heritage professionals and volunteers who understand and perceive degrees of damage to a variety of cultural heritage in a similar way and are familiar with the data gathering tools; the ready availability of pre-disaster baseline data for all heritage types complete with geo-locations; and a tested centralised system for emergency data gathering, tracking, analysis and visualisation.” (Tandon, 2017, p.6-7).

A experiência tem demonstrado que o património cultural é frequentemente danificado nos momentos seguintes ao desastre devido a ações de conservação intensiva, recuperação e reconstrução (WORLD BANK GROUP, 2017)

2.4 Conservação preventiva

A prevenção oferece aos objetos dos acervos museológicos e até ao edificado uma grande vantagem de conservação ao longo da história e com maiores chances de mais e mais gerações poderem apreciar o seu valor patrimonial.

Já é comprovado pela área académica que a prevenção preventiva, também conhecida como conservação passiva ou indireta, é a maneira de preservar mais barato para o poder público ou para quem é de responsabilidade pelo património, tendo a vantagem de poder se adaptar a legislação vigente e as práticas desenvolvidas em cada país.

Como o próprio significado do adjetivo preventivo já nos remete a impedir algo desagradável a longo prazo, incluindo a teoria e prática do projeto.

O primeiro a utilizar esses termos foi Gäel Guichen, definindo-a conservação preventiva como um conjunto de ações destinada a salvaguardar um património, seja ele um objeto, uma coleção ou um edificado; abrangendo o senso comum, a memória, a intuição, imaginação, razão e ética.

Segundo Alarcão (2007), tais medidas podem ter como impacto impulsionar o turismo não podendo os benefícios ser só considerados para uma determinada coleção.

No âmbito de um museu é necessário toda a equipa envolvida nesse propósito:

- Diretor – responsável pela coordenação da equipa e disponibilização de fundos;
- Conservador – curador – responsável pelo inventário e o plano de conservação;
- Arquiteto – responsável pela escolha dos melhores materiais de construção e soluções técnicas;
- Conservador – colaboração na elaboração do plano de segurança e formação interna de equipa;
- Educador – responsável pela sensibilização do público para os problemas de preservação;
- Funcionários e público – respeitar as regras estabelecidas.

Segundo Alarcão (2007), a preservação é multidisciplinar, englobando o transporte, embalagem e manuseamento do acervo em caso de objetos ou coleções, o controle do ambiente das áreas de exposição e reserva de material e os materiais de construção dos edifícios e equipamentos.

2.5 Resiliência cultural

Este conceito pode ser definido como a capacidade de um sistema cultural absorver e lidar com a adversidade, a mudança e continuar a desenvolver-se. Implica continuidade e mudança (HOLTORF, 2018b). Este autor (2018b) destaca que existe uma corrente de opinião que considera que “uncompromised conservation of cultural heritage is a significant guarantor of cultural resilience” de que são exemplos as posições de organizações não governamentais como a International Scientific Committee on Risk Preparedness of the International Council on Monuments and Sites (ICOMOS-ICORP)¹⁷, e, a outro nível, a Comissão Europeia (2018)¹⁸, a ONU com a Sendai Framework for

¹⁷ O autor integra esta tendência no contexto internacional da redução dos riscos de Desastres.

¹⁸ A Comissão Europeia conduziu um estudo “Risk assessment and prevention for safeguarding cultural heritage from the effects of natural disasters and threats caused by human action”, inserido no *Work Plan for Culture (2015-2018)* e divulgado no Ano Europeu do Património (2018). Este documento considera o valor do património para o desenvolvimento social, económico e ambiental, sendo a salvaguarda necessária face às ameaças naturais e humanas. Foram ouvidos atores chave como a UNESCO, ICCROM, ICOMOS, Conselho da Europa, Europa Nostra, Ministros da Cultura e *stakeholders* ativos na proteção do património como Blue Helmets, Blue Shield, autoridades nacionais, regionais e locais, Proteção Civil e associações. Desde 2007, tem sido prioritário o desenvolvimento da cultura patrimonial na Europa, nomeadamente a cooperação cultural como pilar estratégico da sustentabilidade.

Disaster Risk Reduction 2015-2030¹⁹, ou autores como Jigyasu (2013) e Bokova (2016). Nesta visão, património cultural é uma herança valiosa que necessita ser conservada e transmitida às futuras gerações e qualquer risco de danificação ou destruição deve ser levada em consideração aliando a resiliência cultural aos contributos para a sustentabilidade, de que é exemplo o objetivo 11 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

Uma outra perspetiva inclui as preocupações do presente nesta discussão, questionando como se pode melhorar a resiliência cultural e a prevenção do risco através da aprendizagem das mudanças do património cultural ao longo do tempo, uma vez que o modo de pensar a gestão do património pode vir a ser insustentável²⁰: “Cultural heritage should not be seen as a token of the past, now threatened, but as a way of facilitating changes that improve peoples’ lives under new circumstances and thus enhance cultural sustainability. Cultural heritage that has persisted to the present day can tell powerful stories about transformation over time” (Holtorf, 2018b)

A nível mundial, destacam-se as cartas e convenções assinadas²¹, nomeadamente:

- Carta de Atenas – 1931
- Convenção de Haia – 1954
- Carta de Veneza – 1964
- Convenção sobre Património Arquitetónico Mundial, Cultural e Natural – 1972
- Carta Europeia do Património Arquitetónico – 1975.

¹⁹ Este acordo global sobre a gestão de riscos de desastres foi adotado em 2015 e inclui como prioridades a cooperação na avaliação e impactos da exposição aos desastres. A Comissão Europeia publicou em 2016 um Plano de Ação para a Sedai Framework tendo como objetivo a construção de políticas públicas e o desenvolvimento de boas práticas em cada Estado Membro.

²⁰ O autor (p. 643) cita Giovanni Boccardi, Head of Emergency Preparedness and Response da UNESCO que afirmou em 2015: “The battle to preserve the existing remnants of the past is sooner or later going to be lost, as nothing lasts forever”

²¹ Os princípios destes documentos são frequentemente transpostos para a legislação dos diferentes países. Para Helena Barranha (2016, p. 18) “Desde a pioneira Carta de Atenas, elaborada em 1931 pelo Serviço Internacional de Museus, mas sobretudo a partir da difusão mundial da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), afirmou-se a importância de uma problematização transnacional que esteve na génese da Convenção da UNESCO sobre a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972). A partir de então, assistiu-se a uma intensa discussão sobre conceitos e critérios de intervenção no património construído, de que resultaram dezenas de cartas e declarações com enfoques e alcances diversos. Publicados em vários idiomas e suportes, estes documentos passaram, desde os anos 1990, a circular também através da Internet, o que potenciou enormemente a respectiva disseminação”.

Umas das mais recentes atribuições é a Carta de Cracóvia – Princípios para a conservação e o restauro do património construído (2000) centra-se nos diferentes tipos de património contruídos, na gestão e na formação e educação na salvaguarda desses bens culturais, tendo em consideração cada comunidade, a sua memória coletiva e consciência do seu passado, e a sua responsabilidade pela identificação e pela gestão do seu património. Realça ainda a alteração dos valores com o tempo pelo que os métodos utilizados para a correta preservação do património devem adaptar-se às situações concretas, que são evolutivas, sujeitas a um processo contínua mudança (Carta de Cracóvia, 2000).

Sendo a conservação o objetivo principal da carta, é preciso ressaltar que prevenir inclui desde o simples ato de controlo ambiental, a manutenção, até à reparação, restauro, renovação e a reabilitação,

O restauro vem a partir de uma estratégia de uma conservação a longo prazo, evitando reconstruções em partes significativas do edificado, para não ser retirado o estilo verdadeiro do património (Carta de Cracóvia, 2000).

Em casos de intervenção, esta deverá ser a menor possível e deverá ser realizada por profissionais qualificados e sempre com técnicas controladas, para manter a autenticidade e integridade, incluindo o edifício, os espaços interiores, a decoração e o mobiliário.

Considera-se património contruído: os monumentos e edifícios com valor históricos, a decoração arquitetónica, as esculturas, os elementos artísticos, as cidades e aldeias históricas e as paisagens reconhecidas como património cultural. Deve ter-se em atenção a manutenção apropriada ou o projeto de restauro adequado ao estado do património, através de uma investigação pluridisciplinar sobre matérias e tecnologia e ser realizada por bons profissionais e levando em consideração os valores sociais, culturais e estéticos (Carta de Cracóvia, 2000).

Uma boa gestão de um património passa, assim, pela necessidade de identificar os riscos, antecipar o sistema de prevenção e criar planos de emergência em caso de urgências²².

²² Em Portugal, a Direção Geral do Património Cultural (DGPC), possui um guia em caso de incêndios ou outro eventual acidente natural nos patrimónios, os museus devem possuir equipas de segurança formadas pelo corpo de bombeiros para utilização corretas dos extintores, medidas estas validas para os 23 monumentos, 5 museus que estão sob a proteção e administração do órgão.

Tais medidas protetivas são simples, como possuir sensores de incêndios que são regularmente verificados e áreas mais sensíveis a combustão, como o departamento administrativo possui sensores de incêndio, plano de evacuação, saídas de emergências e meios de combate a incêndio, ligação direta em caso de emergência com os Bombeiros pela Sadiconnect (sistema onde informa em tempo real ao Quartel dos Bombeiros sob

CAPÍTULO 3 – Destruição do património e tipologias

3.1 Contextualização histórica

Apenas no princípio do Renascimento que se inicia essa preocupação com a destruição, quando o humanista e poeta Francesco Petrarca²³, em uma visita a capital italiana no ano de 1337, percebeu que os templos e os palácios de Roma estavam em ruínas e rapidamente protestou sobre a negligência dos romanos com os seus bens que estavam sendo destruídos, escreveu Petrarca a Paolo Annibaldi: “ Seria uma honra para ti salvar estas ruínas, porque tais são testemunhos do que antes era a glória intacta de Roma” (Jokilehto, 1986, p.11).

A opinião nessa época era dividida sobre a imagem das ruínas: para alguns o local era sinonimo de abandono e não era valorizado; já para outros era um cenário era o protagonista para os poemas e justamente essa sociedade dividida por opiniões tão opostas que a corte papal de Pio II criou ordens de proteção para com o património. Mas também se discutia que para ter um património novo era preciso destruir um antigo, por falta de espaço na cidade.

A necessidade do reconhecimento patriótico dos monumentos da antiguidade na era moderna veio do período pós-cristianização no Império Romano, onde os espólios dos monumentos antigos eram utilizados em novas construções e justamente por isso as leis de incentivo a proteção aos monumentos antigos surgiram, inclusive a punição em caso das ordens não serem cumpridas.

Em 1462 com o papa Pio II, foi criado um dos primeiros documentos oficiais que surtiu verdadeiramente efeito na destruição dos monumentos históricos da cidade: a bula “Cum aliam mostram urem” (In the soul of our cities), onde incentivava a conservar a Cidade-mãe na sua dignidade e esplendor para gerações futuras (Choay, 2013, p. 54), mas para isso era necessário uma vigilância continua nos monumentos.

Outro documento oficial foi criado em 1474 no papado de Sixtus IV, com a bula “Quum provvida”, abrangendo o que dizia a primeira bula, pois tinha o maior interesse de impedir a destruição nos edifícios eclesiásticos e proibir a remoção de partes deles, ainda

a ocorrência, 24h por dia, todos os dias da semana), além do Programa Periódico de Inspeção das instalações do edificado.

²³ Um dos precursores do Renascimento italiano e fundador do Humanismo, a Petrarca é atribuída a criação e disseminação da forma fixa literária chamada: soneto (poema formado por catorze versos). Viveu entre 1307 a 1374).

considerando que é importante preservá-los para as futuras gerações. Mas anos depois no papado de Leão X tais leis foram ignoradas para construção da basílica de São Pedro e foi permitido que grandes quantidades de pedra e mármore fossem adquiridas através de destruição de edifícios já erguidos.

Ao longo dos seguintes papados era permitido destruir para que outro edificado fosse erguido, mas com o passar do tempo cada vez mais cartas a favor da proteção eram maiores das que permitiam sua destruição, ao ponto de até os cidadãos de Roma e a administração municipal fizeram tentativas de ter reconhecimento do valor histórico e patrimonial.

A Revolução Francesa (1789-1799) é um símbolo muito importante na destruição de patrimônio e uma mudança de ideias, como já nos deixa claro com o seu lema: Liberdade, fraternidade e igualdade.

Em 1789 com a queda da Bastilha que teve início a revolução e destruiu tudo que fazia lembrar o regime absolutista²⁴, inclusive obras de arte, pois as mesmas tinham sido usadas pelos governantes para imposição de ideias religiosas e políticas e controlo social. Diante de todo o caos de destruição, existiam revolucionários que percebiam a importância do patrimônio histórico e assim foi criada a Comissão dos Monumentos em 1790, com o objetivo de conservar as obras de artes e lhes colocar em um lugar seguro, mas infelizmente não tiveram resultados positivos e sim negativos, pois a destruição e profanação passaram a ser legalizados, ou seja, não tinha punição alguma para quem praticasse a destruição do patrimônio. A Comissão dos Monumentos não poderia ser sobrepor ao governo, por isso não pode fazer nada contra a destruição, por isso em 1793, apenas três anos após a sua inauguração foi dissolvida e acusada de não ter conseguido manter a paz durante o período de revolução e de patriotismo estacionado. (Idzerda, 1954: 19).

Muitos revolucionários já lutavam pela preservação, pois já se refletia se os atos de destruição da Revolução Francesa não tinham sido demasiado, com perdas irreparáveis e com muitos atos bárbaros, onde Henri Gregoire²⁵ os classificou como atos de vandalismo, na tentativa de por acabar com a destruição dos patrimônios, pois acreditava ser um ato

²⁴ Também conhecido como absolutismo, onde o poder era centralizado em uma única pessoa (normalmente conhecido como monarca), com poder absoluto sobre os demais órgãos do governo.

²⁵ Membro da Comissão de Instrução Pública, entidade essa que tinha as mesmas funções (conservar os monumentos franceses) da Comissão dos Monumentos. (Idzerda, 1954: 15)

contra a revolução e conseguiu junto a Comissão de Instrução Pública decretos que puniam os danificassem ou destruísse o património cultural com dois anos de prisão.

Mesmo com medidas protetivas as destruições não cessaram e edifícios históricos ainda eram demolidos ou danificados como símbolo da Revolução e por isso foi criado um posto de Inspeção Geral dos Monumentos Históricos, com o objetivo de introduzir as recordações da justiça e tentar a simpatia das novas gerações para a importância do património; o inspetor era responsável por controlar as obras de restauro e para ajuda-lo foi criada a Comissão dos Monumentos Históricos para inventariar, classificar e conservar os monumentos, levando a importância dos mesmos para as gerações futuras (Jokilehto, 1986).

Os escritores tiveram um papel importante nesse processo de mudança de ideias sobre destruição de património, onde Victor Hugo²⁶ publicou o primeiro poema contra o vandalismo em 1823, dois anos mais tarde escreveu o texto “Guerra dos Demolidores”, onde chegou a ser reimpresso em 1832; onde afirmava “ Se as coisas continuarem assim, não restará nenhum monumento nacional em França (...)” “(...) a nova França socorra a antiga (...)” (Victor Hugo, 182, p. 14-15).

A Revolução Francesa lutava por direito de igualdades e liberdade, mas ainda é um grande exemplo de destruição de patrimónios, onde alguns não foi possível a reconstrução e outros muitos foram restaurados, embora tenha sido sinónimo de grandes lutas, também nos demonstra uma mudança inicial de atitude de valorização do património.

Apos o fim da Revolução se intensifica o culto do público pelo património cultural, unido pela ascensão política de Napoleão em 1799, assim o objetivo era demonstrar a superioridade da França perante o restante do mundo em todos os níveis, inclusive no cultural.

Napoleão no final do século XVIII acreditava que colocando o máximo de obras de arte nos museus regionais franceses e criasse um museu com seu próprio nome em Paris, seria fator determinante para a soberania napoleónica e o centro cultural do mundo ocidental (Goodwin, 2008) e dessa forma ocorreram vários saques depois de suas conquistas pelo mundo, principalmente na Europa e sempre estava acompanhado de intelectuais para avaliarem as obras apreendidas dos territórios conquistados (Gornall, 2014).

²⁶ Viveu entre 1802 e 1885.

A arte levada por Napoleão era símbolo de supremacia de um país sobre o outro, porém após a derrota de Napoleão pelos ingleses em 1814, surgiu o segundo Tratado de Paris assinado em 20 de novembro de 1815, com o objetivo principal de devolver aos países originalmente detentores das obras levadas de forma ilícita pelo regime napoleônico. O Tratado foi um importante avanço histórico que contribuiu para o desenvolvimento da lei referente a herança cultural. Pela primeira vez na história mundial ocorreu uma operação de devolução, simbolizando o respeito pela memória dos países lesados, como também contribuiu para a importância cultural aos objetos saqueados no contexto original (Goodwin, 2008).

Outro exemplo de destruição e perda de património são as duas grandes Guerras Mundiais²⁷, a diferença para com a Revolução Francesa foi a grande escala de perda do património cultural, até porque os envolvidos estavam espalhados pelo mundo.

Um ataque importante ocorreu no segundo conflito mundial, onde o alvo foi o Castelo de Varsóvia, quando Hitler ordenou bombardeio ao monumento por simbolizar uma expressão polaca, afirmando “Enquanto o castelo de Varsóvia estiver de pé, a Polónia ainda não estará perdida” (Berge et al, 2006) e assim foi concretizado a ordem do líder nazista em 1944; mas com o fim do conflito o castelo voltou a ser erguido pelo mesmo motivo da destruição: ser um símbolo nacional.

Outro ataque importante ocorreu na Itália, na cidade de Florença, também no ano de 1944 quando torres medievais foram destruídas pelos Aliados, embora os mesmos com a ajuda de fotografias aéreas evitaram o bombardeio em monumentos históricos da cidade pelo valor nacional.

A cidade de Dresden na Alemanha, sofreu também com o conflito, embora não fosse considerado uma ameaça militar e sim conhecida como a “Florença do Elba”, ocorreu entre 13 a 15 de fevereiro de 1945 o que ficou conhecido como “bombardeamento saturação”, com o objetivo de enfraquecer a moral dos alemães e apenas com a total destruição da cidade que foi encerrado.

²⁷ Foram os grandes conflitos armados ocorridos até hoje, a Primeira Guerra Mundial durou quatro anos (1914-1918), onde as potências se organizaram com duas alianças: Aliados, com: Reino Unido, França e Rússia; sendo os oponentes a Alemanha e a Áustria-Hungria. A vitória do conflito ficou com os Aliados. Já o segundo conflito durou de 1939 até 1945, envolvendo também as grandes potências da época: Aliados (Reino Unido, Estados Unidos, União Soviética e China) e o Eixo (Alemanha Nazista, Itália, Japão), onde a vitória ficou novamente com os Aliados e assim alterou significativamente o alinhamento político e social do mundo, emergindo a União Soviética e EUA como grandes potências mundiais.

Dresden foi reconstruída dos escombros, onde alguns edifícios que eram considerados importantes foram reconstruídos, como: palácio de Zwinger, a ópera da cidade e algumas igrejas e o restante da cidade sofreu com a mudança de estilo arquitetônico e quase na sua totalidade surgiu com edifícios modernos.

Hitler iniciou em 1939 a construção de um complexo cultural em Linz²⁸, onde nos planos do soberano seria a nova capital da Europa, onde a peça central seria um museu dedicado às obras que considerava pertencente à Alemanha e que refletiam a ideologia do partido nazi (Goodwin, 2008). O primeiro passo para tal projeto foi saquear os museus da Alemanha, roubando obras como quadros de Matisse, Picasso e Van Gogh, considerada por ele por obra degenerada, as demais foram guardadas para ser expostas no museu em Linz.

Tais obras tiveram sua primeira parada em uma exposição itinerante por toda Alemanha, para ridicularizar os alemães perante o mundo, mas ao fim da exposição as peças eram vendidas a preços muito baixos ou destruídas.

Em 1943 o presidente dos Estados Unidos Roosevelt, montou a “Comissão americana para proteção e salvamento de monumentos artísticos e históricos em áreas de guerra” ou como ficaram conhecidos “Os homens dos monumentos”, onde tinham o objetivo de proteger os monumentos e obras de arte com valor histórico que se encontrassem sob ameaça, assim como encontrar a arte já saqueada pelos nazistas e foi feito encontrando mais de 6 mil obras de arte e as minas de sal de Altaussee que continham mais de 6500 pinturas e outras obras de arte, entre eles o famoso altar de Ghent de Jan Van Eyck (Berge et al, 2006).

Quando a derrota dos alemães já era iminente, já próximo do fim do conflito, o exército vermelho que pertencia à União Soviética, começou a transportar as obras de arte que lhes foram roubadas para o seu local de origem, além de obras alemães como troféu de guerra.

Ao todo os nazistas roubaram mais de 21 mil obras de arte, tendo a grande percentagem de 20% do total das obras de arte europeia, com o fim do conflito, os Aliados fizeram uma campanha de recuperação dos objetos roubados durante a guerra e a partir dessa campanha surgiu a Convenção de Haia.

²⁸ Cidade natal de Hitler, na Áustria

Apos o fim do Segunda Guerra foram criados organizações e legislação a nível internacional para evitar destruições corridas durante os conflitos, como é o exemplo a Convenção de Haia no ano de 1954, onde é direcionado para conflitos armados e especificamente sobre o património nos diz: “partes envolvidas no conflito proibem, previnem e se necessário, param qualquer tipo de roubo, pilhagem ou desapropriação, e também quaisquer ato de vandalismo direcionado a património (...)” “ (...) apoiar as autoridades competentes, do território ocupado, a salvaguardar e preservar o património cultural deste. (UNESCO, 1954: 10 e 12).

A UNESCO também na Convenção de Haia cria o Escudo Azul (*Blue Shield*), dessa forma em caso de outro conflito, os monumentos que estivessem com esse emblema deveria ser reconhecido e por consequência o património preservado. Com o mesmo nome é criado uma rede de organizações em prol da proteção do património, seja por ameaça de origem humana ou natural.

Outro exemplo importante foi escrita em 1931, a Carta de Atenas, onde demonstra o aumento de interesse de ampliar a proteção ao património, através da preservação, pois é recomendado tal fato ser iniciado na educação das crianças, demonstrando a importância dos monumentos no passado e para as gerações futuras (ICOMOS, 2004) e a Carta de Veneza, escrita em 1964, reforçando que é um dever de todos a proteção do património e é necessário ter uma manutenção frequente nos monumentos históricos para uma ideal conservação (ICOMOS, 2004).

No ano de 1972, surge a Lista de Património Mundial em Perigo, realizada também pela UNESCO na Convenção sobre Proteção de Património Mundial Cultural e Natural, onde destacou-se o risco de perda seja por qualquer motivo, entre eles: abandono, desaparecimento por uso demasiado, conflito armado, calamidade, cataclismos, entre outros riscos. Também ganhou mais importância o ato de preservar para não destruir, através da educação e assim “dividindo” a responsabilidade com todos.

Três anos após essa importante ação contra a destruição do património e já se pensando em preservação, foi escrita a Carta Europeia do Património Arquitetónico, destacando novamente o papel da educação (Conselho da Europa, 1975).

É notório a evolução da preocupação em preservar o património para as próximas gerações, mostrando a importância para todos por ser uma “peça viva” de determinado período histórico da localidade e a educação foi ganhando espaço ao longo dos anos,

perpetuando a ideia de prevenir para não destruir, independente do motivo da destruição e protegendo o património cultural contra os atos que possam destruí-lo ou danificá-lo. Todavia, entre os mais recentes temas de discussão patrimonial encontra-se a devolução de peças roubadas ou a destruição de património cultural em conflitos armados²⁹, com um fundo religioso e político, como é o exemplo do Estado Islâmico ou a vandalização de estátuas a propósito do racismo no Estados Unidos da América ou de reações pós-coloniais.

3.2 Tipologias

Ao longo dos séculos a perda e destruição de património caracterizaram-se maioritariamente por motivos naturais, como os incêndios ou por serem consequência de conflitos armados, onde destruir era sinónimo de vitória sobre o seu oponente. Nestes casos, poderia ser um bombardeamento ou até um roubo de arte significativa para um soberano; ao longo do tempo foram crescendo as formas e os tipos de destruição de património, surgindo, por isso, a necessidade de os classificar:

No contexto das tipologias de vandalismo devem ser consideradas:

- A destruição parcial ou total: situação onde o património fica danificado severamente ou parcialmente, com a possibilidade de não se apagado permanentemente o edificado ou objeto de valor;
- As Inscrições: situação onde é encontrada palavra ou símbolos de forma permanente no património;

²⁹ De acordo com Alsalloum e Brown (2019, p.1) “ Recent devastating damage to heritage sites, as a result of the armed conflict in the Middle East and North Africa (MENA) region, have raised major concerns among the international communities. Consequently, a variety of heritage policies and documents has been issued. These are built on the legacy of previous key heritage guidance documents and are tailored to address the emerging challenges of reconstruction and recovery. The main aim has been to safeguard the remaining heritage assets and values, simultaneously enabling the repositioning of this heritage as a driver for sustainable development and as an important component in peace building. The ultimate objective is to attain the sustainable development goals (SDGs) specified by the 2030 agenda for sustainable development promulgated by the United Nations (UN) in 2015. Within SDG 11 (sustainable cities), the agenda acknowledges the importance of safeguarding natural and cultural heritage; it also places culture as a key driver within the relevant targets “

- O Roubo ou tráfico ilegal: retirada de obras de valor sem autorização do órgão competente;
- Os Graffiti: duas vertentes, sendo a primeira uma pichação (ato de escrever ou desenhar em lugar impróprio) e a segunda: arte urbana, com um contexto cultural, onde pode ser pintura de murais ou fachada, conforme abaixo:

A origem da destruição também influencia a destruição do património, sendo possível classificá-las em várias tipologias: idealista (motivação política, religiosa ou cultural), estratégica (forma de abalar uma localidade em um conflito armado, destruindo ou danificando elementos simbólicos), lucrativa (forma de obter lucro com roubo de património) e política (tráfico do património como forma de afirmar a supremacia perante outros povos) (Palma, 2006, p. 21).

Essa classificação de perda de património ajuda a sensibilizar pela educação para o papel importante de preservar para não ter a perda total do património e tomando a consciência e sensibilizando as novas gerações para os crimes praticados.

Capítulo 4 - Casos envolvendo perdas de património por incêndio

Como foi dito na parte introdutória deste trabalho, serão analisados dois grandes exemplos de incêndios: Museu da Língua Portuguesa, ocorrido no ano de 2015 na cidade de São Paulo, o Museu Nacional, ocorrido no ano de 2018, ambos exemplos brasileiros e a Catedral de Notre-Dame, localizada em Paris – França, com exemplo europeu e mais recente dos casos, ocorrido em 2019.

4.1 Incêndio no Museu de Língua Portuguesa, São Paulo (2015)

Exemplo mais antigos do que os demais, o incêndio ocorreu no dia 21 de dezembro de 2015³⁰ e é o único caso que já está prestes a reabrir novamente. Trata-se de um museu interativo, também conhecido como Estação Luz da Nossa Língua, sendo feita a analogia ao local do museu: uma estação ferroviária do ano de 1867 e um dos principais pontos de

³⁰ Do Incêndio resultou uma vítima, um bombeiro.

chegada dos imigrantes ao Brasil e de passagem dos paulistas, além de um importante ponto turístico da cidade de São Paulo.

O museu foi inaugurado no dia 20 de março de 2006, valorizando a diversidade da língua portuguesa, como um elemento fundamental da cultura dos países que falam o português, onde a matriz se deve à colonização portuguesa.. Na sua criação esteve envolvida uma equipa multidisciplinar formada por artistas, sociólogos, museólogos e especialistas da língua portuguesa.

No Brasil é comum um museu ser sinónimo de algo muito difícil de ser compreendido, de ser algo para pessoas específicas, e o Museu da Língua Portuguesa nasce com uma proposta mais popular do que os demais do país, misturando arte e história, assim seu maior acervo era virtual e a maior perda foi o edificado.

Segundo uma descrição relatada na imprensa:

“O acervo do MLP é exposto de forma inovadora – são poucos os objetos e grande parte do conteúdo é exibido em telas, totens e projeções. A visita é feita de cima para baixo. No auditório do terceiro andar, pode-se assistir a um vídeo de dez minutos sobre o surgimento da língua portuguesa. Seguindo, há a Praça da Língua, onde um audiovisual, com textos projetados por toda a sala, ilustra a riqueza do idioma falado no Brasil... o segundo andar, uma galeria exibe uma tela com projeções simultâneas de filmes sobre o uso cotidiano do português. A seção leva o nome de Palavras Cruzadas, explicando as várias influências de outros povos e línguas na formação do idioma. Uma linha do tempo mostra a história do idioma e uma sala oferece totens com áudios que explicam e exemplificam a pronúncia de palavras derivadas de outros idiomas. Completa este andar uma exposição de painéis que mostram a história do prédio que abriga o museu e a Estação da Luz. O primeiro andar possui um espaço para mostras temporárias. A inauguração homenageou *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. Já houve também grandes exposições sobre Clarice Lispector e Gilberto Freyre.”

O património do Museu da Língua Portuguesa é imaterial, convidando o visitante a uma viagem sensorial e subjetiva pela língua, onde se incluía a audição de leituras, filmes e diversos módulos interativos,. Dessa forma transformou a língua portuguesa em algo mais vivo, rico e sempre em construção.

A iniciativa de criação do museu esteve a cargo do Governo do Estado de São Paulo, com as parcerias da Fundação Roberto Marinho, com os patrocínios da EDP, Grupo Globo, Grupo Itaú e Sabesp, órgãos esses que participaram também das obras de reconstrução do museu após

o incêndio³¹. Recebeu ainda o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e do Governo Federal Brasileiro, através da Lei Federal de incentivo à cultura.

Diante dessa vasta oportunidade de “brincar e se divertir” com a língua portuguesa, esse é o único exemplo dos demais de que resultou uma vítima, um bombeiro na tentativa de ajudar em apagar as labaredas, se tornou vítima do inevitável, após uma parada cardiorrespiratória pela inalação da fumaça.

Após o fim do inquérito, praticamente três anos após o incêndio, segundo a Polícia Civil Brasileira³²:

“... O Laudo do Instituto de Criminalística aponta que o incêndio foi provocado por um defeito em um dos holofotes. ..., o incêndio destruiu o segundo e terceiro andares do museu. O teto de madeira ainda desabou. O fogo teve início por volta das 15h50 e foi controlado após duas horas e meia. O acervo do prédio, considerado patrimônio histórico, era digital e contava com cópia de segurança. Tanto o museu quanto todo o complexo da Estação da Luz, que ficava no entorno, não tinham auto de vistoria dos Bombeiros.”

Logo após o incêndio a estimativa da restauração seria de 65 milhões de reais, tendo sido anunciada para o efeito a criação de uma “Aliança solidária”, integrando a empresa EDP de energia elétrica portuguesa, o Grupo Globo (emissora de televisão) e o Grupo Itaú (entidade bancária). No fim das obras de restauração houve um gasto total de 81,4 milhões de reais.

A previsão de abertura era para o dia 25 de junho do ano de 2020, segundo informação do Governo Brasileiro do Estado de São Paulo e com apoio master ainda EDP e da Fundação Roberto Marinho, instituição ligada a Rede Globo de Televisão.

Segundo uma reportagem da Sapo, essas são as grandes mudanças comparando com a versão existente antes do incêndio³³:

“A área ocupada pelo museu foi expandida e incluiu um café no terraço com vista para o Parque da Luz e integração dos pátios laterais. Segundo o Governo do estado de São Paulo, o museu terá experiências inéditas, como “Línguas do Mundo”, que destaca 20 das mais de sete mil faladas hoje; “Falares”, que traz os diferentes sotaques e expressões no Brasil; e “Nós da Língua Portuguesa”, que aborda a sua presença no mundo, com a diversidade cultural da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Permanecem no acervo experiências de comunicação com o público, como a instalação “Palavras Cruzadas”, que mostra as línguas que influenciaram o português no Brasil, e a “Praça

³¹ Com a exceção do Sabesp.

³² Polícia conclui inquérito sobre museu da Língua Portuguesa em SP sem apontar culpados por incêndio e morte de bombeiro: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/04/policia-conclui-inquerito-sobre-museu-da-lingua-portuguesa-em-sp-sem-apontar-culpados-por-incendio-e-morte-de-bombeiro.ghtml> 2-02

³³ Museu da Língua Portuguesa foi destruído por um incêndio em 2015, mas vai voltar a abrir portas: <https://24.sapo.pt/actualidade/artigos/museu-da-lingua-portuguesa-foi-destruido-por-um-incendio-em-2015-mas-vai-voltar-a-abrir-portas>

da Língua”, espécie de “planetário do idioma” que homenageia o português escrito, falado e cantado, num espetáculo imersivo de som e luz.”

O site oficial disponibilizou de uma forma muito didática uma linha do tempo de todos os passos do processo desde o mês do incêndio até a previsão de abertura³⁴. Como relatado acima, o incêndio ocorreu no dia 21 de dezembro de 2015 e logo que foi detetado o fogo, as equipas do Corpo de Bombeiros, Guarda Civil e a Defesa Civil da cidade de São Paulo chegaram ao Museu e conseguiram contê-lo. Segundo informações dadas pelos responsáveis do Museu, todas as medidas de segurança estavam em dia e o edifício possuía seguro contra incêndio (foi recebido em primeira instância o valor de R\$ 45 milhões); e os funcionários foram acolhidos pela Pinacoteca (Museu de São Paulo de Arte Contemporânea).

O Museu da Língua Portuguesa como era basicamente um Museu virtual e muito interativo e pelas medidas de segurança implementadas (backups e arquivo) foi capaz de ser reconstruído. O Museu não parou de funcionar e as suas atividades foram realocadas para outros espaços. Também a exposição temporária que estava no momento do desastre não possuía peças originais da Câmara Cascudo³⁵, era constituída apenas por elementos museográficos e réplicas, o que permitiu diminuir os danos causados.

Um mês após o desastre, em janeiro de 2016, o então Governador Geraldo Alckmin assinou um convénio com a Fundação Roberto Marinho (que tinha colaborado também com a primeira inauguração), para assumir a responsabilidade pelas obras de reconstrução, restauro e reinstalação do Museu. A Organização Social ID Brasil assumiu a responsabilidade pela gestão do convénio através da Secretaria da Cultura. O projeto arquitetónico usado no processo de restauro foi o do ano de 2006.

Entre os meses de janeiro a março, procedeu-se exclusivamente à retirada dos escombros e à limpeza das lajes, possibilitando assim as avaliações técnicas necessária e os estudos para a escolha do melhor processo de restauro, tanto do edifício do Museu como da Estação de trem da Luz. Houve a necessidade de cobrir o imóvel para o proteger da água da chuva e do sol forte.

³⁴ Linha do tempo de reconstrução do Museu da Língua Portuguesa:
<https://museudalinguaportuguesa.org.br/reconstrucao/linha-do-tempo/#2019>

³⁵ Historiador, antropólogo, jornalista e advogado brasileiro e dedicou seus estudos a cultura de seu país.

Outras iniciativas se seguiram. No mês de maio foi realizado o *Seminário para discutir o futuro do Museu*, que abordou os primeiros meses de restauro e os 10 anos total de funcionamento; no mês de agosto o Presidente de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, em visita ao Brasil, declarou o apoio à reconstrução do Museu; no mês de novembro foram aprovados os projetos de restauro pelo IPHAN e pelo Ministério da Cultura para captação de recursos pela lei Federal de Incentivo à Cultura. No final de 2016 foi anunciado mais três grandes patrocinadores: o Grupo Itaú, o Grupo Globo e a empresa portuguesa EDP. Tiveram igualmente início as obras de restauração das fachadas e esquadrias. O ano de 2017 inicia-se com preocupação com a sustentabilidade e um projeto é iniciado para obter o selo de certificação LEED, já no mês de junho o Consulado Geral de Portugal, assinou o acordo de Cooperação entre o Estado de São Paulo, o Instituto Camões e a Fundação Roberto Marinho, prevendo o apoio técnico para o restauro, divulgação e a possibilidade de exposições conjuntas Brasil /Portugal com o foco na promoção da língua portuguesa.

Dois anos após o incêndio, a restauração das fachadas do Museu foi encerrada e dentro dos requisitos da sustentabilidade, cerca de 85% da madeira utilizada na reconstrução veio de material reaproveitado do próprio edificado. No ano de 2018, mais precisamente no mês de julho, a reconstrução da cobertura é dada como concluída e no ano seguinte as obras mantiveram-se, para assegurar a reabertura no primeiro semestre de 2020. Infelizmente devido à Pandemia Covid 19³⁶ os planos foram adiados e não se tem atualmente uma previsão.

Desde o ano da sua abertura (2006) até ao ano do incêndio (2015), as atividades desenvolvidas foram as seguintes³⁷:

- 3.931.040 visitantes;
- Mais de 30 exposições temporárias;

³⁶ A confirmação da existência do vírus Covid 19 no Brasil foi obtida no dia 26 de fevereiro de 2020, com o surgimento do primeiro caso no Estado de São Paulo, sendo o epicentro da pandemia no país. Por recomendações da OMS e também do governo brasileiro os museus foram fechados, tal como todas as instituições de ensino. O ICOM Brasil emitiu recomendações oficiais para instituições museológicas, arquivistas e bibliotecas em tempos de Covid 19.

³⁷ segundo informações do museudelinguaportuguesa.org.br

- Homenagens a grandes escritores como Clarice Lispector, Guimarães Rosa, Jorge Amado, Fernando Pessoa, entre outros;
- O diploma de reconhecimento da UNESCO como o melhor projeto na área de Informação e Comunicação, no ano da sua abertura;
- Prêmio da Fundação Luso-Brasileira, na categoria Cultura e Ciência no ano de 2006;
- Prêmio maior da Arquitetura, é considerado o Nobel da Arquitetura, o Prêmio Pritzker, para Paulo Mendes de Rocha. Antes dele apenas Niemeyer como brasileiro o tinha recebido;
- No ano de 2014 ganhou o certificado de excelência dado pelo TripAdvisor como um dos melhores museus do Brasil e da América do Sul, entre outros.

4.2 Incêndio na Catedral de Notre-Dame (2019)

Um exemplo mais recente e, talvez, com maior impacto na imprensa mundial, é o incêndio na Catedral de Notre-Dame, com mais de 800 anos de história, carregando em si símbolos significantes da história política, religiosa e artística da Europa e da França, sendo o monumento histórico mais visitado da cidade. Foram 182 anos desde a sua pedra fundamental até ao fim das construções no ano de 134, quando foi considerada completa a sua obra.

Era possível encontrar na Catedral:

“... em suas paredes exteriores, a sacra família, os santos e profetas, as virtudes e os vícios personificada e as esculturas representando relatos bíblicos, e, principalmente, o que nos chama atenção, a gárgula, e no Portal do Juízo Final, algumas esculturas de apectos amedrontadores, seja para usá-los como elemento coercivo, ou como representação do que seria um diabo segundo os ensinamentos da época. ...O Portal Oeste, também chamado de Portal do Julgamento ...imagens esculpidas diretamente na preda, retratam o destino das almas depois do juízo final. A estética reforça a intenção do autor, quando elaborou cada imagem com seus trajes lisos, com semblantes que caracterizam um estado de graça, de humildade e de fé. Ao contrário dos redimidos, se alinham ao lado esquerdo, também logo abaixo de Cristo, as almas dos condenados acorrentados a uns carrancudos seres de rabo e chifres, suas vestes

amassadas... três rosáceas adornadas com vitrais, de coloridas imagens, que nos remetem à tradição cristã” (CHAVES, GALANTE e SCHULTZ, 2010).

Não foi a primeira vez que a Catedral sofreu com perdas patrimoniais. Durante a Revolução Francesa, as forças revolucionárias usaram o edifício como alvo de luta e resistência, destruindo estátuas e imagens do interior; chegando a ser local de encontro para celebrações pagãs. Apenas com Napoleão Bonaparte e o fim do processo revolucionário é que a Catedral volta a responsabilidade do Vaticano.

Victor Hugo, um importante nome da literatura francesa, realizou uma campanha de renovação do edifício, após anos em estado de deterioração. A campanha tem início com o livro *Notre-Dame de Paris*, mais conhecido mundialmente pelo título *O Corcunda de Notre-Dame*.

O edifício ainda foi palco de importantes reuniões e eventos durante a Comuna de Paris³⁸, da Primeira e Segunda Guerra Mundial e das revoluções culturais ocorridas em 1968.

A sua arquitetura gótica é um dos exemplos mais genuínos do estilo, servindo de exemplos para inúmeras outras igrejas.

São inúmeras as razões para enaltecer a sua importância histórica e social pelo que a UNESCO classificou-a como Património da Humanidade.

O incêndio ocorreu no fim da tarde de 15 de abril de 2019. Dado o adiantado da hora, a Catedral já estava vazia e por isso o objetivo principal das equipas de resgate foi, desde o princípio, tentar salvar o máximo de bens patrimoniais que se encontravam no interior da igreja e justamente por isso, os jatos de água em direção ao edifício não foram agressivos; apenas com a queda do pináculo é que os bombeiros perceberam que a segurança já estava bastante comprometida, afetando toda a Igreja³⁹.

Segundo o *Jornal Nacional Diário*⁴⁰, defende-se a construção integral da Catedral, acrescidos os elementos do restauro do século XIX, com foco no pináculo do topo do edifício.

³⁸ Primeiro governo com base operária da França.

³⁹ Incêndio Notre-dame, Paris: conexaoparis.com.br/2019/04/16/incendio-notre-dame-paris/

⁴⁰ 17/04/2019, página 6 e 7

Cabe aqui salientar que em 1963, aquando dos 800 anos da Catedral, houve uma grande restauração, culminando numa grande comemoração. Cinquenta anos após esse marco de 8 séculos (ano de 2013), se iniciou uma nova restauração, estando em curso no 15 de abril de 2019 (data do incêndio). Os andaimes estavam instalados no edificado (cerca de 500 toneladas) e com o calor causado pela alta temperatura se fundiram, dificultando o início da reconstrução, além do alto nível de chumbo, deixando as obras paradas pelo risco de contaminação com o chumbo, por mais de um mês, até final de julho de 2019. As perdas patrimoniais são gigantescas, a *Revista Exame* as apontou, um dia após o incêndio:

- Perdas do acervo:
- Pináculo: datava de 1859 do arquiteto Eugène Viollet Duc, com 45 metros de altura e ficava no centro da catedral. Sem nenhuma certeza ainda por parte dos especialistas, mas acredita-se que o fogo teve seu estopim nesse ponto mais alto.
- Transepto norte e o cruzeiro (espaço próximo ao pináculo): recebeu muita água por parte dos bombeiros.
- Relíquias: as correspondentes de São Dionísio e Santa Genoveva e um dos setenta espinhos da Coroa de Cristo.
- A cobertura: perdeu-se dois terços do seu total e era todo feito em madeira de carvalho.
- Três rosetas: representavam as flores do paraíso e datava do século XII, porém os danos são considerados reversíveis.

O que foi salvo:

- Estátuas dos doze apóstolos e quatro evangelistas: por conta da restauração que ocorria, esse património móvel foi retirado.
- Órgão: o maior dos três órgãos da Catedral, com cinco toneladas e oito mil tubos.
- Torres frontais e fachada: exemplos da arquitetura gótica, a torre Norte (ano de 1220) e a Sul (ano de 1230) e na fachada está esculpido trechos o Evangelho de São Mateus.

- Relíquias da Catedral: durante o incêndio os bombeiros salvaram a túnica do rei São Luís, datado do século XIII, o que se acredita ser a coroa de espinhos, um cravo que crucificou Jesus Cristo e um pedaço da cruz.
- Quadros Mays: cinquenta pinturas datadas de 1630 e 1707, que foram doadas pelos artesões de Paris.

Como risco de desmoronamento ainda é grande foram instalados cimbres, armações de madeira que servem de molde e sustentação, assim será instalado outro andaime por cima dos fundidos pelo calor, para os operários conseguirem descer por cordas e cortarem barra a barra. Inúmeras iniciativas não programadas inicialmente fizeram disparar o orçamento da primeira fase⁴¹.

Outro fator importante tem sido o debate em torno da decisão sobre qual a forma arquitetônica que terá a Catedral Notre-Dame no futuro, pois através de uma pesquisa os franceses desejam vê-la como estava antes do incêndio, já o governo francês deseja uma arquitetura mais atual, tendo o presidente Emmanuel Macron anunciado um concurso internacional, que poderá resultar em uma “expressão arquitetônica contemporânea” para substituir o pináculo do século XIX⁴².

A *Revista Exame* ainda completa a notícia afirmando que a Assembleia Nacional da França aprovou a lei de reconstrução do edificado, embora a forma arquitetônica não tenha sido mencionada diretamente no texto da nova lei. Só recentemente⁴³, perante as questões sobre Qual o valor que será gasto para a reconstrução? A Catedral será reconstruída como antes do ocorrido ou terá uma arquitetura mais moderna? O pináculo será reconstruído? Quanto tempo levará para a Catedral estar pronta para voltar a abrir suas portas? se obtiveram algumas respostas. Após uma reunião com a Comissão Nacional de Patrimônio e Arquitetura (CNPA), Macron mudou de ideias e assinalou que apoia um restauro com a duração de cinco anos que devolva a catedral à sua aparência anterior à tragédia. Foram consultados historiadores, arquitetos e especialistas que aprovaram as principais linhas do projecto de restauro assinado por Philippe Villeneuve, defensor da reconstrução de acordo com o desenho de Eugène Viollet-le-Duc. A decisão

⁴¹ Segundo o *Jornal Estado de Minas*, 11/10/2019.

⁴² *Revista Exame*, 24/07/2019

⁴³ Decisão tomada a 9 de julho de 2020

de optar por esta solução teve ainda em conta a necessidade de não atrasar mais o restauro. A reabertura está prevista para 2024.

Capítulo 5 – Museu Nacional do Rio de Janeiro – estudo de caso

O Museu Nacional, localiza-se no Rio de Janeiro, no bairro de São Cristóvão e na zona denominada como Parque da Quinta da Boa Vista. A sua gestão está a cargo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com um acervo valiosíssimo desde o edificado até suas inúmeras obras que ajudam a contar a história do Brasil e parte da história de Portugal, a partir da saída da família real após as invasões francesas.

O edificado é/era classificado pelo Instituto Património Histórico Artístico Nacional (IPHAN – órgão brasileiro, responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de classificação do Património Cultural Brasileiro) como património mundial e possui o título de primeira instituição museológica e de pesquisa do Brasil e de maior museu de história natural e antropológica da América Latina.

Para o estudo de caso, torna-se necessário abordar a história do edifício, desde a construção no Paço de São Cristóvão até a utilização atual pela UFRJ, levando em consideração os dois palácios que serviram de inspiração: o Palácio Real da Ajuda, em Lisboa, no início das obras no período de D. João (1808 até 1821- data essa também da chegada da Família Real Portuguesa) e o Palácio de Versalhes, em Paris, com as suas proporções gigantescas de jardim (DANTAS, 2007).

Para esta contextualização foi usada a obra de Regina Dantas (2007).

5.1 Contextualização histórica

No século XVI, foi doado aos jesuítas por Estácio de Sá⁴⁴ em 1565 o lote das primeiras sesmarias⁴⁵, identificado por se estender de Iguaçu até Inhaúma, onde anos depois seria dividido em três: Engenho Velho, Engenho Novo e São Cristóvão (SILVA, 1965, p. 29-30).

⁴⁴ Fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro

⁴⁵ Sistema de doação de lotes pelo rei de Portugal, com a intenção do proprietário cultivar a terra, aumentando a produção agrícola e a coroa portuguesa conseguiria povoar o território recém encontrado e denominado como colónia de Portugal.

Durante os séculos XVII e XVIII os jesuítas eram os maiores proprietários de lote, até as ações de Marquês de Pombal contra a Companhia de Jesus e gerando a expulsão dos jesuítas da cidade, pois o poder deles era o oposto do interesse da coroa portuguesa e com o confisco dos bens a administração das terras passa a ser responsabilidade do poder real (DANTAS, 2007, p. 36).

A fazenda de São Cristóvão, manteve o nome, mas com a denominação de bairro, com a saída dos jesuítas e com o fim do período de sesmarias, o comerciante luso-libanês Elie Antun Lubbus adquire a residência no ponto mais alto de São Cristóvão e em 1803 já estava sofrendo por obras no seu edificado (DANTAS, 2007, p. 36).

Com a ida da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, por questões políticas⁴⁶ e como a historiografia afirma que essa transferência já era um possível plano desde o século XVII, como solução de emergência em situação de crise e D. João convencido que era uma situação de extrema gravidade, se transfere com a corte portuguesa para o Rio de Janeiro⁴⁷ em novembro de 1807, com uma comitiva de 20 mil pessoas, incluindo naturalistas, artistas e embaixadores; sendo que a população da cidade brasileira não passava de 60 mil pessoas (SCHWARCZ, 1998, p:36).

Com a transferência para o Brasil significou o fim do regime colonial, onde a colônia faria o papel de metrópole, ou seja, a capital do Império Luso-Brasileiro, recebendo brasileiros e estrangeiros desejosos de contato com corte portuguesa (NEVES, 1999, p: 28 e 29).

O comerciante Elias que adquiriu a residência da antiga Fazenda de São Cristóvão, realizou uma grande reforma na sua casa-grande para apresentar D. João, onde o mesmo aceitou a prenda; assim a zona de São Cristóvão se torna a casa oficial da Família Real Portuguesa (KHATLAB, 2002, p19).

A Chácara possuía uma vista privilegiada do alto do terreno, de uma lado se via o mar e do outro a Floresta da Tijuca e o Corcovado, por causa da sua grande beleza ficou

⁴⁶ Desde o fim da União Ibérica em 1640, Portugal se sentia ameaçada pelo expansionismo espanhol e o inglês e optou por apoiar os franceses, fechando os portos a Inglaterra; assim França e Espanha assina o Tratado Fontainebleau em 1807 e Napoleão colocou em prática a estratégia de conquista da Península Ibérica, indo em direção também a Lisboa (centro do poder da coroa portuguesa). Com a clara ameaça da invasão napoleônica, a Família Real Portuguesa se transfere para a colônia.

⁴⁷ Principal portão de entrada e saída do Brasil.

conhecido como a Quinta da Boa Vista, o único inconveniente era o trajeto⁴⁸ que a carruagem deveria fazer até chegar o Paço da Cidade (DANTAS, 2007, p. 38).

A residência real sofre com alterações após 1810, pelo casamento de D. Maria Tereza de Bragança, a filha mais velha de D. João, com o infante da Espanha D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança; passando a ser necessário ampliar para abrigar a família crescente. D. João contou com Manoel da Costa para realizar a ampliação e usou como modelo o Palácio da Ajuda – atual Palácio Nacional da Ajuda em Lisboa (DANTAS, 2007, p. 39).

Outra expansão ocorreu em 1816, nos fundos do palácio, pelo arquiteto inglês John Johnson⁴⁹, para o casamento de D. Pedro I com D. Carolina Josepha Leopoldina, austríaca e apaixonada pelas ciências naturais e uma das principais incentivadoras da criação do Museu Real; projetando quatro pavilhões com inspiração neogótica⁵⁰, mas realizou apenas uma (o torreão norte); anos mais tarde é construído o torreão sul com o objetivo de expandir a área residencial (DANTAS, 2007, p:40).

Em 1817, o Paço se tornou propriedade da Coroa com ampliação do terreno, gasto esse que foi do Tesouro Real. E a Proclamação da Independência do Brasil⁵¹ ocorreu em 1822 e as remodelações continuaram, sempre com o objetivo de servir aos soberanos de maneira funcional e para demonstrar a soberania do poder Real.

A inglesa Maria Graham⁵² desenhou o Palácio em São Cristóvão (figura 1), onde o Palácio está no centro da imagem e no ponto mais alto, com o torreão norte e a frente o portão presenteado pelo Duque inglês para D. João e em primeiro plano um escravo, demonstrando que a escravidão era muito presente na corte.

A inglesa também produziu um diário, onde fez observações sobre o Palácio, relatando o estilo mourisco e as paredes externas na cor amarela (cor essa que se mantém atualmente nas paredes do Museu) (GRAHAM, 1990, p 297). As cores verde e amarela foram

⁴⁸ O trajeto era bem difícil e longo e o perigo era a carruagem cair em local alagadiço e escuro, por isso o príncipe regente mandou aterrar um novo caminho e construir postos de alvenaria nas duas margens da trilha, com lâmpadas de azeite para iluminar o trajeto (BARDY 1965, p:104).

⁴⁹ A escolha do arquiteto e do estilo arquitetônico se deu pela Abertura dos Portos às Nações Amigas e com isso Inglaterra teve vantagem em apresentar um projeto e ser aceito, por ser considerada a maior nação amiga de Portugal.

⁵⁰ Estilo caracterizado pela claridade e altura, usando abobadas e arcos pontiagudos, provenientes da Idade Média, emergindo das formas românticas e bizantinas (BURDEN, 2002, p:46)

⁵¹ D. João retorna para Lisboa em 1821 e proclama seu filho como Príncipe Regente, onde o mesmo é coroado em 1822

⁵² Foi ao Brasil a convite de D. Pedro I para retratar o Novo Mundo.

transformadas em cores nacionais, simbolizando a casa de Bragança e a segunda de Habsburgo- Lorena de Dona Leopoldina (NEVES, 1999, p: 88).



Figura 1 – Paço de São Cristóvão desenhado por Maria Granham. *A Casa do Imperador. Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Programa de Pós-graduação em Memória Social. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Já no final do período de governo de D. Pedro I houve mudança na fachada e na construção de um novo torreão ao sul e com três andares, no estilo neoclássico⁵³ predominando até o final das reformas do Palácio, com responsabilidade do francês Pierre Joseph Pézerat (SANTOS, 1981, p:46).

Com todas essas reformas e mudanças de responsável pelas obras o edificado foi considerado um dos primeiros exemplos de ecletismo do século XIX (PEIXOTO, 2000, p: 31) e por essas diferenças que através que um desenho de Jean-Baptiste Debret, que é constatado os torreões em estilos diferentes (o da esquerda, neoclássico e o da direita, neogótico) e uma cúpula bulbosa mourisca, como pode ser visto na figura 2.



Figura 2 – Desenho de Debret. *A Casa do Imperador. Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. Dissertação (Mestrado em Memória Social)- Programa de Pós-graduação em Memória Social. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

⁵³ Uma recuperação do estilo formal da Antiguidade Clássica Romana e Grega, muito comum as formas geométricas.

Em meio a inseguranças políticas, que resultou na abdicação de D. Pedro ao trono em favor do seu filho: Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga (D. Pedro II), nasceu no Paço no dia 2 de dezembro de 1825, aos 5 anos foi proclamado como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, aos 14 anos (foi decretada a sua maioridade para assumir o poder real).

Em 1850, D. Pedro II, já com seus 24 anos assume a responsabilidade pelas próximas obras do Palácio, com a coordenação de Manuel de Araújo Porto Alegre (TELLES, 1965, p: 226-228):

- Incluindo a escadaria de mármore do pátio;
- Reforma do torreão norte;
- Nivelamento da fachada do prédio em três pavimentos;
- Retirada da escada semicircular;
- Capela São João Baptista;
- Colocação de 30 estátuas de deuses gregos em toda a extensão do telhado - pode ser encontrado até hoje.

O edifício possui sua principal importância histórica para Brasil e Portugal por ter abrigado a família real portuguesa do ano de 1808 até o ano de 1821 e na sequência a família imperial brasileira de 1822 até o ano de 1889.

No ano de 1892 se destina ao uso atual de Museu, sob ainda a denominação de Museu Real, desde o ano de 1784, sendo instalado na Região do Campo de Santana, também na cidade do Rio de Janeiro, reunindo o acervo do antigo Casa do Pássaros (Casa de História natural).

O museu nasce com a missão de promoção do progresso socioeconômico do Brasil, com foco na educação, ciência e a cultura; desde o século XIX ganha destaque como um museu de ciências naturais e antropológico e o mais importante da América Latina. No ano de 1946 foi incorporado à UFRJ e ganha mais destaque no meio acadêmico na área de pesquisa.

O Museu Nacional/UFRJ oferece cursos de extensão em diversas áreas de conhecimento, administra o Horto Botânico, a Estação Biológica de Santa Lúcia (localizado na cidade de Santa Teresa – ES), o centro de apoio às pesquisas de campo em Saquarema - RJ, realiza exposições temporárias, atividades educacionais e produz um periódico científico especializado em ciências naturais, criado no ano de 1876 e chamado: Arquivos do Museu Nacional.

5.2. Acervo patrimonial

A criação do museu visava atender aos interesses de promoção do progresso socioeconômico do país através da difusão da educação, da cultura e da ciência.

O acervo do interior do edifício nasce com a transferência de instrumentos, máquinas e gabinetes dispersos em outras instituições, pela doação de objetos de arte e da Antiguidade da família real portuguesa, pelas coleções existentes na Casa dos Pássaros, pela coleção de mineralogia, conhecida como Coleção Werner, e por peças etnográficas provenientes das províncias do Brasil.

Somando a isso, já se tinha: acervo bibliográfico formado de livros, folhetos, periódicos, multimeios, in-fólios, obras raras, mapas, teses e dissertações pertencentes à Biblioteca da instituição e da Biblioteca Francisca Keller, documentos estes pertencentes ao Programa de Ensino de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS); acervo científico composto por exemplares representativos da biodiversidade, fósseis, objetos etnográficos e arqueológicos, pertencentes aos Departamentos de Antropologia, de Botânica, de Entomologia, de Geologia e Paleontologia, de Invertebrados e de Vertebrados e acervo documental constituído de material arquivístico, custodiado pela Seção de Memória e Arquivo (SEMEAR) e pelo Centro de Documentação em Línguas Indígenas (CELIN).

Dentre os mais de 20 milhões de itens que o Museu possuía, era destaque a coleção de arte e artefactos greco-romanos da Imperatriz Teresa Cristina; as coleções de Paleontologia que incluem o *Maxakalisaurus topai*, dinossauro proveniente de Minas Gerais, o primeiro dinossauro de grande porte a ser montado no Brasil”; o mais antigo fóssil humano já encontrado batizada de "Luzia", que podia ser apreciado na coleção de

Antropologia Biológica; nas coleções de Etnologia com objetos que mostravam a riqueza da cultura indígena, cultura afro-brasileira, culturas do Pacífico e na Zoologia.

Como o acervo patrimonial é muito grande, darei destaque aos objetos adquiridos por D. Pedro II (denominação adquirida no Brasil), como o **Caixão de Sha Amun en su**, trata-se de um presente que recebeu, em 1876, na sua segunda visita ao Egito; uma coleção de múmias egípcias que D. Pedro I arrematou em 1826 múmias de adultos, crianças e também de animais, como gatos e crocodilos, onde a maioria das peças veio da região de Tebas.

E o próprio edificado que ao longo dos anos sofreu mudanças estruturais e de função, como no período de 1808 (ano da transferência da corte portuguesa para a então colônia) até 1822 e serviu como residência da Família Real Portuguesa, sendo nos últimos 7 anos desse período, a morada do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Já no período do Império (1822 até 1889), sua função era a mesma já citada, mas abrigava a Família Imperial Brasileira, isso desde 1822, quando ocorreu a proclamação da independência do Brasil por Dom Pedro de Alcântara de Bragança, Príncipe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e, posteriormente, o primeiro imperador do Brasil com o título de Dom Pedro I.

Para acomodar a Família Real, o casarão da Quinta sofreu a reforma mais importante na época das núpcias do Príncipe D. Pedro com Maria Leopoldina de Áustria e durou de 1816 até 1821 e o encarregado do projeto foi o arquiteto inglês John Johnston, que, além da reforma do Paço, fez instalar um portão monumental em sua entrada, presente de casamento do general Hugh Percy, 2.º Duque de Northumberland, o portão inspirado no pórtico de Robert Adams para a "*Sion House*", residência do nobre na Inglaterra, é moldado em uma espécie de terracota denominada "*Coade stone*", fabricada pela empresa inglesa *Coade & Sealy*. Atualmente o presente pode ser encontrado na entrada principal do Jardim Zoológico, nas dependências da Quinta e foi tombado pelo IPHAN.

O destaque também fica pela linha arquitetônica do Paço em semelhança do Palácio da Ajuda, em Lisboa, inacabado devido às invasões francesas e transferência da corte para o Brasil e mais tarde pela vitória do liberalismo em Portugal, ganhando o da Quinta da Boa Vista o relevo merecido como nova capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e do império português.

Com a independência do Brasil, D. Pedro I encarregou das obras do agora Paço Imperial o arquiteto português Manuel da Costa (1822-1826), posteriormente substituído pelo francês Pedro José Pézerát (1826-1831), creditado como autor do projeto em estilo neoclássico do edifício.

Após o casamento em 1817, D. Pedro e a Imperatriz, D. Leopoldina, passaram a residir no Paço, ali nasceram a futura Rainha de Portugal, D. Maria II , em 4 de abril de 1819, nascida como: “Alteza Imperial Dona Maria da Glória de Bragança”, a princesa imperial do Brasil, e o futuro imperador do Brasil, D. Pedro II, em 2 de dezembro de 1825 e Princesa Isabel, filha de D. Pedro II com D. Teresa Cristina em 29 de julho de 1846 e também foi local do falecimento da imperatriz Dona Maria Leopoldina, em 1826. Na Quinta também foi cenário da educação de D. Pedro II.

Atualmente o Palácio da Quinta é a sede do Museu Nacional do Rio de Janeiro, com a mesma configuração estrutural inicial de residência real portuguesa, de acordo com as plantas de cada pavimento do edifício.

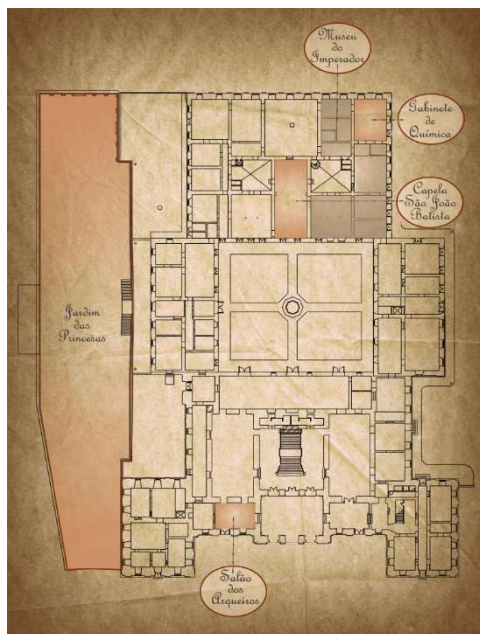


Figura 3. Planta do primeiro pavimento, onde era ocupado por algumas exposições e, principalmente pelos espaços acadêmicos do Museu.
Disponível:

<http://www.museunacional.ufrj.br/casadoimperador/pavimento1.html>

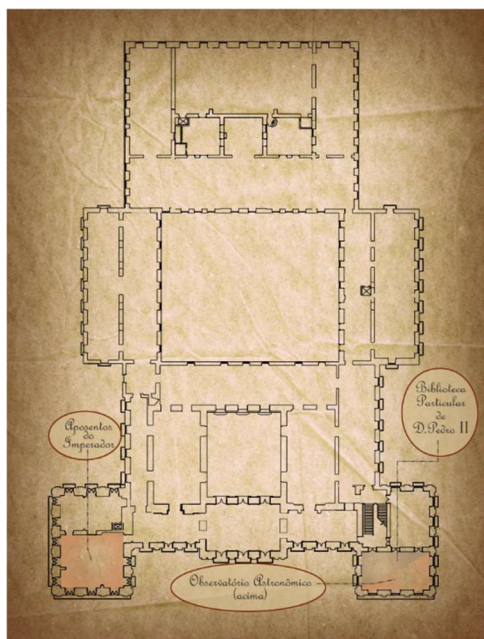


Figura 4. Planta do segundo pavimento onde era concentrado a maior parte das exposições do Museu.
Disponível:

<http://www.museunacional.ufri.br/casadoimperador/pavimento2.html>

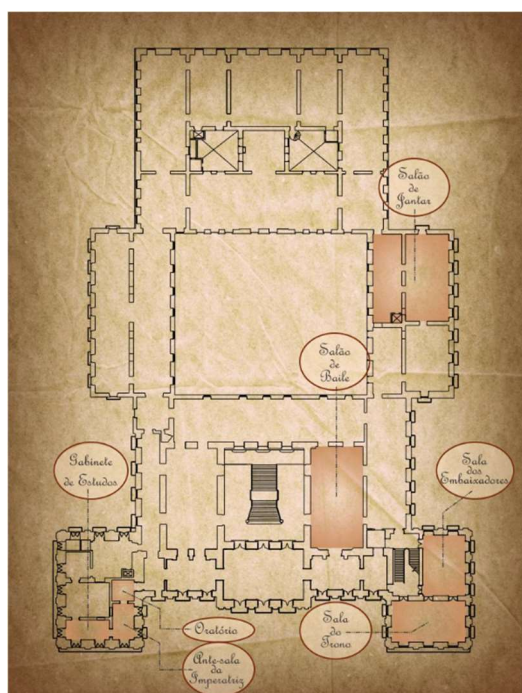


Figura 5. Planta do terceiro pavimento onde estavam localizados a maior parte da área acadêmica e a parte administrativa do Museu, esta área era inacessível a visitantes. Disponível:

<http://www.museunacional.ufri.br/casadoimperador/pavimento3.html>

Por todo esse acervo cultural e científico gigantesco e diversificado, o Museu Nacional era considerado o maior museu de história natural da América Latina

5.3 Linhas de pesquisa e seu acervo acadêmico e científico

O Museu possui as seguintes áreas de atuação em pesquisa: antropologia, botânica, entomologia, geologia e paleontologia, invertebrados, vertebrados e influenciando o mundo acadêmico pela sua importância e pelo acervo que possuía.

O departamento de Antropologia encontrava-se dividido em cinco sectores, representando os seguintes conhecimentos: biológico (onde incluem remanescentes dos ossos humanos das mais antigas datações das Américas), social (trata-se do programa de pós graduação criado em 1968, envolvendo também os sectores de etnologia e linguística), arqueológico (em constante mudança graças aos projetos da arqueologia pré-histórica do curso de mestrado), etnologia e etnografia (estuda as relações das sociedades indígenas com a sociedade nacional, incluindo o laboratório de pesquisa em etnicidade, cultura e desenvolvimento), linguístico (função de preservar as coleções de documentos sonoros e formação de pesquisadores em línguas indígenas).

O departamento de botânica foi iniciado em 1842, inicialmente chamado de Botânica, Agricultura e Artes mecânicas; atualmente possui laboratórios de identificação e anatomia das plantas, identificação e a ecologia das algas, estudo do pólen, relação entre as plantas e os polinizadores e também com o homem e as plantas. Ainda conta com o herbário que foi fundado em 1831, com representação de todos os biomas do Brasil, eram mais de 550 mil exemplares de coleções históricas, até de outros países. No horto era possível encontrar cerca de 330 espécies vegetais oriundas de ecossistemas brasileiros e espécies exóticas e ainda.

O departamento de Entomologia possuía uma das maiores e mais representativas coleções de insetos da América Latina, oriundo do antigo sector de Zoologia que teve início em

1842, onde ganha o status de departamento apenas em 1971. Possuía mais de 5 milhões de exemplares que ficavam disponíveis para pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

O departamento de Geologia e paleontologia teve suas pesquisas iniciadas em 1842, atuando nos aspectos da evolução geológica e biológica da Terra; com acervo iniciado no século XVIII, incluindo doações, permutas, coleta de expedições no Brasil e em países, com: Alemanha, Argentina e China, incluindo materiais da primeira expedição a Antártica, onde foram coletadas rochas e fósseis do Gretáceo da região; possui sete sub sectores: geologia sedimentar e ambiental, meteorítica, mineralogia, paleovertebrados, paleobotânica, paleopalinologia, paleoinvertebrados e petrografia. O destaque ficava com os meteoritos Bendegó e Santa Luzia, que são os maiores já encontrados no Brasil e os exemplares de pterossauros e de dinossauros da área da Bacia do Araripe, no estado do Ceará e os exemplares da preguiça-gigante e tigre-dentes-de-sabre que já estão extintas.

O departamento de vertebrados ficava instalado no Horto Botânico do Museu e possuía um dos maiores acervos da biodiversidade neotropical, com coleções iniciadas no final do século XIX, contendo cerca de 1 milhão de espécimes. Atualmente é subdividido em: herpetologia, com cerca de 100 mil exemplares de anfíbios e 30 mil espécies de répteis; mastozoologia, possuía a maior coleção de mamíferos da América Latina, com mais de 100 mil espécies catalogadas; ornitologia, com a mais diversificada de aves do Brasil, com cerca de 55 mil exemplares taxidermizados, ninhos, ovos e esqueletos.

E por último o departamento de invertebrados, com o status de referência em pesquisas em invertebrados de água doce, marinhos e aracnídeos; identificando a fauna e monitorando o impacto da ação humana. As atividades foram iniciadas no final do século XIX, nos gabinetes das secções de zoologia, apenas em 1971 que ganhou a denominação de departamento. Atualmente é subdividida em seis sectores, sendo o objeto de estudo sendo: aracnologia, aranhas, opiliões e escorpiões; carcinologia, os crustáceos; celenterologia, corais, anêmonas e os hidrozoários equinodermatologia, as estrelas, ouriços e pepinos do mar; espongiologia, as esponjas de água doce e salgada e malacologia, os moluscos

Como foi exposto acima, as linhas de pesquisa que o Museu Nacional atua, o seu acervo natural e antropológico ajuda bastante nesse desenvolvimento, com mais de 20 milhões de itens, com o destaque para a Coleção Arqueológica Balbino de Freitas classificado pelo IPHAN como património nacional em 1948; além do acervo documental com

materiais textuais, sonoros e visuais da língua indígena e de variedade do português falado no Brasil.

A Biblioteca Central do Museu era considerada uma das maiores da América Latina nas áreas de ciências antropológicas e naturais, onde tinha mais de 500 mil títulos, com criação datada oficialmente em julho de 1863, uma das preciosidades era o título “Historia naturale” do ano de 1481 de Plínio e a “Viagem filosófica: expedição científica de Alexander Rodrigues Ferreira nas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – 1783-1792” onde ganhou certificado em 2011 no Registro da América Latina e Caribe do programa Memória do Mundo da Unesco.

Outro bom exemplo de grandiosidade era a Biblioteca Francisca Keller do programa de pós-graduação da UFRJ em Antropologia Social, que possuía mais de 37 mil volumes, sendo teses, anais de congressos, periódicos e livros.

Com essas inúmeras linhas de pesquisa, esse acervo do Museu Nacional podia ser sinonimo de grandioso pelos seus números:

- 3.500 metros quadrados de área destinada a exposição;
- 21.000 metros quadrados de área de terreno do Palácio;
- 15.672 amostras nas coleções geológicas;
- 537 mil títulos nas bibliotecas;
- 150 mil visitantes anuais;
- 550 mil exsicatas de plantas do herbário;
- 6 milhões e meio de exemplares nas coleções zoológicas;
- 1.560 obras raras na Biblioteca Central;
- 130 mil itens nas coleções antropológicas;
- 26.160 fósseis nas coleções paleontológicas;
- 40.748,50 metros quadrados de horto botânico;
- 11.417 metros quadrados de área ocupada pelo Palácio.

Os museólogos também possuem uma função importante no Museu Nacional, pois havia exposições de longa e curta duração, exibidas nas salas do palácio; proporcionadas pelas pesquisas científicas desses profissionais, unidos com biólogos, design gráficos e os estagiários.

A secção de Museologia também era responsável pela exposição itinerante, chamada de: “Tesouros do Museu Nacional”, que já passou por mais de vinte cidades brasileiras e proporciona a sensação de estar dentro do Museu, mesmo não estando na Quinta da Boa Vista, através do mobiliário da família real portuguesa.

Em janeiro de 1937 foi fundada a Sociedade dos Amigos do Museu nacional, com o intuito de reunir o maior número de peças que foram arrendadas pelo Leilão do Paço, e a mesma existe até hoje. Atualmente ela não possui fins lucrativos e é voltada totalmente ao apoio em projetos de conservação, educação, ciência e cultura; foi uma importante ajuda após o incendio ocorrido no dia 2 de setembro de 2018.

5.4 O bicentenário – o ano de 2018

No ano de 2018 o Museu completou 200 anos como uma instituição e um importante marco foi o desfile no carnaval do Rio de Janeiro (maior manifestação cultural brasileira e com uma forte visibilidade internacional), onde o Grêmio Recreativo Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense desfilou com o tema: “uma noite Real no Museu Nacional” na Marques de Sapucaí.

Foi uma oportunidade de mostrar ao mundo a importância e a história do Museu Nacional, tendo se iniciado o projeto em 2017, com a apresentação da sinopse, escolha de samba enredo, desenhos para as fantasias, incentivar a participação da comunidade nas alas e em todo o processo de “colocar” na avenida o Museu.

A segunda grande comemoração do bicentenário ocorreu na 16ª Semana de Museus, onde o tema foi ressaltar os 200 anos da instituição, onde foi montado uma exposição de curta duração no próprio Museu, com as fantasias confeccionadas pela Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense, com o título: “O Museu dá samba: A Imperatriz é o relicário do bicentenário do Museu Nacional”.

O edifício do Museu é um símbolo de história; um espaço de ciências desde 6 de junho de 1818 (dez anos após a chegada da família real portuguesa ao Brasil), quando D. João

VI cria a instituição; mas também um lugar de memória, onde podemos entender que os lugares de memória possuem as marcas da história, segundo Pierre Nora (1984):

“oscilação do memorial ao histórico [...] passagem de uma história totêmica para história crítica é o momento dos lugares de memória. Não se celebra mais a nação, mas estudam suas celebrações.” (NORA, 1984, pp. XVIII-XLII)

E com essas duas grandes comemorações houve uma contribuição para os estudos sobre a história das intuições científicas do Brasil e reforçando o caráter social do Museu Nacional.

O desfile ocorreu contando não apenas a história científica e educacional da instituição, mas também enfatizando a atuação dos moradores do Paço de São Cristóvão e as suas contribuições para as ciências no Brasil no século XIX e dessa foi inserido no enredo tais nomes fortes, como: D. João VI, Imperatriz Leopoldina, D. Pedro I, Princesa Isabel, D. Pedro II e a Imperatriz Thereza (títulos esses vigentes no Brasil e não em Portugal).

Apos o desfile foi idealizado a exposição já citada, de forma a unir as peças já existentes no museu com as fantasias, mas de forma coordenada de cada item do desfile com a identificação dos espaços de colocação de cada fantasia, as relacionando com os respectivos objetos de estudo e pesquisa; como por exemplo, a sala do trono ficou a fantasia em homenagem ao Imperador D. Pedro I e sua esposa a Arquiduquesa Leopoldina; a mesma também ganhou destaque pela incentivo com a mineralogia, pois trouxe consigo seu gabinete de mineralogia ofertado pelo pai em comemoração aos seus treze anos.

Capítulo 6 – Perdas patrimoniais depois do incêndio ocorrido dia 2 de setembro de 2018

Não foram poucos os indícios de que era uma tragédia anunciada, devido a sua importância histórica e acadêmica, não tendo sido tomadas as devidas precauções em a devida orçamentação para o efeito.

Relatórios anuais sobre atividade realizados pela Biblioteca, publicados no ano de 2017⁵⁴, afirmam:

“...o prédio da Biblioteca continua sofrendo com goteiras e infiltrações, principalmente na área de guarda do acervo; há morcegos e gambás nos forros e ferrugens nos ferros expostos das marquises, convivendo servidores e usuários com plásticos pretos sobre estantes inteiras e baldes por praticamente todos os espaços, dejetos de animais sobre as paredes e estantes e o risco de gesso ou pedaços de concreto caírem sobre alguém ou equipamentos.”

Diante desse cenário lamentável por consequência da queda de verba destinado ao Museu Nacional e aos seus projetos, o público tinha acesso apenas a 1% do gigantesco acervo de 20 milhões de peças.

São mais de 200 anos de história que ficaram debaixo de escombros e cinzas, pois a primeira labareda ocorreu por volta das 19h30 do dia 2 de setembro de 2018 e apenas na madrugada do dia seguinte que os bombeiros conseguiram cessar o fogo; felizmente não houve feridos, tendo os quatro seguranças que estavam a trabalhar saíram do edificado sem ferimentos.

Diante do vasto acervo móvel e o importante edificado, as perdas patrimoniais foram proporcionais ao seu valioso patrimônio:

- I. Luzia: o mais antigo fóssil humano do Brasil – o esqueleto humano mais antigo das Américas, descoberto na região de Lagoa Santa, do estado de Minas Gerais, no ano de 1975, com idade estimada de 11.500 anos e a partir disto é possível extrair o DNA e em conjunto com análise genética, reconstruir uma parte da história das imigrações na América, antes da chegada dos europeus. O incêndio felizmente não destruiu por total o trabalho com a Luzia, pois é possível recuperar 80% dos seus ossos⁵⁵.
- II. Estrutura acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – foi criada por D. João VI no ano de 1818.

⁵⁴ Biblioteca, relatórios de atividade - ano base 2016. <http://www.museunacional.ufrj.br/biblioteca/wp-content/uploads/2016/06/Relat%C3%B3rio-anual-de-atividades-da-BMN-2016.pdf>

⁵⁵ Teresa Firmino, Publico, 9/11/2018

- III. Bendegó⁵⁶: maior meteorito encontrado no Brasil – constituído por ferro e níquel, foi encontrado no ano de 1784 na região de sertão do Bahia e desde 1888 que podíamos encontrá-lo no Museu Nacional pelo empenho do então Imperador D. Pedro II, considerando a importância científica.
- IV. Gravador de Thomas Edson: utilizado por Roquete Pinto, onde gravou cantos e cerimônias indígenas.
- V. Acervo de animais empalhados: animais de médio e grande porte como tigre e elefante, além de ter exemplos de outros países.
- VI. Esqueletos de dinossauros: de variadas épocas e diversas espécies.
- VII. Vestígios de diferentes civilizações indígenas em extinção.
- VIII. Coleções de folhetos, livros, moedas, selos, carimbos e medalhas correspondentes a história de Portugal e Brasil.⁵⁷
- IX. Itens egípcios
- X. Exposição denominada: Portugueses no Mundo, onde demonstrava as consequências económicas e culturais da chegada dos portugueses no Brasil, até a Proclamação da República do Brasil⁵⁸
- XI. O edificado: O edifício era um importante símbolo de história de Portugal e Brasil, curiosamente, no mesmo dia e mês, mas 196 anos antes (ano de 1822) foi assinado o decreto de independência do Brasil; além de servir de morada para família real portuguesa e brasileira, além da imperial brasileira⁵⁹.
- XII. Acervo científico: diversos exemplares representativos da biodiversidade, fósseis, objetos etnográficos e arqueológicos, pertencentes aos Departamentos de

⁵⁶ Bendegó: <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/geologia/geo012.html>

⁵⁷ Acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro tinha mais de 20 milhões de peças: <https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/acervo-do-museu-nacional-do-rio-de-janeiro-tinha-mais-de-20-mihoes-de-pecas>

⁵⁸ Acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro tinha mais de 20 milhões de peças <https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/acervo-do-museu-nacional-do-rio-de-janeiro-tinha-mais-de-20-mihoes-de-pecas>

⁵⁹ Acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro tinha mais de 20 milhões de peças <https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/acervo-do-museu-nacional-do-rio-de-janeiro-tinha-mais-de-20-mihoes-de-pecas>

Antropologia, de Botânica, de Entomologia, de Geologia e Paleontologia, de Invertebrados e de Vertebrados.

XIII. Diário a Imperatriz Leopoldina.

XIV. Trono do Reino de Daomé: doado ao príncipe regente D. João VI no ano de 1811 pelos embaixadores do Rei Adandozan (1718-1818)

6.1 Memória também é destruída

A perda de património ocorre ao longo da história e por variados motivos, como por consequência de um conflito armado, por um desastre natural, por uma negligência humana como é o caso da maioria dos incêndios; mas o fator comum em todos os casos é a perda memória.

Nos casos de guerra o ato de destruir o património tinha o sinónimo de derrotar psicologicamente o adversário por um ideal político, religioso ou cultural e por consequência abalando o sentimento de patriotismo e a memória daquele povo, destruindo ou danificando parte da sua história. Nos exemplos dos incêndios também houve a perda de memória de um povo, com perdas irreparáveis, por não terem peças similares em outra localidade ou pelo desconhecimento nos casos em que não tinha sido realizada a catalogação dos itens.

Na carta de Nara (ICOMOS) escrita em 1994, foi afirmado que a destruição de certos monumentos pode estar ligada com os valores e ideais específicos de cada cultura. A tradição de um povo pode ser um ato condenável para outros (ICOMOS, 2004).

Para Holtorf, (2006) a sociedade contemporânea foi ganhando aos poucos a obsessão por manter os objetos do passado em condições imutáveis; os fundamentalismos da preservação do património devem ser tratados com cuidado, pois a ideia de perda de património pode construir de maneira igualmente significativa para a memória e identidade de um povo.

A história é algo contínuo e não estático, por isso a destruição do património não é um contexto oposto ao da história, por ter sido um “capítulo” importante de um todo e construiu o que temos hoje. Através da mudança gerando a perda de algo. Faz parte da história do monumento a sua perda ou seu dano e isso gera a herança cultural para as próximas gerações.

Segundo o IBRAM(2013), as nossas escolhas e afetos integram a memória patrimonial

“Somos construídos pelos afetos. Somos construídos por escolhas. Elegemos, escolhemos, guardamos nossos afetos. Evidenciamos ou esquecemos... todos são guardados. E onde são guardados os afetos? Na lembrança, na memória, no museu. Elegemos e escolhemos o que os identifica.”

Na memória do povo brasileiro, infelizmente, é frequente o património material virar cinzas como o exemplo do Museu Nacional, o Museu da Língua Portuguesa, esses citados no presente trabalho, mas outros incêndios ocorreram apenas na UFRJ, segundo Bochner (2018):

- Ano de 2011 – Palácio Universitário e a Capela São Pedro de Alcântara, datada de 1850 e classificada pelo IPHAN como património nacional
- Ano de 2012 – Faculdade de Letras
- Anos de 2014 – laboratório de microbiologia do Centro Ciências da Saúde
- Ano de 2016 – uma sala no prédio da pró-reitoria na cidade universitária
- Ano de 2017 – alojamento dos estudantes
- Ano de 2018 – explosão em laboratório do Instituto Alberto Luiz Coimbra do programa de Pós-graduação e pesquisa de engenharia.

Por todo o Brasil existem exemplos de perdas por incêndios:

- Ano de 2012 – Biblioteca Pública Luiz Bessa - MG.
- Ano de 2013 – princípio de incêndio no Museu Índio – RJ; biblioteca do Instituto de Linguagem – AM; interior do auditório Simon Bolívar, edificado projetado por Oscar Niemeyer⁶⁰ - SP e Museu de Ciências Naturais da Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais – MG.
- Ano de 2014 – Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo fundado em 1873 – SP.

Para Bochner (2018) os exemplos acima têm pontos em comum: falta de manutenção, ausência de planos de preservação e um de segurança contra o fogo, além de um descaso

⁶⁰ Arquiteto brasileiro (1907-2012), internacionalmente reconhecida pela sua obra e desenvolvimento da arquitetura moderna.

dos órgãos públicos e privados competentes. Comum também é o investimento de grandes somas após os sinistros e o que não havia para a preservação, conservação e segurança aparece de forma mágica para conter a opinião pública, fazendo-se ainda apelo para a tecnologia como uma forma natural para substituir os originais perdidos. Esses casos precisam ser mais divulgados e estar permanentemente na comunicação e redes sociais, até serem solucionados e reconstruídos, porque patrimônio material histórico, infelizmente não se consegue se reconstruir.

6.1 Repercussão brasileira sobre o incêndio

O fim de tarde do dia 2 de setembro de 2018 foi marcado pelo incêndio no Museu Nacional e rapidamente todos os brasileiros, com a ajuda da imprensa e das redes sociais, já estavam cientes do ocorrido. Nas manchetes de jornais e telejornais era claro a surpresa e lamentação pela perda.

As redes sociais foram um grande propulsor das notícias e ajudaram a iniciativa dos moradores da região do Museu Nacional e dos seus visitantes, pois rapidamente foi criado uma “vaquinha virtual”, uma espécie de ajuda onde qualquer pessoa poderia doar qualquer quantia com a finalidade de ajudar a reconstrução do Museu. Outra iniciativa da sociedade civil foi a recolha de fotografias e vídeos de exposições do Museu, na tentativa de reconstruir ou ajudar de alguma forma na sua revitalização.

Algumas manchetes dos principais meios de comunicação foram:

- “Incêndio de grandes proporções o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista”, segundo o site g1.com ⁶¹.

Como a reportagem foi postada às 20h do dia do incêndio (aproximadamente meia hora após o início do fogo), não havia muitas informações, mas já se tinha a certeza de que não houvera vítimas e a causa ainda era desconhecida. Destacava-se também a falta de verba para reforma de manutenção, devido a crise financeira que a UFRJ ultrapassa, onde o Museu chegou a anunciar uma “vaquinha virtual” na tentativa de reabrir a sala onde o dinossauro Dino Prata se instalava.

⁶¹Incêndio atinge a Quinta da Boa-Vista: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/incendio-atinge-a-quinta-da-boa-vista-rio.ghtml>

- “Incêndio de grandes proporções o Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão”, segundo o site oglobo.com⁶².

O G1 foi rápido a noticiar o incêndio e justamente por essa rapidez não se tinha grandes notícias, a não ser a perda de 200 anos de história, dando ênfase ao acervo que virava cinzas. Informou que nesse domingo o museu estava aberto ao público até as 17h e as primeiras chamas surgiram por volta de duas horas após o seu fechamento. Havia dois funcionários da segurança no edificado, que saíram sem nenhum dano. Alguns funcionários do Museu foram ao local para auxiliar os bombeiros no combate ao fogo, indicando onde havia material inflamável e a preocupação da fumaça chegar ao Zoológico que fica no mesmo terreno.

O então presidente do Brasil, Michel Temer, reagiu, em comunicado, considerando a perda "incalculável", afirmando: "Incalculável para o Brasil a perda do acervo do Museu Nacional. Hoje é um dia trágico para a museologia do nosso país. Foram perdidos duzentos anos de trabalho, pesquisa e conhecimento. O valor para a nossa história não se pode mensurar, pelos danos ao prédio que abrigou a família real durante o Império. É um dia triste para todos brasileiros".

Renata Vieira da Motta (2019), representante do ICOM no Brasil, reportou no blog do CLP⁶³, que no ano seguinte, diferentes níveis de governo se movimentaram em busca de alternativas a esta e outras *tragédias anunciadas* :” Logo após o incêndio, a Presidência da República enviou para o Congresso Nacional a Medida Provisória nº 850, propondo a criação da Agência Brasileira de Museus (ABRAM), ente de direito privado para a gestão de instituições museológicas. Já o Tribunal de Contas da União realizou um amplo levantamento nos museus federais, detectando falhas na administração e em quesitos de segurança. Com base nesse levantamento, consolidou no Acórdão 1.243/2019 uma série de determinações de investimento, planejamento e prevenção de risco patrimonial.

⁶² Incêndio de grandes proporções atinge Museu Nacional na Quinta da Boa Vista em São Cristóvão: <https://oglobo.globo.com/rio/incendio-de-grande-proporcao-atinge-museu-nacional-na-quinta-da-boa-vista-em-sao-cristovao-23032665>

⁶³ <https://www.clp.org.br/aprendendo-com-as-tragedias-incendio-do-museu-nacionalalternativas-para-a-gestao-do-patrimonio-cultural/> 30/10/2019

Essas duas ações indicam os desafios e potencialidades em obtermos avanços concretos na melhoria da gestão e na proteção do patrimônio cultural brasileiro. A MP nº 850 apontou de forma correta para os desafios da gestão dos museus federais, buscando possíveis novos modelos e fontes de recursos. No entanto, tendo sido elaborada nos gabinetes da Esplanada dos Ministérios, sem consultar o setor e o próprio Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, autarquia federal responsável pelos museus), a MP continha fragilidades conceituais e estruturais e acabou sendo amplamente rejeitada pelo setor cultural e arquivada pela Câmara dos Deputados. Já o Acórdão do TCU, estimulou uma ação mais coordenada entre Ministérios da Educação e Cidadania, com apoio do IBRAM, voltada à elaboração de um plano de ação para os museus federais, com especial atenção aos edifícios e aos acervos. Em um trabalho conjunto do Ministério da Justiça, da Secretaria Geral da Presidência da República, o Ministério da Cidadania conseguiu a liberação de cerca de R\$ 184 milhões do Fundo de Direitos Difusos, para serem aplicados em 22 projetos ligados a área de patrimônio cultural.”

Para Renata Vieira da Motta estas iniciativas indicam desafios e potencialidades na busca de uma gestão mais efetiva, que possa evitar novas tragédias, ampliando a proteção do patrimônio cultural.

Mesmo um ano após o ocorrido, o incêndio felizmente ainda é notícia, com essa manchete: “O que o Museu Nacional, incendiado em 2018, fará em 2019 com os R\$85 milhões previstos para sua recuperação.”, segundo a BBC Brasil⁶⁴. A reportagem é dividida em três blocos de informações, o primeiro se inicia com o foco nos objetos destruídos onde muitos eram únicos e os que conseguiram ser salvos ou recuperados; o segundo com uma verba de R\$ 85 milhões que foi destinado ao Museu pelo Orçamento da União, do Ministério da Educação (destinado para obras de contenção de paredes que ficaram de pé após o incêndio e a criação de estrutura para proteger os destroços e elaboração de um novo projeto museológico) e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (destinado para a reconstrução do edificado e na compra de equipamentos dos laboratórios de pesquisa da instituição) e a terceira parte é destinada a manutenção do Museu, onde o diretor afirmou:

⁶⁴ O que o Museu Nacional, incendiado em 2018, fará em 2019 com os R\$85 milhões previstos para sua recuperação. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46721344>

“antes do incêndio, o Museu Nacional precisaria de US\$3,8 milhões (R\$14,7 milhões) para manutenção básica da estrutura. No entanto, só recebia R\$500 mil. Eu estimo que, numa janela de até seis anos, vamos precisar de US\$10 milhões (R\$38,8 milhões) anuais para mantê-lo em condições razoáveis”

6.4 Repercussão mundial sobre o incêndio

A perda do acervo e do edificado não foi apenas para o Brasil, mas sim para o mundo, em especial para Portugal por possuir um vínculo histórico, principalmente pelo Museu Nacional ter sido residência oficial da Família Real Portuguesa e após a independência da então colônia, ter sido residência da Família Imperial Portuguesa e Brasileira.

Por iniciativa da Princesa Leopoldina da Áustria e posteriormente do Brasil, nasce essa “paixão” pela ciência e pesquisa e pelo intuito colecionador de D. Pedro II do Brasil, a instituição é conhecida como propulsora da educação brasileira e a aliança com a UFRJ tal feito é ainda mais valorizado.

Como já era uma tragédia anunciada através da comunicação social e relatórios periódicos da própria Universidade, não se tratou de uma grande surpresa para a academia, mas o susto e a lamentação não poderia ser diferente.

As manchetes pelo mundo não foram diferentes das brasileiras:

- Michel Temer: “É um dia triste para todos os brasileiros” - Chamas consomem o Museu Nacional do Brasil, segundo o dn.pt⁶⁵.

Como a reportagem foi publicada na manhã seguinte da tragédia, já se tinha algumas notícias mais concretas, fogo controlado e risco de desabamento. O comunicado do então presidente também foi citado, unido ao comentário do então Ministro da Educação que serão feitos esforços para auxiliar a UFRJ e o ministro da cultura afirmando um contrato de revitalização do Museu Nacional assinado no mês de junho de 2018, não tece tempo de acontecer, para evitar tal tragédia

⁶⁵Incêndio destruiu Museu Nacional do Rio de Janeiro: <https://www.dn.pt/mundo/incendio-destruiu-museu-nacional-do-rio-de-janeiro-9793844.html>

O site brasileiro UOL uniu algumas repercussões pelo mundo num único artigo ⁶⁶, tornando-se um destaque mundial:

- Revista Francesa Paris Match: Tragédia para cultura, com fotos impactantes do incêndio
- Italiano Corriere della Serra: o acervo já não existe mais e destaca a falta de manutenção do museu mais antigo do Brasil
- A britânica BBC, deu destaque com a capa, com o devastador incêndio que consumiu, entre milhares de objetos a Luzia, o mais antigo esqueleto humano encontrado nas Américas, que remete a 12 mil anos e representava uma jovem entre os 20 e 24 anos
- O chileno El Mercurio trouxe a capa uma foto do Museu em chamas com a manchete: o Brasil perde dois séculos de história
- O peruano El Comercio ressalta a grandiosidade do edificado que foi devorado pelas chamas, sem que os bombeiros conseguissem controlá-las
- O argentino Clarín afirmou que o fogo devorou o Museu Nacional
- O New York Times ressaltou a situação financeira do Museu, onde professores tinham de arrecadar dinheiro para ajudar a pagar por serviços de limpeza e falta de manutenção por anos
- A TV americana CNN ressaltou que o maior meteorito encontrado no Brasil estava abrigado no museu

Todas as notícias são similares, mas com destaque para pontos diferentes, seja a falta de verba do Museu, do acervo perdido em anos de trabalho e pesquisa ou imagens impactantes das chamas saíram do território brasileiro e infelizmente o Brasil foi portador de uma notícia triste.

No mês de setembro de 2019, um ano após o incêndio, o desastre ainda é notícia e se mantem no foco da comunicação social portuguesa.

⁶⁶ “Tragédia para a cultura” diz revista francesa. Veja a repercussão internacional do incêndio no Museu Nacional. <https://operamundi.uol.com.br/cultura/49918/tragedia-para-a-cultura-diz-revista-francesa-veja-repercussao-internacional-do-incendio-no-museu-nacional>

A SIC ⁶⁷ exatamente um ano após a queima de boa parte de seu acervo, afirma que o Museu está sendo reconstruído lentamente através de doações e o trabalho da equipe de resgate recuperou 1500 peças das 20 milhões de peças que o acervo detinha. Segundo o relato da Professora Luciana Carvalho, responsável pelo resgate, afirma-se:

“Estamos a atuar agora nos esqueletos humanos, que resistem bem ao calor. Nós resgatamos matérias da nossa coleção de paleovertebrados, não só os dinossauros, mas também de diversos mamíferos (...). [Há coleções] que pela localização não foram destruídas no incêndio. Isso é uma notícia maravilhosa.”

O então diretor Kellner, também abordou as várias doações que foram prometidas e entregues:

“Na entomologia nós tivemos 20 doações, de mais ou menos 23 mil itens. Esta foi, certamente, uma das áreas que mais sofreu. Em vertebrados, foram mais de 500 espécimes de diversas áreas do Brasil que foram doados. (...) A Biblioteca Francisca Keller tem mais ou menos 10.500 volumes [literários] que já foram recebidos, e outros 8 mil a caminho. Desses, vamos receber da França aproximadamente 700 quilogramas [de material literário].”

O testemunho da reitora da UFRJ, Denise Pires aborda os planos para o futuro:

“Pretendemos em 2022 inaugurar uma parte do palácio com exposições que vão festejar o bicentenário da Independência Brasileira. Já no próximo ano [queremos] reinaugurar a parte administrativa e acadêmica do Museu Nacional para melhorar a infraestrutura de ensino e investigação.”

Noutra reportagem da mesma emissora - Sic⁶⁸ é retratada a vitalidade do Museu, pois mesmo com o incêndio, o Museu Nacional continua vivo, com organização de exposições. 283 peças, das quais 103 foram retiradas dos escombros da queda do palácio, cinco meses após o desastre, ficaram em exposição no Centro Cultural do Banco do Brasil no Rio de Janeiro.

Entre as peças resgatadas e identificadas estão alguns minerais, cristais, quartzos, peças da coleção de arqueologia, machetes de pedra, pontas de flecha em metal de culturas indígenas pré-colombianas, um vaso antropomorfo peruano, mas a peça principal do resgate é o crânio de Luzia (o mais antigo descoberto na América Latina, que tem perto de 12.000 anos de idade).

⁶⁷ Museu Nacional do Rio de Janeiro ergue-se lentamente um ano após incêndio: <http://sicnoticias.pt/cultura/2019-09-02-Museu-Nacional-do-Rio-de-Janeiro-ergue-se-lentamente-um-ano-apos-incendio>

⁶⁸ Peças recuperadas do Museu Nacional do Rio de Janeiro em exposição: <http://sicnoticias.pt/cultura/2019-02-26-pecas-recuperadas-do-museu-nacional-do-rio-de-janeiro-em-exposicao>

A Unesco se pronunciou, estimando que a reabertura do Museu pode demorar em média até dez anos⁶⁹, afirmando a representante da instituição no Brasil, Marlova Jovchelovitch Noletov:

“É um trabalho de muitos anos. Atualmente não há uma solução mágica para reconstruir o museu em poucos meses. Temos um longo trabalho de identificação dos escombros, muitos dos quais são fragmentos de artigos do museu. (...) à medida que o trabalho avança, o museu poderá abrir as suas portas ao público gradualmente e por etapas.”

/

6.5 Doações

As doações são uma importante fonte de recomeço após uma grande tragédia. No caso do Museu Nacional têm ocorrido de duas formas: a doação financeira e repasses maiores de verba por parte do governo brasileiro; e a doação de peças importantes de outros museus espalhados pelo mundo.

Segundo o site oficial⁷⁰ da instituição divulgou uma nota um ano após o incêndio, revelando as doações e a situação das obras de recuperação do edificado.

- Associação de Amigos do Museu Nacional

Importante e atuante no cotidiano do Museu, no caso do incêndio não foi diferente, conseguiu arrecadar no período de 06 de setembro de 2018 até 06 de junho de 2019, uma quantia de mais de R\$ 323 mil, através de pessoas jurídicas e físicas.

- Alemanha

Um país incentivador da educação, doou no ano de 2018, logo após a tragédia uma quantia de 180,8 mil Euros para a compra de equipamentos, como: lupas, computadores e câmeras fotográficas. O cônsul-geral da Alemanha no Rio de Janeiro, Klaus Zillikens, nas festividades de comemoração dos 201 anos do Museu, anunciou uma quantia ainda maior de doação, para recuperação da parte elétrica (145 mil Euros), mas até o mês de agosto de 2019 apenas 50 mil Euros foram repassados.

⁶⁹ Unesco diz que repercussão do Museu Nacional do Rio de Janeiro pode demorar 10 anos: <http://sicnoticias.pt/cultura/2018-09-18-UNESCO-di-que-recuperacao-do-Museu-Nacional-do-Rio-de-Janeiro-pode-demorar-10-anos>

⁷⁰ Balanço do resgate: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balanço_resgatehtml.html

- British Council

A Agência Britânica Internacional British Council doou R\$150 mil com a finalidade de haver intercâmbios educacionais e relações culturais dos professores e alunos do Museu Nacional.

- Governo Federal Brasileiro / Ministério da Educação

Como o Museu Nacional tem o vínculo com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e diante das grandes perdas o Ministério da Educação liberou 16 Milhões de Reais, onde 8,9 Milhões de Reais foram usados nas obras emergenciais e o saldo será utilizado no projeto de reconstrução da fachada e do telhado do edifício.

- Unesco

Foram doados 5 Milhões de Reais pela Unesco, mas o próprio irá gerir essa quantia e pretende-se utilizá-la para reconstrução interna do Palácio e para novas exposições.

Além do lançamento de um edital para contratar uma empresa especializada para elaborar o projeto de reconstrução, de museologia e museografia e reforma dos Jardins das Princesas, o Terraço e o Anexo Alípio Miranda, parte integrantes do Museu Nacional.

- Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Os 10 Milhões de reais vindo desse ministério do governo federal brasileiro será utilizado para a compra de equipamentos para retomar a pesquisa científica das que foram interrompidas e para ações de infraestrutura.

- Unesco e Ministério da Educação

A união desses dois órgãos no Brasil, realiza um forte apoio ao Museu Nacional e a UFRJ, com previsão de ações de planejamento e comunicação com os cidadãos, no valor de 5 Milhões de Reais, através de consultores da Unesco, do IPHAN e técnicos da Universidade.

Capítulo 7 – Propostas de recuperação, medidas de redução de impactos e prioridades das intervenções pós desastre

Após o incêndio foi criado o Núcleo de resgate de acervos científicos, tendo sido identificadas a necessidade de ter uma metodologia e um processo organizado para “mexer” nos escombros na tentativa de salvar maior número de peças do acervo. Segundo o Documentário *Resgates*, realizado pela UFRJ ⁷¹, logo após o desastre, o início do trabalho de recuperação do Museu contou com apenas 9 funcionários para realizar os protocolos de ação em conjunto com a empresa responsável pela estabilização do edificado. Os seus trabalhos envolveram desde a identificação dos objetos ainda nos escombros até ao interior do Palácio e ao armazenamento temporário em contentores.

Tal número de colaboradores era infinitamente inferior ao necessário, comparado a quantidade do trabalho, a professora Luciana Carvalho explicou a necessidade de reconhecer e identificar o que tinha em casa sala do Museu, ressaltando essa necessidade porque além do incêndio ocorreu o desabamento do segundo e terceiro andar sobre o térreo do Palácio.

A primeira etapa do plano de ação, ou seja a segunda do plano geral, se caracteriza pela participação dos funcionários que trabalhavam em cada uma delas, facilitando assim o reconhecimento de cada objeto e realizando anotações que virará um arquivo para facilitar as escavações e reconhecimento de cada objeto do acervo, com esse arquivo se iniciou as escavações. A segunda etapa (terceira etapa do plano geral) consiste na realização da peneiração ainda nos escombros e vale ressaltar que os alunos estão sendo uma ajuda valiosa nessa etapa. O material peneirado chega à triagem, onde o registro escrito e ortográfico é realizado e a peça é higienizada, para seguir para os responsáveis de cada peça recuperada e apenas nessa fase o mesmo sai do Museu e segue temporariamente para os contentores que ainda estão na Quinta da Boa Vista, ou seja, essa fase é retirada do acervo, registro, estabilização e armazenamento. A última e quarta etapa é o completo inventário das perdas e todos os dados e um relatório de conclusão, para a liberação das peças para voltar a exposição.

⁷¹ Documentário Resgates: <https://www.youtube.com/watch?v=JvOPs4De4Sk&t=25s>

A equipa de Resgate mesmo já podendo passar para a última etapa do processo em algumas peças do acervo, optaram por priorizar a etapa anterior por ser uma “corrida contra o tempo”, pois o quanto antes forem retiradas essas peças do escombros, maior a chance desse objeto ser restaurado e voltar o mais próximo do que era antes do incêndio.

O Núcleo de Resgate mesmo com as dificuldades encontradas a praticamente dois anos após o desastre criaram a expressão: “Museu Nacional Vive”. Trata-se de uma campanha com transparência perante a sociedade e os doadores em como estão os trabalhos para recuperação do Museu. Foi considerada necessária para dar resposta ao lado afetivo que os cariocas e aos próprios funcionários.

Esta campanha realça que o Museu não se tratava apenas das peças expostas no Palácio, com o vínculo à UFRJ, mas trata-se igualmente de todo um trabalho de pesquisa que felizmente estavam sendo realizada no Horto Botânico, por isso muitas coleções ficaram intactas.

A professora Luciana Carvalho, era muito importante para Museu por ser do setor de paleovertebrados, ganhou uma função a mais no meio do desastre, a de coordenadora da Equipa de Resgate de Acervo e devido ao seu grande empenho e trabalho nos escombros do Palácio, foi indicada ao Prêmio Claudia 2019⁷² e finalista na categoria Inovação e Ciências.

A Revista *Claudia* dedicou uma reportagem a essa grande profissional⁷³, Luciana Carvalho, escrevendo que a sua relação com o Museu se iniciou aos 27 anos durante a licenciatura de biologia, posteriormente no mestrado e no doutorado e se tornando anos mais tarde professora do departamento de geologia e paleontologia e curadora do acervo de paleovertebrados, com mais de 12 mil fósseis de animais que viveram há milhões de anos atrás, zelando e estudando todo esse acervo. Luciana relata um momento bastante emocionante:

“Eu e meus amigos entramos em meio às chamas para resgatar o que conseguíssemos, mas logo ouvimos o barulho de desabamento e saímos sem salvar quase nada. (...) Ainda que danificados, consigo identificar os fósseis.”

⁷² Prêmio dado pela Revista Claudia as mulheres inspiração espalhadas por todo o Brasil em 8 diferentes categorias e atualmente é o maior prêmio de reconhecimento da figura feminina da América Latina.

⁷³ Indicação para Premio Mulher na ciência: <http://claudia.abril.com.br/indicacoes/luciana-carvalho/>

Segundo um levantamento⁷⁴ da UFRJ houve peças onde foi possível proceder com o resgate durante um ano de trabalho, onde a professora Luciana Carvalho, apontou que o número de pesquisadores aumentou para 46 e referente às coleções do Horto Botânico especificou que:

- 7 coleções não tiveram itens tingidos, correspondente a 19%
- 13 ainda em processo de resgate, correspondente a 35%
- 17 foram perdidas ou restam muito pouco delas, correspondente a 46% do total.

Infelizmente quase a metade de todo um trabalho dessa coleção foi atingido parcialmente ou integralmente pelo fogo. Com o grande empenho da equipa de resgate algumas merecem o destaque por estarem em processo de restauração e estão divididos por países:

- Capacete e máscara da Armadura Samaruai - Vestimenta de um guerreiro japonês, composta por sete partes: o capacete, a máscara com obreira, a vestimenta do tronco e dois protetores para os braços e o resgate recuperou a maior parte da armadura, sendo a maioria as de metal. A coleção era constituída por espadas, punhais e indumentárias identificadas como pertencentes a elite Japonesa



Figura 6. Capacete após o incêndio. Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html



Figura 7. máscara após o incêndio. Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html

⁷⁴ Balanço do resgate: http://museunacional.ufrj.br/destaques/balanco_resgatehtml.html



Figura 8 Parte da máscara depois do incêndio. Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html

- Lâmina de Machado – Arma de guerra de jade da Nova Zelândia, formada por um machado com cabo de madeira revestido com fios de algodão tingido e o encaixe era feito através de fios na cor natural. O cabo infelizmente foi perdido durante o incêndio, mas a lâmina está em bom estado de conservação e sofreu poucas alterações.
- Zelândia junto com uma colher de osso e outro artefato de basalto que, no momento, estão em tratamento.



Figura 9 . Lâmina de machado após o incêndio. Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html

- A coleção egípcia do Museu Nacional continua sendo mesmo após o incêndio a maior coleção do Brasil em números, já contando com mais achados ao longo dos próximos meses de resgates. Em um ano de trabalho foram mais 300 peças recuperadas, com destaque para a estatueta em bronze do Menkheperre, a única no mundo a representar o sacerdote Menkheperre como um faraó. Tal coleção se iniciou no ano de 1826 e pelo Imperador D. Pedro I.

- Estatueta em bronze de Menkheperê, única peça conhecida no mundo até hoje que traz Menkheperê como um faraó, perdeu a única perna que tinha, pois antes do incêndio já não tinha os dois braços e a outra perna.



Figura 10. Menkheperê antes e depois do incêndio Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html

- A estatueta em bronze da deusa Bastet, onde a cabeça é de felino e o corpo de ser humano, no Egito Antigo a estatueta é o símbolo do poder do sol e associada a outra deusa, a da fertilidade e por proteger a saúde das pessoas.



Figura 11. A estatueta em bronze de Bastet antes e depois do incêndio. Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html

1. O acervo peruano do período pré-colombiano tinha mais de 2 mil objetos que formava diversas coleções arqueológicas, essas sendo de D. Pedro II, Lopes Netto⁷⁵ e Wiener⁷⁶ retiradas da reserva técnica da Arqueologia.

⁷⁵ Conselheiro no reinado de D. Pedro II, onde afirmou ter adquirido acervo para a coleção de seu próprio nome em missões pela América do Sul.

⁷⁶ Grande cientista e autor das missões onde percorreu toda a América do Sul, especialmente o Peru, descrevendo com riqueza de detalhe o modo de vida e a cultura desses povos.



Figura 12. Acervo peruano após o incêndio. Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html

1. Coleção Lopes Netto – Vaso zoomorfo de cerâmica pintada em formato de peixe com a função de acondicionar líquidos e sua chegada ao Museu é provavelmente do ano de 1868 e já apresentava pontos de quebra e desgaste na pintura, onde conclui-se que os danos do incêndio foram mínimos.



Figura 13. Vaso zoomorfo após incêndio. Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html

2. Coleção do Imperador D. Pedro II – Tigela de cerâmica pintada com decoração em tom vermelho, também um item do acervo pré-colombiano, não sendo possível afirmar a cultura ao qual pertencia esse objeto. Esse acervo é marcado com etiquetas com a letra “I”, remetendo a posse ao imperador. Após o incêndio é possível notar as marcas de fogo, clareamento da cor original e ranhuras pela peça.



Figura 14. Tigela de cerâmica após o incêndio. Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html

3. Coleção Wiener – Vaso antropomórfico de cerâmica da cultura môchica (onde as suas principais especialidades era a uma cerâmica sofisticada) pintada, representando um homem e por estar com os pés e as mãos presas e uma corda ao redor do pescoço, acredita-se ser um prisioneiro.



Figura 15. Vaso antropomórfico de cerâmica após o incêndio. Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html

- Com a chegada ao Brasil da Princesa e mais tarde Imperatriz Tereza Cristina Maria, também veio a Coleção greco-romana em 1843, com objetos oriundos de Pompéia - Itália e mais tarde acrescido das peças da escavação arqueológica em Veio, ao todo eram mais de 700 peças, datado entre o século IV a.C. e o início da era cristã. Infelizmente o incêndio atingiu muito essa coleção, pois estava exposta no Palácio no espaço destinado às coleções mediterrâneas, o restante da coleção foi menos afetado por estarem protegidas nos armários de aço. Duas peças valem o destaque: a Lamparina Romana Romana de Terracota e o Cântaro italiota de figuras vermelhas.



Figura 16. Espaço onde parte da coleção greco-romana após o incêndio. Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html



Figura 17. Lamparina Romana Romana de Terracota após o incêndio. Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html



Figura 18. Cântaro italiota de figuras vermelhas após o incêndio. Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balan%C3%A7o_resgatehtml.html

7.1Estratégias de reconstrução

Normalmente após uma perda patrimonial o resgate se dá através dos processos de salvaguarda dos acervos e inventários e assim as peças que estivessem sido perdidas como um todo não veríamos mais em exposição, apenas nas lembranças e nas fotografias. O

número de coleções e objetos perdidos para o fogo é imenso por isso já é discutido no meio académico uma forma de “burlar” o desastre e termos a opção de rever os objetos em uma exposição.

Segundo Motta e Silva (2019) mais de 90% do acervo foi afetado de alguma forma pelo fogo e sugeri o uso da tecnologia para revermos essas peças perdidas pelo desastre, com estratégias de digitalização e restauração digital, sempre com reflexão sobre a integridade e autenticidade do acervo.

Serain (2018) afirma que num desastre de grandes números o museu se torna um espaço de esquecimento e para contornar essa infeliz situação, têm-se as tecnologias digitais, que instauram possibilidades diversas de restauração e comunicação do património, a partir de uma perspectiva sociocultural.

O processo de digitalização transforma a antiga relação da exposição com o público, deixamos para trás o estático e passamos para a relação dinâmica, abrindo a opção de democratização de acesso e de interatividade que favorecem a ideia de posse popular e o aprendizado, sendo possível preservar os significados, segurando a autenticidade de uma informação digital preservada, bem como a assegurar a autenticidade de uma informação digital preservada, bem como a integridade do conhecimento e das experiências criadas a partir de ambientes virtuais (MOTTA e SILVA,2019).

Com o passar do tempo e o aumento do estudo sobre a tecnologia é mais usual “usar” o passado através de aplicações tecnologias, reconstruções virtuais e representações digitais de artefactos (ECONOMOU, 2015a).

E como seria esse processo de utilização de estratégias de recuperação do património do Museu Nacional, com a parceria com o Instituto Nacional de Tecnologia (INT):

“Digitalizou-se aproximadamente 300 objetos museais ... considerando-se sua importância científica, especificidade, estado de conservação e interesse social. Esses objetos museais foram capturados por scanners portáteis tridimensionais a laser, o que permite exame e manipulação em estudos, simulações e reconstituições, sem que ocorram danos matérias. O processo também possibilita a construção de réplicas, por meio do escaneamento, da modelagem computacional e da impressão tridimensional, seja para estudo ou para reposição de acervo pedido. ... na fabricação de réplicas tridimensionais dos artefactos danificados, com incorporação de vestígios materiais coletados durante a operação de resgate. ... As réplicas desenvolvidas passam por testes de qualidade e carregam grande carga simbólica, por incorporarem vestígios da materialidade dos objetos museais danificados ou destruídos, e por representarem registos das

transformações pelas quais o património passa, ao longo do tempo (MOTTA e SILVA, 2019).”

Tal estratégia é devido a contemporaneidade e o avanço da tecnologia e criação do *wikiprojeto*, que se trata de uma base de dados com imagens, vídeos e textos sobre o acervo do Museu Nacional, ligados as áreas de educação, ciência, cultura e tecnologia, e foram traduzidos para 21 idiomas. Até ao mês de julho de 2019 já estavam catalogadas 3.928 imagens. O principal desafio do projeto é transformar o “mar” de informação em informação útil, por isso é necessária uma triagem de tudo que é recebido tanto do Museu como de visitantes, para seguir um padrão.

O Museu disponibiliza um tour 360 graus, chamado de *Descubra o Museu Nacional*, permitindo ao utilizador a percorrer espaços e exposições que estavam disponíveis antes do desastre, com disponibilidade de áudioguia, em português, inglês e espanhol, além de poder utilizar a realidade virtual para explorar de modo imerso todo o acervo e o próprio edifício. A tecnologia ainda disponibiliza um tour sonoro, com áudios tridimensionais captados no Museu, que se transformavam em playlist disponível nas plataformas Spotify, Deezer e no Youtube.

Vale ressaltar que para tal projeto ser uma boa opção de transformar os escombros num novo património deve renovar as possibilidades de conhecimento e ter um bom inventário das peças e coleções. Caso essa opção esteja incompleta por algum motivo, pode-se optar pelo apoio dos visitantes e a comunidade com envio de fotografias e vídeos de visitas realizadas no museu antes do desastre.

De acordo com o testemunho da professora Regina Dantas (Anexo 1), antes da Pandemia, acreditava-se na rápida reconstrução da parte histórica do Paço de São Cristóvão. Constatou-se que a parte de projetos para o desenvolvimento das ações de reconstrução está apostada na reconstrução de parte do Paço para a reinauguração das exposições em 2022. A direção atual mantém atividades de planeamento, entre as quais a de expansão institucional – o campus de Ensino e Pesquisa do Museu Nacional.

Bastante esclarecedor foi também a participação de Alexander Kellner nas *Conversas entre Marta Lourenço e Diretores de Museus de países de expressão portuguesa*⁷⁷, realizada a 26 de junho de 2020.

⁷⁷ Disponível em <https://www.facebook.com/MUHNAC/videos/696909557818695/>

Sentindo simultaneamente tristeza pela perda e alegria, pela qualidade da fase de resgate, considera, tal como Marta Lourenço⁷⁸, ser o museu um exemplo para outras instituições com catástrofes patrimoniais. O seu testemunho estabelece três áreas vitais para a nova fase que o museu atravessa. Em primeiro lugar a criação de um modelo de gestão, ancorado na ajuda e aconselhamento da UNESCO e ICOM focalizado no sentimento de *pertença* do povo brasileiro, na *transparência* da informação e na *recomposição das coleções com a ajuda externa*.

A afirmação “Nós não queremos refazer igual” pode ser complementada pela intenção de incorporar novos materiais nas coleções: de outros museus, de povos indígenas, garantindo aos doadores procedimentos de gestão de risco e assumindo “Temos que merecer essas coleções”, num corte com o passado recente.

Conclusão

O Museu Nacional do Rio de Janeiro pode ser considerado um exemplo da resiliência e resistência de uma catástrofe patrimonial, tendo-se verificado uma onda de solidariedade nacional e internacional pela sua recuperação. O seu caso chamou a atenção mundial para os perigos a que os edifícios sem gestão de risco estão expostos e para o valor incalculável da perda de coleções únicas para a humanidade.

Ao caracterizar e avaliar a extensão e impacto da perda patrimonial podemos apontar a contabilização de danos como sendo impressionante: 46% do seu acervo perdido, 35% das coleções estão a ser resgatados e 19% não foram perdidos.

Parafraseando Luís Raposo (2018) entre as lições a tirar da desgraça, duas sobressaem: a melhoria da política museológica e do modelo de gestão do museu por parte da Universidade. Como foi afirmado nos testemunhos recolhidos, entre os quais o de Alexander Kellner, diretor da instituição, essa melhoria foi sentida logo após o incêndio com a tomada de decisão sobre as primeiras iniciativas a implementar no local.

Entre as medidas de recuperação e de redução de impactos, é de realçar o papel do núcleo de resgate no estabelecimento de prioridades e na recuperação de muitas peças do acervo

⁷⁸ Marta Lourenço (2020) sugere que seja publicado um livro sobre a forma como foi realizado o resgate e salvamento de muitas peças e o planeamento das coleções.

e as grandes doações que ajudaram à rápida recuperação do telhado e ao restauro da fachada do edificado.

A rápida solidariedade inter-instituições e países também deve ser registada, o que pode ser explicado pelas atuais preocupações mundiais pela preservação do património. Isso deve-se sem dúvida às iniciativas da ONU, União Europeia, UNESCO e às associações de cariz internacional como o ICOM, ou o ICOMOS.

A nível académico, como os testemunhos das duas professoras apresentam, tentou-se manter o *museu vivo*, a par do lado emocional ligado ao património perdido e destruído: As aulas continuaram com a apresentação das imagens que não mais existiam e foi necessário uma reinvenção das atividades e investigação e ensino. Tal como Regina Dantas afirma: “Ninguém irá deixar de pesquisar sobre o tema Museu Nacional. Mais do que nunca, precisamos registrar a história da instituição. Pesquisas sobre a primeira diretora do Museu - Heloisa Alberto Torres (história do Museu) e a atuação de Leopoldina (história do Paço de São Cristóvão) já foram concluídas. Outras pesquisas, tais como, sobre os aposentos de D. Pedro II (era o gabinete do diretor do Museu); a restauração das salas históricas e questões arquitetónicas pós incêndio, estão sendo desenvolvidas. O Museu Nacional vive!”

As perdas patrimoniais registadas são incalculáveis e irreversíveis, principalmente ao nível do acervo. Avaliando essas tragédias compreende-se a importância da existência de operações de gestão de risco, segurança, manutenção e preservação, pois os estragos poderiam ter sido minimizados se existissem medidas de redução de impactos.

Comparando a situação do desastre no Museu Nacional com os outros dois casos estudados – Museu de Língua Portuguesa (São Paulo) e Catedral de Notre Dame (Paris), constata-se ter sido comum a realização de um levantamento imediato das perdas e o início das intervenções necessárias. A participação da sociedade civil através das doações monetárias foram também determinantes para o início e continuação dos trabalhos de recuperação, em especial dos edifícios destruídos. As naturais diferenças encontram-se nas estratégias de recuperação adotadas: se no Museu Nacional foi essencial a criação de um Núcleo de Resgate especializado com o apoio da UNESCO, no Museu de Língua Portuguesa, foi constituída uma Aliança entre várias organizações públicas e privadas para a gestão do processo de financiamento e recuperação. Por sua vez, na recuperação

da Catedral de Notre Dame, esteve envolvido o governo francês, ouvida uma comissão interdisciplinar para o efeito.

No Quadro 1 encontram-se sintetizados alguns dados que permitem avaliar as perdas patrimoniais, as estratégias de recuperação, doações, o estado atual do edifício e informação recolhida sobre o novo processo de patrimonialização.

	Museu da Língua Portuguesa	Museu Nacional	Catedral de Notre-Dame
Ano do incêndio e causa	2015 Curto-circuito	2018 Curto-circuito	2019 Curto-circuito ⁷⁹
País / Cidade	Brasil – São Paulo	Brasil – Rio de Janeiro	França - Paris
Órgãos responsáveis	Governo do Estado de São Paulo	UFRJ - Ligado ao Ministério da Educação	Governo
Valor estimado para a recuperação	65 milhões de reais Valor final 81,4 milhões de reais.	R\$85 milhões	Incalculável
Estratégias de recuperação	Aliança de organizações públicas e privadas para o financiamento e recuperação do museu. Opção por manutenção do edifício.	Constituição de um Núcleo de Resgate apoiado por consultoria da UNESCO. Opção por alterações na constituição da coleção e edifício.	Decisão a cargo do governo, apoiado por equipa multidisciplinar. Opção por Restauro total mantendo o estado anterior ao incêndio e seguindo opções de Viollet-Le-Duc
Principais doações	⁸⁰	RS 102 milhões ⁸¹	Mais de mil milhões de euros.
Estado atual do edifício	Abertura prevista para junho 2020, encontra-se a aguardar do fim da pandemia	Ainda com escombros e ainda na tentativa de "salvar" algum item	Ainda com andaimes a serem retirados
Novo processo de patrimonialização	Não se prevê mudanças ao nível da patrimonialização existente.	Prevê-se o desenvolvimento de processos de patrimonialização, envolvendo modelos de musealização digitais	Sem informação, não se prevendo alterações no monumento.

⁷⁹ No momento do incêndio, a Catedral encontrava-se em obras de renovação do telhado.

⁸⁰ A EDP é a principal patrocinadora. O Museu recebeu ainda apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Foram doados recursos do Grupo Globo de comunicação, do Grupo Itaú (maior banco privado do país), estatais, do Ministério da Cidadania e outros doadores. A indenização de seguro contra incêndio pagou R\$ 29,9 milhões.

⁸¹ Valor estimado para a recuperação RS 300 milhões

Quadro 1 Quadro comparativo dos casos estudados.

Os novos contextos originados suscitam o interesse social em relação ao futuro do Museu e em saber como irão ser desenvolvidas as fases seguintes.

Numa primeira análise, o uso da tecnologia e as possibilidades de recuperação e revisitação do património do Museu Nacional parecem representar a continuidade da história e das funções deste, envolvendo a exibição de acervos e coleções resgatados, O uso de tecnologias representa uma estratégia contemporânea de reconstrução das coleções através da construção de um acervo digital pós-desastre.

A ampliação do acervo digital envolveu a recolha, organização e indexação colaborativa de arquivos pessoais e institucionais, tendo sido incorporadas 3.928 imagens à Wikimedia do Museu Nacional (Motta, Silva, 2019).⁸².

Perceciona-se a partir dos testemunhos recolhidos uma nova oportunidade para as coleções existentes e uma abertura a novas coleções, revitalizando o museu. Por um lado, foi criado um grupo para elaborar o Plano Museológico, incorporando e classificando as coleções em duas categorias pré incêndio e pós incêndio, valorizando o novo olhar sobre a coleção. Por outro lado, e o mais importante, foi criado um novo modelo de gestão, ancorado no sentimento de pertença do povo brasileiro, na transparência da informação e na recomposição das coleções com a ajuda externa.

Dando resposta à nossa pergunta de investigação se poderemos considerar o incêndio de 2018, o fim da sua coleção e o início de uma nova, os resultados da pesquisa e da nossa análise indicam que irá surgir *uma nova coleção mista, mais participativa e aberta à incorporação de itens doados em colaboração com outras instituições culturais*, desenvolvendo-se assim um novo *processo de patrimonialização da coleção*.

⁸² A este propósito, Regina Dantas (Anexo 1) afirma já ter sentido forte emoção ao rever uma das múmias por meio de realidade virtual, considerando muito interessante a iniciativa de reproduzir parte do acervo por impressão 3D utilizando cinzas oriundas do incêndio.

Referências bibliográficas

- ALARCÃO, Catarina Prevenir para preservar o património museológico. *Revista Museal*, Revista de Museologia do Museu Municipal de Faro, Nº 2, p. 8-34.
- ALENCAR, Alexandra (2013). Património: para além da materialidade constituída, *Cadernos NAUI* Vol. 2, n. 2, jan-jun 2013.
- ALSALLOUM, Ataa, BROWN, Andre (2019). Towards a Heritage-Led Sustainable Post-Conflict Reconciliation: A Policy-Led Perspective. *Sustainability* 2019, 11, 1686; doi:10.3390/su11061686
- BARRANHA, Helena, org. (2016). *Património Cultural, conceitos e critérios fundamentais*, Lisboa, IST Press e ICOMOS-Portugal.
- BARDY, Claudio. O século XVIII. In: SILVA, Fernando Nascimento (Org.). Rio de Janeiro e seus quatrocentos anos: formação e desenvolvimento da cidade. Rio de Janeiro: Record, 1965.
- BOCHNER, Rosany (2018). Memória fraca e património queimado. *Reciis – Rev Eletrônica de Comun. Inf. Inov. Saúde*. 2018 jul.-set.;12(3):244-8 | [www.reciis.iciet.fiocruz.br] e-ISSN 1981-6278
- BOKOVA, I. 2016. Address by Irina Bokova, Director-General of UNESCO, on the Occasion of the *International Conference on Cultural Heritage at Risk – The Role of Museums in War and Conflict*.” Museum of Mediterranean and Near Eastern Antiquities, Stockholm, 26.11.2016. Spoken lecture. <https://www.axess.se/tv/vodplayer.aspx?vod=7202>
- BRIGOLA, João (2016) *Ensaio de História da Cultura – Museus, Património, Ciência*, e-book, CIDEHUS.
- CARTA DO RIO DE JANEIRO’ (2017), in MAST, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, <http://www.mast.br/index.php/ultimas-noticias/603-carta-do-riode-janeiro-sobre-patrimonio-cultural-da-ciencia-e-tecnologia.html> (acesso em 2018-1-10).

CASTRO, Adler H. F. de. (2002). Resgate de uma dívida (o tombamento do Museu Histórico Nacional, seu prédio, seu acervo). *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 34, pp. 21-36.

CARVALHO, Ana (2011). *Os Museus e o Património Cultural Imaterial*, Lisboa, Edições Colibri.

CARVALHO, E. (2019). Pesquisadores usam cinzas do Museu Nacional para reconstruir acervo destruído em incêndio. *BBC Brasil*. Rio de Janeiro.

CHAVES, Regina; GALANTE, Camylla e SCHULTZ, (2019). II Seminário nacional de Estudos da Linguagem: Diversidade, Ensino e Linguagem. 06 a 08 de outubro de 2010 –Notre Dame e a arte gótica: o contexto político e cultural na arquitetura do século XII Organizadora: Debora de Oliveira Pires, 200 anos do Museu Nacional UFRJ, 2017, Rio de Janeiro 1º edição

CHOAY, Françoise (2006). *A alegoria do patrimônio*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 2006.

Tradução: Luciano Vieira Machado.

CONSELHO DA EUROPA (2005) *Convenção Quadro do Conselho da Europa relativo ao valor do Património Cultural para a Sociedade*. Disponível em <http://gddc.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-quadro-do-conselho-da-europa-relativa-ao-valor-do-patrimonio-cultural-para-0>

CUSTODIO, Jorge (2010). “Globalização e património cultural”, in Custódio, Jorge, coord. (2010), *100 Anos de Património: Memória e Identidade, Portugal 1910-2010*, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, pp. 346-348.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. (2007) *A Casa do Imperador. Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. Dissertação (Mestrado em Memória Social)- Programa de Pós-graduação em Memória Social. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

DANTAS, Regina Maria Macedo (2018). *O Museu dá samba: comemoração do bicentenário do Museu Nacional/UFRJ* – 16º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia - 15 a 18 de outubro de 2018 – UFCG-UEPB Campina Grande, Paraíba.

DAVALLON, J. (2015). Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In TARDY, C.; DOBEDEI, V. (Org.). *Memória e novos patrimônios*. Marseille: Open Edition Press. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/866> .

DELICADO, ANA (2004). Para que servem os museus científicos? Funções e finalidades dos espaços de musealização da ciência. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.

DUARTE, Regina Horta (2004). Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). *História, Ciências, Saúde*, vol. 11(1):33-56, jan.-abr. 2004.

DUARTE, Regina Horta (2010). *A Biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

DUMANS, A. (1945). A ideia da criação do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 3, pp. 383-398.

ECONOMOU, M. (2016). Heritage in the digital age. In LOGAN, W.; CRAITH, M. N.; KOCKEL, U. (Orgs.). *A companion to heritage studies* (Chapter 15). London: John Wiley & Sons.

EUROPEAN COMMISSION (2018). *Safeguarding Cultural Heritage from Natural and Man-Made Disasters: A comparative analysis of risk management in the EU. Executive Summary*. Brussels: Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture.

FABRE, Daniel (2019) Catástrofe, descoberta, intervenção ou o monumento como evento. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.11, n.21, Jul./Dez.2019 – ISSN- 2177-4129

FERNANDES, A.C. (2019). Dentro das ruínas do Museu Nacional. *Revista FAPESP*. Edição 277. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2019/03/14/dentro-das-ruinas-do-museunacional/>

FLICK, Uwe (2009). *An introduction to qualitative research*. Fourth Edition. London: SAGE.

FREITAS, W. R. S.; Jabbour, C. J.C. (2011). Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. *Estudo & Debate*. Lajeado, 18 (2), 07-22.

FUNARI, P.P. A. 2001 Os desafios da destruição e conservação do património cultural no Brasil, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 41, ½, 2001, 23-32

FUNARI, P.P. A. 2001 Com os olhos na Europa e os pés na América: a pesquisa científica no Brasil do século XIX, resenha de Maria Margaret Lopes, *u/201cO Brasil descobre a ciência científica: os museus e as ciências naturais no século XIX/u201d*, *História, Ciências, Saúde, Manguinhos* 7,3, 2001, 745-748.

FUNARI, P.P. A. 2001 Pedro Paulo A. Funari e Jaime Pinsky, *Introdução, Turismo e Património Arqueológico*, São Paulo, Editora Contexto, 2001, 3-7.

FUNARI, P.P. A. 2001 Public archaeology from a Latin American Perspective, *Public Archaeology*, 2001, 1, 239-243.

FUNARI, P.P. A. 2001 Destruction and conservation of cultural property in Brazil: academic and practical challenges, in *Destruction and Conservation of Cultural Property*, edited by R. Layton, P.G Stone and J. Thomas, London and New York, Routledge, 2001, 93-101.

GOMEZ-HERAS, Miguel, MCCABE, Stephen., SMITH, Bernard J., FORT, Rafael (2009) Impacts of Fire on Stone-Built Heritage. *Heritage, Journal of Architectural Conservation*, 15:2, 47-58, DOI:10.1080/13556207.2009.10785047

GRAHAM F. (2018) Catastrophic fire at Brazil's National Museum likened to burning of library of Alexandria. *Nature* 2018; 3 set. <https://www.nature.com/articles/d41586-018-06176-9>» <https://www.nature.com/articles/d41586-018-06176-9>

GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta Catarino. *Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia: uma parceria luso-brasileira entre o Museu Nacional de História Natural e da Ciência (Portugal) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil)*. *Ciência da Informação*, v. 42, n. 3, p.435-453, set. 2013.

GUIMARAES, M. da C. Alves de (2011). *Modernização em museus: Museu Histórico Nacional e Museu Nacional de Belas Artes* (Rio de Janeiro, Brasil). Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

HARRISON, Roodney (2013). *Heritage: Critical Approaches*, London, Routledge.

HENRIQUES, R.; Dodebei, V. (2011). Os museus e os novos patrimônios. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH.

HOLLING, H. B. (2019). Mídia transicional: permanência, recursividade e o paradigma da conservação. In Gobira, Pablo (Org.). *A memória do digital e outras questões das artes e museologia*. Belo Horizonte: EdUEMG.

HOLTORF, Cornelius (2014). Averting loss aversion in cultural heritage, *International Journal of Heritage Studies*, 21, nº4, pp.405-421. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13527258.2014.938766>

HOLTORF, Cornelius (2018a). Conservation And Heritage As Future-Making. In: A contemporary provocation: reconstructions as tools of future-making. Selected papers from the ICOMOS University Forum Workshop on Authenticity and Reconstructions, Paris, 13 – 15 March 2017, eds C. Holtorf, L. Kealy, T. Kono. Paris: ICOMOS.

HOLTORF, Cornelius (2018b) Embracing change: how cultural resilience is increased through cultural heritage, *World Archaeology*, 50:4, 639-650, DOI: 10.1080/00438243.2018.1510340

HUGO, Vitor. O Corcunda de Notre-Dame, 1832. Ed. ZAHAR

IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus. Disponível: <https://www.museus.gov.br/>

ICOM & ICMS (1992). *Museum Security and Protection: a handbook for cultural heritage institutions*. London: ICOM.

ICOMOS (2004). Unesco World Heritage Centre. Paris. França: ICOM

ISO 31000 (2009) *Risk Management – Principles and Guidelines*

JARDINE, B; Kowal, E.; Bangham, J. (2019). How collections end: objects, meaning and loss in laboratories and museums. *BJHS: Themes* 4: 1–27

JIGYASU, R. (2013). “Heritage and Resilience: Issues and Opportunities for Reducing Disaster Risks.” Background paper. Disponível em. http://icorp.icomos.org/wp-content/uploads/2017/10/Heritage_and_Resilience_Report_for_UNISDR_2013.pdf.

JOKILEHTO, J. (ed.) (2005) *Definition of Cultural Heritage. Documents in History*. Roma: ICCROM - Working Group “Heritage and Society” (ed.original 1990).

KESSEL, C. (2000). *Museu Histórico Nacional: arquitetura & história*. Rio de Janeiro, MHN.

- KHATLAB, Roberto. Mahjar: saga libanesa no Brasil. Líbano: Mokhtarat Zalka, 2002.
- LOURENÇO, Marta C.; WILSON; Lydia (2013). Scientific heritage: Reflections on its nature and new approaches to preservation, study and access. *Studies in History and Philosophy of Science*, 44 (2013) 744–753
- MAGALHAES, A. M. & TOSTES, V. (2008). Museus e representações da nação no póscolonialismo. Reflexões sobre os passados construídos no Museu Histórico Nacional. In Chagas, M. Bezerra, R. Z. Benchetrit, S. F. *A democratização da memória*. Rio de Janeiro: MHN.
- MANSELL, R. (2013). Employing digital crowdsourced information resources: managing the emerging information commons. *International Journal of the Commons*. 7 (2). August, p. 255-277.
- MOTTA, Fernanda Miranda de Vasconcellos, Silva, Ronaldo André Rodrigues da Silva (2019). Estratégias de reconstrução do patrimônio cultural pós desastre, com o uso de tecnologias digitais: estudo de caso do Museu Nacional – Brasil. En J. Tramullas, P. Garrido-Picazo y G. Marco-Cuenca (eds.) *Actas del IV Congreso ISKO España y Portugal 2019* (pp. 231-239). <https://doi.org/10.5281/zenodo.3738429>
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das, MACHADO, Humberto Fernandes. O Império do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NEWELL, Jennifer, ROBIN, Libby, WEHNER, Kirsten (eds.)(2017) *Curating the Future: Museums, Communities and Climate Change*. Abingdon, UK, Routledge.
- NIKONOVA, A. A.; Biryukova, M. V. (2017). The role of digital technologies in the preservation of cultural heritage. *Muzeológia a kultúrne dedičstvo*, 5(1), p. 169-173. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/317757322> .
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, Projeto História 10, 7-28, dez. 1993.
- PALMA, Joana Sofia Martins (2016). *Ações de destruição no Património Cultural - do vandalismo à Herança Cultural*. Dissertação para obtenção do grau e mestre em arquitetura. Maio de 2016. Lisboa: Universidade de Lisboa.

PAUPÉRIO, Esmeralda, ROMÃO, Xavier, COSTA, Aníbal (2012). Avaliação de risco em património - estratégias de inventariação e gestão de informação. *4º Congreso de patología y rehabilitación de edificios. PATORREB 2012*

PEDERSOLI JR., José Luiz, AN TOMARCHI, Catherine; MICHALSKI, Stefan (2017). Guia de Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico. IberoMuseus. ICCROM. Disponível em https://www.iccrom.org/sites/default/files/2018-01/guia_de_gestao_de_riscos_pt.pdf

PEDROSA, António S. (2012). O Geógrafo como técnico fundamental no processo de gestão de Riscos Naturais. *Boletim Goiano de Geografia*, vol.32, p.11 - 30. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/gng.v32i1.18953> .

PIVETTA, M.. (2018). Pré-história em pedaços. Revista FAPESP. Edição 272. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/10/22/pre-historia-em-pedacos/>

PORTALÉS, C.; Rodrigues, J. M.F.; Rodrigues Gonçalves, A.; Alba, E.; Sebastián, J. (2018). Multimodal technologies and interact. *Digital cultural heritage* (editorial).2 (3), n. 58. Disponível em: http://www.mdpi.com/journal/mti/special_issues/Digital_Cultural_Heritage

QUIVY, Raimond, Luc Van Campehoudt (2005), *Manual de investigação em Ciências Sociais*, 4ª ed, Lisboa, Gradiva.

RAPOSO, Luís (2018) Lições a tirar da tragédia do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. *Público*. 12 de setembro, p. 44.

SÁ, Dominichi Miranda de Sá, Magali Romero, Lima, Nísia Trindade (2018) O Museu Nacional e seu papel na história das ciências e da saúde no Brasil. *Cad. Saúde Pública* 2018; 34

SAMPAIO, L.F.P. (2019). *Resgatadas algumas peças da coleção egípcia do Museu Nacional. Antigo Egito* (online), publicado em 08 de maio. Disponível em: <http://antigoegito.org/anuncio-de-resgate-de-algumas-pecas-da-colecao-egipcia-domuseu-nacional/>

SANTOS, M. S. (2006). *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.

SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERAIN, C. (2018). The sensitive perception of cultural heritage's materiality through digital technologies. *Studies in Digital Heritage*. 2 (1). Disponível em: <http://scholarworks.iu.edu/journals/index.php/sdh/article/view/24606>

SMITH, Laura Jane (2006). *Uses of Heritage*, London & New York: Routledge.

STOVE, Herb (1998). *Risk preparedness: a management manual for world cultural heritage*. Rome: ICCROM.

TANDON, A. (2017). Post-disaster damage assessment of cultural heritage: Are we prepared? In *ICOM-CC 18th Triennial Conference Preprints*, Copenhagen, 4–8 September 2017, ed. J. Bridgland, art. 0206. Paris: International Council of Museums.

WARTON, G (2005). Indigenous claims and heritage conservation: an opportunity for critical dialogue. *Public Archaeology*, n. 4, v. 2-3, p. 199-204, 2005.

WORLD BANK GROUP (2017) *Promoting Disaster Resilient Cultural Heritage*. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/696061511882383371/pdf/121709-WP-P161985-PUBLIC-DisasterResilientCulturalHeritageKnowledgeNoteENWEB.pdf>

YIN, Robert K (2003). *Case Study Research, Design and Methods*, 3ª ed., London: SAGE.

VIEIRA, Guilherme Lopes. (2017). O Museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica. Mosaico – Volume 8. Número 12.

Seminário internacional discute risco e precaução de incêndio em bens do patrimônio cultural. Disponível : http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/single-view/news/international_seminar_discusses_risks_and_preventions_of_fire/ (16/09/2019) (consultado: 4/10/2019)

Reconstrução da Notre-Dame: um horizonte ainda distante, Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/10/11/interna_internacional,1091961/reconstrucao-da-notre-dame-um-horizonte-ainda-distante.shtml (11/09/2019) (consultado: 27/01/2020).

PORTO, Rita (2020). Notre-Dame ainda não esta salva e há perigo de colapso com a retirada de andaimes, alerta responsável pela reconstrução. Disponível: <https://observador.pt/2020/01/06/notre-dame-ainda-nao-esta-salva-e-ha-perigo-de-colapso-com-a-retirada-de-andaimes-alerta-resp>. (06/01/2020). (consultado: 30/01/2020).

França aprova lei para reconstruir Notre-Dame. Disponível: <https://www.dw.com/pt-br/fran%C3%A7a-aprova-lei-para-reconstruir-notre-dame/a-49617721>. (17/07/2019) (consultado: 20/12/2019)

Veja o que foi salvo e perdido após o incêndio na Catedral de Notre-Dame. Disponível: <https://exame.abril.com.br/mundo/veja-o-que-foi-salvo-e-perdido-apos-o-incendio-na-catedral-de-notre-dame/>. (16/04/2019) (Consultado: 20/12/2019)

Museu Nacional: o que se perdeu no incêndio. Disponível: <https://falauniversidades.com.br/museu-nacional-acervo-incendio/>. (03/09/2019) (consultado: 20/12/2019)

O que se perdeu nas chamas que destruíram o Museu Nacional no Rio de Janeiro: Acervo do espaço tinha mais de 20 milhões de peças, muitas delas intimamente ligadas a Portugal. Disponível: <https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/acervo-do-museu-nacional-do-rio-de-janeiro-tinha-mais-de-20-mihoes-de-pecas>. (3/9/2018) (Consultado: 3/9/2019)

FIRMINO, Teresa (2018). Eis o novo rosto do povo de Luzia, um dos fosseis humanos mas antigos das Américas. Disponível: <https://www.publico.pt/2018/11/09/ciencia/noticia/eis-novo-rosto-povo-luzia-fosseis-humanos-antigo-americas-1850419>. (9/11/2018) (consultado: 9/11/2018)

MEDIA, Lusa Madre. Museu da Língua Portuguesa foi destruído por um incêndio em 2015, mas vai voltar a abrir portas. Disponível: <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/museu-da-lingua-portuguesa-foi-destruido-por-um-incendio-em-2015-mas-vai-voltar-a-abrir-portas>. (18/12/2019) (consultado: 02/02/2020)

BOTELHO, Pedro Soares. O que acontece em caso de incêndio num monumento português? É isto que a Direção Geral do Património Cultural tem planeado. Disponível: <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/o-que-acontece-em-caso-de-incendio-num-monumento-portugues-e-isto-que-a-direcao-geral-do-patrimonio-cultural-tem-planeado>. (17/04/2019) (consultado: 10/02/2010)

PF conclui inquérito no Museu Nacional e descarta 'conduta omissa' e incêndio criminoso - Segundo a Polícia Federal, fogo provavelmente começou em ar-condicionado. Disponível: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/06/pf-conclui-investigacao-sobre-o-incendio-que-destruiu-o-museu-nacional.ghtml> (06/07/2020) (Consultado: 06/07/2020)

Reconstrução da Notre-Dame: um horizonte ainda distante. Disponível: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/10/11/interna_internacional,1091961/reconstrucao-da-notre-dame-um-horizonte-ainda-distante.shtml (11/10/2019) Consultado: (27/01/2020)

CARVALHO, Eduardo. Pesquisadores usam cinzas do Museu Nacional para reconstruir acervo destruído em incêndio. Disponível: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-47781771>. (6/4/2019) (Consultado: 6/4/2019)

Museu Nacional apresenta balanços após um ano do incêndio. Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/balanço_resgatehtml.html (Consultado: 9/11/2018)

Linha do tempo de reconstrução do Museu da Língua Portuguesa. <https://museudalinguaportuguesa.org.br/reconstrucao/linha-do-tempo/#2019>. (consultado: 20/11/2019)

Projeto do Museu Nacional. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia/Projetos/Museu_Nacional (consultado: 20/11/2019)

Por dentro do Museu Nacional. <http://artsandculture.google.com/project/museu-nacional-brasil>. (consultado: 20/01/2020)

Documentário Resgates: <https://www.youtube.com/watch?v=JvOPs4De4Sk&t=25s> (consultado: 10/01/2020)

Nota oficial. Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/nota_inquerito_incendio.html (consultado: 08/07/2020)

O que é um UMAC? Disponível: <http://umac.icom.museum/about-umac/what-is-umac/> (consultado: 14/07/2020)

Bandegó: disponível: <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/geologia/geo012.html>, (consultado: 28/01/2020)

Biblioteca, relatórios de atividade - ano base 2016. <http://www.museunacional.ufrj.br/biblioteca/wp-content/uploads/2016/06/Relat%C3%B3rio-anual-de-atividades-da-BMN-2016.pdf> (consultado: 20/01/2019)

Anexo 1

Gentilmente a professora Regina Dantas me concedeu um depoimento emocionado e bastante esclarecedor após o incêndio do Museu Nacional, via email.

Regina Dantas é muito importante no cenário acadêmico, pois possui licenciatura e bacharelado na Universidade Gama Filho (UGF) cursado na década de 80, no curso de História; no ano de 2007 cursou o mestrado em Memória Social, o doutorado ocorreu no ano de 2012 em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia e o pós-doutorado em 2017, todos já na UFRJ.

Trabalhou como vice-coordenadora entre os anos 2014 até 2016 e coordenadora no ano seguinte na Universidade em projetos de pós-graduação; entre os anos de 1998 até 2002 foi diretora adjunta de administração; durante dois anos (2015 e 2016) atuou como superintendente da pró-reitoria dos cursos de pós-graduação e pró-reitora de pessoal da Universidade e pesquisa da UFRJ por seis anos (entre 2004 até 2010) e por quatro anos (2014 até 2018) foi membro do conselho deliberativo da Sociedade Brasileira de História das Ciências; nos dois anos seguintes foi segunda secretaria da diretoria nesse mesmo conselho.

Atualmente é professora permanente no programa de pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, função exercida desde o ano de 2012. No Museu Nacional atua como historiadora desde 1994; além de acumular as funções de professora colaboradora do curso de graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação desde 2007; membro do comitê de criação do Museu da Computação desde 2013 e editora-chefe do periódico eletrônico práticas em Gestão Pública Universitária desde 2007.

Investiga as áreas da História das Ciências, com o foco nas Ciências no Brasil, na História das Instituições Científicas Brasileiras do século XIX, Patrimônio, Memória, Arquivos, Museus Científicos, Mulheres nas Ciências no Brasil e Colecionismo; coordenando projetos do Museu Nacional como instituição científica, com suas coleções durante o século XIX.

Autora da dissertação “A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional”, da tese “Casa Inca ou Pavilhão da Amazônia: a participação do Museu Nacional

na Exposição Universal Internacional de 1889 em Paris” e de diversos artigos sobre a instituição.

“Quando pequena, realizava piqueniques na Quinta da Boa Vista e sonhava em trabalhar no Museu Nacional da UFRJ. Ao fazer parte do quadro de servidores no Museu Nacional/UFRJ a partir de 1994, me encantei com a instituição, porém estranhei a falta de informações nas exposições sobre a história do palácio e da instituição científica.

Incentivada pela curiosidade, coordenei um projeto que realizou o levantamento do acervo real e imperial existente no Museu com a participação de alunos do Colégio Pedro II, dentre os quais, um se destacou - Paulo Vinícius Aprígio (hoje doutor e professor do CPPII). A pesquisa desenvolvida ao longo de dez anos culminou na realização de meu mestrado (2007), que apontou a existência do "Museu do Imperador" D. Pedro II e esclareceu o motivo da transferência da instituição do Campo de Santana para o Paço de São Cristóvão na Quinta da Boa Vista. O doutorado veio inevitavelmente (2012) para selar a relação entre os estudos do cotidiano do Paço e a história da instituição científica. Estudos posteriores elevaram a participação das mulheres no Paço e no Museu, tais como: Leopoldina, Thereza Christina, Berta Lutz, Heloisa Alberto Torres e outras.

Constatei que a história do Museu Nacional é a esteira do desenvolvimento das ciências no Brasil e um marco inicial para a história das instituições científicas brasileiras. Consequentemente, a partir de 2013, passei a lecionar as disciplinas “História das Ciências no Brasil” e História das Instituições Científicas do séc. XIX” no Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia/HCTE da UFRJ (fora do Museu).

Em 2017, a direção do Museu foi convidada para autorizar que a instituição em seu bicentenário fosse tema do Carnaval de 2018 pela Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense. Eu fui indicada como historiadora da instituição para auxiliar o Carnavalesco e neste momento me dediquei às diversas atividades previstas para a comemoração do bicentenário. Por meio de uma manifestação cultural foi possível apresentar a história da instituição e sua relevância no exercício da popularização das Ciências no Brasil.

Em 2018, em plena comemoração do bicentenário do Museu Nacional, após desfilarmos pela Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense no Carnaval carioca, a história da instituição estava em alta e, ao longo deste ano, as fantasias que tanto brilharam neste Carnaval estavam sendo apresentadas nas salas das exposições do Museu Nacional com previsão para término no mês de Dezembro. Um ato inédito e emblemático para o Museu Nacional – apresentar a história do primeiro museu do país que abriga a primeira instituição científica de forma lúdica no espaço acadêmico, pois o Museu faz parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Muitas palestras foram realizadas no primeiro semestre de 2018, pois as comemorações do Bicentenário fortaleceram a necessidade de serem divulgadas a história do Paço de São Cristóvão e a do Museu Nacional. Diante do exposto, transferei minhas disciplinas do HCTE/UFRJ para o Museu Nacional (História das Ciências no Brasil e História das Instituições Científicas).

No início do segundo semestre, continuei palestrando e a expectativa era a minha atuação como coordenadora do Simpósio “200 Anos do Museu Nacional” organizado pela Sociedade Brasileira de História da Ciência (da qual faço parte da diretoria). Vinte trabalhos de diferentes Estados do Brasil estavam sendo esperados para o evento que foi realizado em Outubro na Universidade Federal de Campina Grande. Cabe ressaltar que o evento reservou homenagens à instituição e foi tudo muito emocionante.

Infelizmente, em 2 de Setembro houve o trágico incêndio e meus objetos de estudos, tais como: objetos que pertenceram à família real e imperial; que representam a criação do Museu Real; objetos de d. Pedro II que relacionam a residência ao Museu; acervo do Museu do Imperador (objetos das áreas do conhecimento do Museu Nacional); marcas do Império no palácio; salas históricas; pinturas; apliques da época da residência... Tudo foi perdido e não receberemos doações desse tipo de material. Além disso, parte da documentação rara existente na Seção de Memória e Arquivo (do qual sou consultora) não havia sido digitalizada.

Estou rumo à reinvenção de minhas atividades. Algumas das ações previstas para a comemoração do Bicentenário da instituição foram suspensas (visitas mediadas ao Palácio, publicações etc). As orientações dos alunos de graduação, mestrado e doutorado,

sob minha orientação, tiveram suas pesquisas interrompidas para que possamos buscar novos caminhos para as pesquisas, mas a partir de março/2019, as orientações foram reativadas. Ninguém irá deixar de pesquisar sobre o tema Museu Nacional. Mais do que nunca, precisamos registrar a história da instituição. Pesquisas sobre a primeira diretora do Museu - Heloisa Alberto Torres (história do Museu) e a atuação de Leopoldina (história do Paço de São Cristóvão) já foram concluídas. Outras pesquisas, tais como, sobre os aposentos de D. Pedro II (era o gabinete do diretor do Museu); a restauração das salas históricas e questões arquitetônicas pós incêndio, estão sendo desenvolvidas. O Museu Nacional vive!

- Como ficaram as reinvenções das suas atividades nesse período? Sei que os trabalhos acadêmicos não foram interrompidos.

As aulas continuaram com a apresentação das imagens que não mais existiam... As orientações sofreram mudanças, por exemplo, uma doutoranda que iria falar sobre a restauração de uma das salas do Paço de São Cristóvão, alterou o foco da pesquisa para o conceito de patrimônio edificado e seus desdobramentos, elencando a situação de desastre; uma mestranda que iria propor uma rota de fuga para um falar sobre um acervo "frágil" (etnologia), alterou a pesquisa para mostrar o que o incêndio nos apresenta nas paredes do Paço. Enfim, as pesquisas de mestrado e doutorado sofreram alterações após 6 meses do incêndio.

- Algumas comemorações do Bicentenário foram canceladas, as que não foram, como ocorreu? Muita emoção?

Estava previsto o 16 Seminário da Sociedade Brasileira de História das Ciências/SBHC em Campina Grande em outubro de 2018. Eu atuei como coordenadora do Simpósio "200 Anos do Museu Nacional". Na época, tínhamos 20 trabalhos aprovados para este Simpósio (os simpósios atuavam com o máximo de 12 trabalhos. Diante da situação do incêndio, foi mudada a mesa de abertura do evento, apresentei um vídeo do Museu (foi uma comoção), pensei em fazer algumas abordagens, mas faltou-me palavras... Durante a semana, no Simpósio do Museu (que teve de ser em um auditório, diante da grande participação dos estudantes e pesquisadores), todos os dias de apresentações era envolvida por fortes relatos de emoção. A tv Itarae - regional (vídeo em anexo) esteve no local do Seminário para entrevistar a responsável pelo Simpósio sobre o Museu

Nacional... Enfim, se o mundo estava olhando para o Museu, imaginem os diferentes Estados do Brasil. O Museu roubou a cena do evento nacional. Este é um dos exemplos...

- Qual a sua opinião sobre a inserção da tecnologia como opção de expor alguns objetos perdidos

Sou uma entusiasta da apresentação de parte de nosso acervo utilizando ferramentas computacionais para mostrar ao público o que existiu no Museu e para a continuação das pesquisas das coleções. Já tive forte emoção ao rever uma de nossas múmias por meio de realidade virtual... Achei muito interessante a iniciativa de reproduzir parte do acervo por impressão 3D utilizando cinzas oriundas do incêndio... Sim! É uma maneira de apresentar parte do acervo para aqueles que não tiveram o prazer de conhecer nossa instituição, proporcionar emoção para os que a conheceram e fortalecer a continuidade das pesquisas das coleções.

- Qual a sua expectativa para os próximos meses do museu?

Antes da Pandemia, acreditava-se na rápida reconstrução da parte histórica do Paço de São Cristóvão. Agora, constato que a parte de projetos (que é de suma importância para o desenvolvimento das ações de reconstrução) está sendo priorizada para o alcance do objetivo maior - a reconstrução de parte do Paço para a reinauguração das exposições em 2022. Estou otimista, pois a direção atual é representada pelo diretor Alex Kellner, um homem incansável... Enfim, a pandemia freiou quase tudo, destaco os trabalhos de resgate do acervo, mas estou esperançosa pois, as atividades de planejamento da direção do Museu não parou e, em plena Pandemia, estão cuidando do mais nova expansão institucional. Inclusive, já tem nome - campus de Ensino e Pesquisa do Museu Nacional (espaço do outro lado da Quinta da Boa Vista ao lado da Estação do Metrô/Trem).

- Acredita que existe uma nova oportunidade para as coleções?

Claro, além de diferentes locais do Brasil e diferentes países terem a vontade de nos ofertar acervos, vejo que o Museu Nacional poderá abarcar novas coleções.

- Como a senhora já se mostrou muito otimista, como as classificaria?

Existe um grupo grande na atual Seção de Museologia (do Museu Nacional) que está responsável por elaborar o Plano Museológico da instituição. Portanto, as classificações serão muitas, lembrando que teremos acervos antes e pós situação do incêndio.

Anexo 2

Outro depoimento muito enriquecedor para o presente trabalho foi da antropóloga e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Thereza Cristina Cardoso Meneses.

Foi graduada, licenciada no curso de história pela UFRJ. O seu mestrado e doutoramento também foi pela mesma instituição, pelo programa de antropologia social no Museu Nacional e o seu pós-doutorado ocorreu pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Por 11 anos (entre 2008 até 2019) foi docente do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas e coordenou em 2010 e 2011 o programa de pós-graduação em antropologia social e entre 2017 e 2020 programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Federal do estado do Amazonas. A docente permanente pela Federal Rural do Rio de Janeiro por ter sua morada nas proximidades do Museu Nacional e ter cursado boa parte da sua vida acadêmica na UFRJ, possui um vínculo afetivo e social.

- Qual foi o primeiro impacto e atitude após o incêndio?

Início a questão me identificando socialmente, tendo em vista que é fundamental situar meu lugar afetivo e institucional em relação ao Museu Nacional.

Na infância eu tive a oportunidade de frequentar a Quinta da Boa Vista. Visitei várias vezes o Museu por iniciativa familiar ou em visitas escolares. O museu é parte da minha relação identitária com a minha cidade e gênese do interesse que determinou minhas escolhas profissionais pela história e pela antropologia.

Me graduei e licenci em História na UFRJ (IFCS e Faculdade de Educação). Ao longo do curso percebi meu interesse pela História do Presente/ Conflitos Socioambientais e percebi que a antropologia possui um arsenal teórico e metodológico mais robusto para o investimento neste tipo de pesquisa.

Realizei o mestrado e o doutorado no Museu Nacional, mantive laços estreitos com a instituição quando me tornei professora com aprovação em concurso para o PPGAS-UFAM. Inclusive coordenei programa de colaboração acadêmica (Casadinho Procad/ CNPQ) entre PPGAS da UFAM e da UFRJ. Em 2014 me licenci da UFAM para realização de um ano pós-doutorado sênior com bolsa CNPq no Museu Nacional. No

final de 2014, realizei concurso e fui aprovada para assumir a docência no CPDA/UFRRJ. Em 2015 deixei a UFAM, tomei posse na UFRRJ e mantive até o momento o longo diálogo institucional que mantenho desde 1996.

Recebi a informação através da TV (era um domingo). Minha reação foi de perplexidade, incredulidade, a princípio, e logo depois de profunda tristeza. Minha atitude foi entrar em contato e me solidarizar com colegas-professores do PPGAS-Museu Nacional e de outras instituições com pesquisadores com formação no Museu na minha área (antropologia).

Eu estivera no Museu Nacional participando de uma mesa de debates promovida por um docente (meu orientador de pós-doutorado Prof João Pacheco de Oliveira) na semana anterior ao incêndio, juntamente com três ex-colegas do curso de doutorado em antropologia e atualmente professores da UFPB e UFF.

Tinha sido um encontro muito feliz, matando saudades (morávamos em cidades distantes nos últimos anos: Rio, João Pessoa, Manaus). Aquele evento no museu teve um sentido de volta para nossa casa, nos ver e rever o nosso orientador em comum (João Pacheco de Oliveira).

O incêndio nos abalou profundamente. A perda do acervo de etnologia foi irreparável. Aquele reencontro recente de amigos-pesquisadores no Museu passou a ser sentido por nós, retrospectivamente, como uma despedida da qual não ainda não tínhamos conhecimento.

- *Pela minha pesquisa descobri que várias instituições ofereceram ajuda ao Museu, inclusive uma de Lisboa. Como foi/está sendo essa ajuda de instituições estrangeiras e brasileiras?*

Na época do incêndio, eu estava no cargo de coordenadora do CPDA-UFRRJ, instituição que historicamente tem intensa colaboração entre pesquisadores do PPGAS-Museu Nacional, particularmente na área dos estudos rurais.

O CPDA situa-se no centro do Rio, geograficamente próximo ao Museu Nacional. Na semana seguinte a tragédia, nós (CPDA) oferecemos imediatamente apoio para os colegas do museu, seja nos solidarizando, seja oferecendo salas de trabalho para alguns professores, núcleos de pesquisa e espaço para realização de bancas examinadoras.

Alguns colegas do PPGAS-UFRJ utilizam ainda hoje (2020/1) espaços reservados pelo CPDA para abrigar alguns núcleos (NUAP, por exemplo), uso de salas de defesa para bancas examinadoras, particularmente quando há participação de membros por vídeo conferência.

- Quais foram as ajudas importantes para o Museu?

Apoio para dar suporte em termos de cessão de espaço físico para professores e núcleos de pesquisa, conforme descrito acima.

- A comoção do carioca de maneira geral foi bem grande após o incêndio e uma iniciativa me chamou bastante atenção: a de tentar reunir fotografia do acervo para doar ao museu. Como funcionou isso na prática?

Este foi apenas um dos apoios. A comunidade acadêmica se juntou para tentar reconstituir o acervo bibliográfico do museu com doações de livros. A biblioteca de antropologia do PPGAS era a mais completa e bem estruturada da área na América Latina. A perda do acervo do Museu foi uma perda drástica e irreparável em termos de material documental, iconográfico e bibliográfico.

- Como foi formado o núcleo de resgate?

Não se aplica, pois não integro tal núcleo.

- Já são conhecidas todas as perdas patrimoniais? Já se tem uma dimensão total das perdas?

Creio que já se encerrou o inventário das perdas patrimoniais. Não tenho como mensurar tal perda, tendo em vista que havia coleções de diversas áreas (antropologia, paleontologia, arqueologia, etnologia....)

- Como o museu tem lidado com a recuperação?

Há coleções que jamais serão recuperadas, tal como a coleção de etnologia, mas o material. O material está registrado, catalogado, mas se possibilidade de recuperação, pois material histórico de como coleções como de plumária, por exemplo, não existe mais.

- A atual fase de recuperação das coleções pode ser considerada uma nova oportunidade para a gestão das coleções?

É possível recuperar coleções através de doações de outras instituições. Isto exige um novo Museu com infraestrutura adequada para abrigar coleções e, atualmente, o que presenciamos é o completo abandono e fragilização da área de ciência e tecnologia no país. Mais grave ainda é a precarização e desaparecimento do investimento na área de patrimônio. Temos um governo que investe na falta de memória, portanto sou muito pessimista na atual conjuntura sobre novas oportunidades para gestão de coleções. O que vemos agora é outros museus universitários incendiando por falta de investimento.

- Acredita que existe uma nova oportunidade para as coleções?

Não acredito, ao menos neste governo (no âmbito federal, estadual, municipal). Temos um país controlado por uma elite do atraso avessa a preservação do patrimônio histórico e cultural. Há um impulso sem precedentes em desvalorizar ou invisibilizar uma determinada memória brasileira relacionada a história da ciência, identidade cultural indígena e africana, por exemplo.

- Como ficaram as reinvenções das suas atividades nesse período? Sei que os trabalhos acadêmicos não foram interrompidos.

Os trabalhos acadêmicos do Museu Nacional não foram interrompidos em momento algum. No caso da antropologia que conheço melhor, as atividades de produção científica qualificada continuaram se desenvolvendo. O PPGAS-Museu Nacional é uma pós-graduação com a qualificação mais alta na avaliação da Capes (nota 7, a máxima).

- Algumas comemorações do Bicentenário foram canceladas, as que não foram, como ocorreu? Muita emoção?

Eu não participei destas comemorações.

- Qual a sua opinião sobre a inserção da tecnologia como opção de expor alguns objetos perdidos

Acho que a tecnologia é a única alternativa de recuperação de acervo perdido. As impressoras 3D seriam opções fundamentais para exibição pública e com fins educativos de certos objetos perdidos.

- Qual a sua expectativa para os próximos meses do museu?

Entre 1996 e 2004 trabalhei e estudei com dedicação exclusiva ao Museu Nacional. Colaborei com organização de exposições e vivi situações delicadas relativas a precarização do espaço e insegurança institucional para guarda de objetos. Vi paredes caírem, telhados sem conservação danificarem o acervo exposto a chuva, material de exposição ser roubado.

Foi uma agonia lenta até se chegar ao previsível incêndio. Não foi acidente, foram anos de descaso.

Anexo 3

Nota oficial emitida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, após o fim o inquérito da Polícia Federal Brasileira.

NOTA OFICIAL

A Direção do Museu Nacional/UFRJ acompanha com atenção as repercussões sobre a divulgação do relatório da Polícia Federal na manhã desta segunda-feira, dia 06 de julho, reafirmando as conclusões do laudo divulgado em 2019, sobre a provável origem do incêndio e deixando claro que não houve omissão ou ação criminosa.

Há muitos anos, a direção do Museu Nacional/UFRJ buscava recursos para a reforma do Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, bem como para a instalação de um sistema completo de segurança contra incêndios.

Recursos que seriam alocados pelo BNDES, conforme contrato assinado, em 2018, e com a previsão do início das obras ainda no segundo semestre de 2019. E, para o mesmo fim, seriam alocados R\$ 20 milhões advindos de uma emenda parlamentar obtida em 2013, valor que foi contingenciado em 2014.

É importante ressaltar que a direção da instituição realizava, a partir de treinamentos, vigilância, obras, reformas e captação de recursos, um trabalho árduo pela melhoria nas condições de infraestrutura do prédio.

A direção do Museu Nacional/UFRJ informa que segue trabalhando nos projetos de reconstrução, bem como nas ações para recomposição de acervo.

Disponível: http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/nota_inquerito_incendio.html